

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

MAIRA FRANCIANE DA SILVA

AS MULHERES QUE VIERAM ANTES:

Os fundamentos teóricos e a construção social do feminismo
no contexto euro americano

FRANCA

2020

MAIRA FRANCIANE DA SILVA

AS MULHERES QUE VIERAM ANTES:

**Os fundamentos teóricos e a construção social do feminismo
no contexto euro americano**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista – “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Campus de Franca/SP como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.
Área de concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade. Linha de Pesquisa: Mundo do Trabalho e Serviço Social

Orientador: Prof. Dr. Gustavo José Pedroso Toledo.

FRANCA

2020

S586m	Silva, Maira Franciane da AS MULHERES QUE VIERAM ANTES: : Os fundamentos teóricos e a construção social do feminismo no contexto euro americano / Maira Franciane da Silva. -- Franca, 2020 145 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca Orientador: Prof. Dr. Gustavo José Pedroso Toledo 1. Feminismo. 2. Fundamentos Teóricos. 3. Relação Sócio Histórica. I. Título.
-------	---

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

MAIRA FRANCIANE DA SILVA

AS MULHERES QUE VIERAM ANTES:

**Os fundamentos teóricos e a construção social do feminismo
no contexto euro americano**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista – “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Campus de Franca/SP como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Área de concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade. Linha de Pesquisa: Mundo do Trabalho e Serviço Social

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

Prof. Dr. Gustavo José de Toledo Pedroso

1ª Examinadora: _____

Profª. Dra. Onilda Alves do Carmo

2ª Examinadora: _____

Profª. Dra. Taís Pereira de Freitas

Franca, 08 de setembro de 2020.

*À Maria José Almeida da Silva,
a mulher mais forte, incrível, resiliente e amorosa,
“minha mãe sacrificou seus sonhos
para que eu sonhasse”¹*

1 (Kaur, 2018, p.148)

AGRADECIMENTOS

Escrever uma dissertação de mestrado não é uma tarefa fácil, ainda mais quando nos dividimos com o trabalho enquanto assistente social; ser filha, tia, amiga, cunhada e tantos outros atributos, é ainda mais difícil. Ninguém vive sozinho e isso nos soa como algo impossível. Ainda que o caminho percorrido da escrita seja solitário e individual, foram necessárias inúmeras pessoas para que a jornada acadêmica e da vida, se completasse. Com esse cenário posto, defender uma dissertação de mestrado em uma instituição pública é uma forma de resistência. Seguimos resistindo!

*Agradeço a **Deus**, que me mantém firme no propósito de realizar meus sonhos, alicerçando meus passos através da minha fé.*

*Agradeço ao **Professor Dr. Gustavo**, tão paciente e calmo! Sua energia foi capaz de me orientar, ensinar e acalmar com o equilíbrio necessário. Que honra ter você nessa construção como meu mestre. Obrigada por aceitar meu sonho, compreender minha ânsia de aprender sobre o tema e me fornecer condições através da sua orientação para o desenvolvimento desta pesquisa.*

*Agradeço às professoras **Raquel Sant'Ana e Onilda Alves do Carmo** pela participação na banca de qualificação e pelas valiosas críticas e sugestões que fizeram na ocasião; e novamente à professora **Onilda Alves do Carmo** por sua participação na banca de defesa, bem como a professora **Taís Pereira de Freitas** pela participação na mesma, assim como pelas importantes críticas e sugestões de ambas.*

*Agradeço à minha família! Meus pais, **Maria José e Marcio**, por em tantos momentos abdicarem dos próprios sonhos, para que esse se tornasse realidade, oferecendo o suporte e o cuidado tão necessário para todos os dias. Meus irmãos, **Fabiane, Marcinho e Djeovana**, obrigada por cada segundo de nossas vidas em que me apoiaram e incentivaram. Vocês foram fundamentais e imprescindíveis. Meus sobrinhos, **Marcos Paulo, Miguel e Márcio Roberto**, meu desejo é contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e*

igualitária para vocês. Espero conseguir isso minimamente através desta pesquisa. Enfim, sem a nossa família eu não teria chegado até aqui.

*Agradeço a minha amiga, ex-supervisora de estágio, exemplo e inspiração, **Vanessa de Oliveira**. Esse sonho é a semente que você plantou, nas horas de trabalho em que passamos juntas e eu tanto aprendi lá em 2011, 2012 e que perdura arraigada em minha alma gerando frutos até hoje. O universo foi incrível ao cruzar teu caminho ao meu. Gratidão!*

*Agradeço as minhas amigas **Ana Laura Santos, Emanoela Toledo, Ingrid Calil, Karina Barbosa, Marcella Santos, Mariana Alvarez e Nagila Rufino**, por serem mulheres tão incríveis e inspiradoras na minha vida.*

*Meus amigos **Alexandre Alves e Jean Prodóssimo**, irmãos que a vida me deu. Eu amo vocês dois! Muito! Obrigada por tanto!*

*Agradeço **Breno e Beth**, bons amigos que nasceram pela fé, irmãos que Deus me deu a partir do movimento Encontro de Jovens com Cristo (EJC) e que carinhosamente me cederam o espaço de sua própria casa para que a defesa deste trabalho pudesse acontecer de forma virtual e com qualidade.*

*Agradeço a **Cátia Mantuan**, a terapeuta ocupacional mais linda desse mundo. Sem os seus cuidados através das “agulhinhas milagrosas” mais conhecidas como acupuntura. Sem seu floral, ouvidos, carinho e amizade, eu não teria chegado até aqui, ou, talvez chegasse, mas sem a sanidade e o equilíbrio necessário para viver esse momento. Você é luz! Sua luz combateu cada crise de ansiedade que chegava quase derrubando tudo. Quantas vezes você confiou mais na minha competência do que eu mesma? Gratidão minha amiga. O mundo precisa de pessoas como você. Sabe como estou me sentindo hoje? Maravilhosa!*

*Agradecimento carinhoso e especial a **Selma Cabral e José Sergio Dassie**, amigos queridos que fazem morada para sempre em meu coração. Jamais esquecerei as sextas-feiras em que carinhosamente me buscavam no pós-plantão do hospital, para comermos um lanche e depois me levarem para casa.*

São detalhes da vida, que às vezes passam tão rápido, mas que nos deixam marcas profundas na alma.

*Agradeço aos amigos de caminhada do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Unesp de Franca. Percorrer o caminho ao lado de pessoas que acreditam na mesma possibilidade de mundo que você, torna as coisas mais leves e as barbáries possíveis de serem combatidas: **Ana Bella, Maicow e Damaris**, amei fazer “balbúrdia” na universidade pública com vocês.*

*Em especial, a companheira de caminhada, **Gabriela Guimarães**, pela paciência, aprendizados, construção e desconstrução de uma amizade que permanece desde a graduação. Aprendo tanto com você! Alimentar esse sonho ao seu lado, ressignificando nossas próprias dificuldades, lutas e conquistas, fez toda a diferença. Espero ter você por toda essa vida ao meu lado. É só o começo.*

*E ao **Rafael Martins**, que desde o primeiro segundo que cruzamos nossos caminhos nessa loucura chamada mestrado, não soltamos mais as mãos. Cada disciplina cursada juntos, cada áudio de cinco minutos, permeado de medo, desespero, angústias e vontades gigantescas de desistir foram fundamentais para valer cada alegria também compartilhada. Gosto de acreditar que o percurso é mais bonito que o resultado final em si. Você, sem dúvidas, foi o presente dessa fase tão incrível na minha vida. Obrigada, Gato, por me trazer tanta leveza! Esse mestrado foi ‘babado’ ao teu lado!*

*Agradeço aos meus amigos e colegas de rotina no Hospital de Misericórdia de Altinópolis. Tantos corações vibrando positivamente para essa conquista! Gratidão por todo carinho e paciência sempre. Em especial a **Samanta Asse** e **Letícia Oliveira**, que fizeram dias pesados e difíceis se tornarem leves, cheios de Deus e de muita lealdade! Sempre será “nós três” em meu coração.*

Por fim, agradeço a mulher que fui e a mulher que estou me tornando, nesse processo de desconstrução, reconstrução e construção, que luta

arduamente por todos os sonhos, sem cessar. “só há revolução quando há amor por nós mesmas.”²

² LEÃO, Rayane. Tudo nela brilha e queima. – São Paulo: Planeta do Brasil, 2017, P. 21.

*me levanto
sobre o sacrifício
de um milhão de mulheres que vieram antes
e penso
o que é que eu faço
para tornar essa montanha mais alta
para que as mulheres que vierem depois de mim
possam ver além*

-legado.³

(rupi kaur)

3 (Kaur, 2018, p.213)

RESUMO

A dissertação apresentada tem como objetivo explorar os fundamentos teóricos e a construção sócio histórica do feminismo, suas principais construções e análises a partir das obras de Silvia Federici, Mary Wollstonecraft, Simone de Beauvoir, Angela Davis e bell hooks. O feminismo é compreendido aqui como um movimento e luta para acabar com o sexismo, reconhecendo as mulheres enquanto sistematicamente oprimidas e inseridas historicamente em um campo de dominação e exploração. Enquanto um movimento sociocultural, luta pela garantia dos direitos humanos, e, sobretudo por justiça e equidade nas relações entre homens e mulheres, tendo como pressuposto ético político contrapor-se, desconstruir e denunciar os papéis naturalizados pela sociedade capitalista, que engendram práticas discriminatórias e opressivas, buscando a partir de suas lutas, a reconstrução de uma humanidade diversa e democrática. Tal construção teórica torna-se fundamental para compreendermos o sistema de dominação-exploração capitalista, patriarcal e racista em sua totalidade social. Visamos identificar, portanto como esses referenciais teóricos podem contribuir para uma prática consonante com o feminismo em prol da emancipação das mulheres e contra todas as formas de opressão, hierarquias e exploração, em um processo contínuo de enfrentamento aos conservadorismos e de compromisso com nosso Projeto Ético Político.

Palavras-chave: Feminismo. Fundamentos Teóricos. Relação Sócio Histórica.

ABSTRAT

The present dissertation aims explore theoretical foundations and the socio-historical construction of feminism, with its main constructions and analysis from the works of Silvia Federici, Mary Wollstonecraft, Simone de Beauvoir, Angela Davis and Bell Hooks. Feminis is understood as a movement and struggle to end sexism, recognizing women as systematically oppressed and historically inserted in a field of domination and exploration. As a sócio-cultural movement, it fights for the guarantee of humans rights and, above all, for justice and equity in the relations between men and women, having as a political ethical presupposition to oppose, deconstruct and denounce the roles naturalized by capitalist society which engender discriminatory practices and oppressive, seeking from their struggles, the reconstruction of a diverse and democratic humanity. Such theoretical construction becomes fundamental to understand the capitalist, patriarchal and racist domination-exploitation system in its social totality. We aim to identify, therefore, how these theoretical references can contribute to a practice in line with feminism in favor of the emancipation of women and against all forms of oppression, hierarchies and exploitation, in a continuous process of confronting conservatism and commitment to our Ethical Project Political.

Key words: Feminism. Theoretical Foundations. Socio historical relationship.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. CAÇA ÀS BRUXAS, A MULHER E O CAPITALISMO.....	21
2. O PERÍODO ILUMINISTA E A LUTA DAS MULHERES POR DIREITOS.....	33
3. A EXISTÊNCIA FEMININA E O TORNA-SE MULHER.....	52
4. O FEMINISMO É ANTI RACISTA E INTERSECCIONAL.....	76
5. CONTEMPORANEIDADE FEMINISTA EM CONSTRUÇÃO	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
REFERÊNCIAS.....	142

INTRODUÇÃO

Pois acredito que se vivermos por mais um século – estou falando da vida comum que é a vida real, não das vidinhas isoladas que levamos como indivíduos – e tivermos quinhentas libras por ano e um espaço próprio; se cultivarmos o hábito da liberdade e a coragem de escrever exatamente o que pensamos; se fugirmos um pouco das salas de visitas e enxergarmos o ser humano não apenas em relação aos outros, mas em relação à realidade, ao céu, às árvores ou a qualquer coisa que possa existir em si mesma; se olharmos além do fantasma de Milton, porque nenhum ser humano deveria bloquear nossa visão; se encararmos o fato, porque é um fato, de que não há em quem se apoiar, e de que seguimos sozinhas e nossa relação é com o mundo da realidade e não só com o mundo de homens e mulheres, então a oportunidade surgirá, e a poeta morta que era irmã de Shakespeare encarnará no corpo que tantas vezes ela sacrificou.

Virginia Woolf⁴

4 WOOLF, Virginia. Um teto todo seu. Tradução Bia Nunes de Sousa, Glauco Mattoso. 1. ed. – São Paulo: Tordesilhas, 2014.

Não buscamos, com a construção desta pesquisa, esgotar todas as informações referentes à construção sócio-histórica do feminismo no contexto euro americano. Não nos seria possível tamanha audácia. Primeiramente pela limitação aos recortes necessários para desenvolvê-la, mas principalmente pela vasta gama de acontecimentos, lutas, militâncias, conquistas, mulheres incríveis intituladas feministas ou não, que perpassaram a história e deixaram suas incontáveis contribuições para o feminismo que vemos e vivenciamos hoje. Considerando ainda que o desafio maior está em discorrer sobre o período histórico contemporâneo, que ainda está acontecendo, se construindo.

Durante séculos, no decorrer da história, mulheres foram inferiorizadas em decorrência do seu sexo e viviam subordinadas às regras e situações sem possuírem o direito de expressar nada que pensavam ou sentiam, silenciadas por uma sociedade marcada pelo patriarcado e pelo machismo, perpetuados até os dias atuais. A submissão imposta, ainda que se aparente de forma sutil, impõe às mulheres um processo brutal que as impede de viver dignamente.

Segundo Hooks (2019, p.15) o feminismo é a luta para acabar com o sexismo e enquanto *“movimento feminista continua sendo uma das frentes mais poderosas de luta por justiça social no mundo de hoje”*. Como movimento político coletivo, este reconhece as mulheres sistematicamente como oprimidas e inseridas em um campo de dominação/exploração, desafiando a ordem conservadora que desde sempre exclui a mulher do mundo público e restringe seus direitos como cidadã, centralizando o homem/masculino como universal. Como filosofia, considera a existência de uma opressão específica que assola todas as mulheres, questiona as relações de poder instituídas, bem como a opressão e exploração de determinados grupos de pessoas sobre outras. (Pinto, 2003, pag. 09).

Constituiu-se em alguns espaços, como um movimento sociocultural, que luta pela garantia dos direitos humanos e, sobretudo, por justiça e equidade nas relações entre homens e mulheres, tendo como pressuposto ético-político contrapor-se, desconstruir e denunciar os papéis naturalizados pela sociedade capitalista, que engendram práticas discriminatórias e

opressivas, buscando a partir de suas lutas, a reconstrução de uma humanidade diversa e democrática.

Histórico/teoricamente é apresentado como um movimento que teve origem social em meados do século XIX, e sua análise é costumeiramente apresentada por diversas autoras/autores, subdividida por acontecimentos sociais, econômicos e políticos, denominadas 'ondas', trazendo consigo suas principais demandas, particularidades, prioridades, métodos e protagonistas, mapeando a intensidade variável do movimento em cada processo histórico específico de seu tempo.

Segundo Alves e Pitanguy (1981), o feminismo surgiu em um momento histórico marcado pelo surgimento de inúmeros movimentos de libertação que denunciavam as mais variadas formas de opressão. Se organizando de forma descentralizada e através da auto-organização das mulheres que o compõe, rompendo com as formas de organizações tradicionais. Busca romper com a hierarquização de papéis socialmente pré-estabelecidos para mulheres e homens.

Manifesta-se, historicamente, das mais variadas formas, conforme a sociedade que lhe configura e de acordo com as condições em que se encontram as mulheres que ali habitam. Na Grécia antiga, as mulheres ocupavam funções similares as dos escravos, executando trabalhos manuais e se responsabilizando pela subsistência do homem. Já em Roma, o código legal existente perpetuava o direito do homem sobre a mulher e consequentemente a sua inferioridade. Em Gália e na Germânia, constituídas por tribos e regime de trabalho comunitário, as mulheres assumiam espaços de atuação semelhante aos dos homens. O que mais marcou historicamente a posição das mulheres na esfera extra-doméstica, foram as guerras que, consequentemente, resultavam no apartamento do homem e na participação expressiva das mulheres na execução da força de trabalho.

Considerando o caráter androcêntrico⁵ existente na academia e nos contrapondo a ela, debruçaremos nosso estudo sobre obras consideradas clássicos teóricos no feminismo, contextualizando-o e trazendo o resgate histórico do movimento, escrito predominantemente por autoras brancas e negras⁶, buscando compor a partir da análise construída por elas, como a luta das mulheres se desenvolveu historicamente e como cada obra se torna atual e necessária no momento presente, para compreendermos o feminismo e as relações sociais existentes⁷.

Ao optarmos por desenvolver a pesquisa sob perspectivas teóricas, partimos da compreensão, inspirada por bell hooks de que tudo que fazemos na vida é e está fundamentado em teoria, *“seja quando conscientemente exploramos as razões para termos uma perspectiva específica, seja quando tomamos uma ação específica, há um sistema implícito moldando pensamento e prática”*⁸, assim nos apropriamos dessa percepção para apreender acerca do pensamento feminista e sua construção sócio histórica.

Reconhecemos o método em Marx enquanto nosso eixo teórico norteador, utilizando-se do materialismo histórico dialético, para compreendermos o processo de desnaturalização da mulher, situando o feminismo e sua gênese em um processo gerado nas e pelas relações sociais, reconhecendo que isso se deu em contextos econômicos determinados. Consideramos que a natureza humana não é concebida como algo ontológico e imutável, mas produto de práticas sociais, conflituosas e antagônicas,

5 O androcentrismo consiste na tendência de colocar o masculino como forma única de representação coletiva, centralizando-o acima de tudo. Sob a visão popular o androcentrismo também seria a predominância e supervalorização das ideias e pensamentos masculinos, dando ênfase principalmente as moralistas, conservadoras e machistas, inferiorizando ou nem reconhecendo as mulheres.

6 Durante a construção do texto, o leitor poderá observar que, o feminismo em algumas obras aqui analisadas, traz em sua bagagem a luta sob uma perspectiva da mulher branca, de classe média e alta, que reivindicava direitos embasados na sua realidade, excluindo a vivência de mulheres pauperizadas e negras. Destarte, tomamos como objetivo deste estudo, apresentar também a luta das mulheres negras e do feminismo negro, reconhecendo a importância da compreensão e análise da realidade capitalista, racista e sexista.

7 A maior parte das bibliografias existentes por um grande período histórico foi desenvolvida e controlada majoritariamente por homens brancos e de classe média alta e alta, imputando a ciência valores masculinos e derivados da tradição patriarcal.

8 HOOKS, 2019, p. 41.

fazendo com que as relações sociais sejam construídas, reproduzidas e transformadas.

[...] Essa apreensão do mundo humano como parte de um complexo ontológico, novamente, dinâmico, permite algo essencial: retira ilusões e reafirma como critério da verdade a própria realidade que tem na sua aparência uma forma imediata de constituir-se, que não necessariamente evidencia suas “n” determinantes, compostas por múltiplas mediações, mas que só podem ser entendidas a partir de suas diversas dimensões unificadas em uma totalidade concreta. Tem, por isso uma premissa real: só é possível ir além da aparência quem acredita que existe algo que não imediatamente revelado nela; o mesmo vale para a busca da perspectiva de totalidade: só irá buscar no real suas “n” determinantes que estiver absolutamente convencido de que somente pelo nível fenomênico (aparente-imediato) não será possível explicar os complexos sociais com os quais lidamos como assistentes sociais, mais do que isso, como seres sociais ativos (sempre relativamente). (SANTANA, R.S; SILVA, J.F.S., p. 197, 2013)

Consideramos que a discriminação sofrida pelas mulheres, é estruturante no capitalismo desde sua origem, e se mantém essencial à sua consolidação. Desse modo, julgamos necessário, iniciar nosso estudo resgatando, brevemente, o período conhecido popularmente como ‘caça às bruxas’, em que milhares de mulheres foram perseguidas, julgadas, mutiladas e brutalmente assassinadas, a fim de compreender o processo de cerceamento, privatização e controle de suas vidas, demonstrando que sua perpetuação até os dias atuais, não é o legado apenas do mundo moderno, mas, construída e perdurada histórica e diariamente com o sistema capitalista.

Recorreremos a Mary Woolstonecraft, considerada percussora do feminismo, na busca por compreender a luta das mulheres na conquista por direitos básicos como o acesso ao trabalho e à educação formal. Convocando todas as mulheres, independente de sua classe ou posição social, subdivididas entre proletárias e privilegiadas, a se unirem e lutarem bravamente contra o contexto de exclusão em que a industrialização as colocava, Mary discute a

condição da mulher, sistematizando suas reflexões sobre a necessidade da emancipação feminina e os obstáculos enfrentados para a sua concretização.

Simone de Beauvoir nos apresenta a concepção de heterodesignação, enquanto homens impõem as mulheres que não assumam sua existência e questiona o androcentrismo que constitucionaliza o homem como a medida de todas as coisas. Teoriza sua concepção do ser mulher enquanto construção social, levantando o debate a cerca do público e do privado, perpassando o afeto, a sexualidade e o corpo enquanto manifestação política e permanecendo reconhecida historicamente enquanto o ponto de partida para o feminismo construído na contemporaneidade. O feminismo do século XIX buscava uma transformação revolucionária da compreensão da realidade, lutando pelo igualitarismo entre os sexos, a emancipação jurídica e econômica, bem como a liberdade e direitos sobre o corpo e a sexualidade, em um contexto entre e pós Grandes Guerras.

Angela Davis e o feminismo negro, permitindo a partir de suas análises, um novo olhar sobre a construção sócio-histórica do feminismo no EUA, que tinha como pano de fundo a supremacia branca e o racismo estrutural perpetuado e enraizado nas práticas do movimento, reconhecendo a questão da raça e da classe como necessárias para a construção de um feminismo que considerasse a luta, a realidade e o lugar de fala de todas as mulheres, principalmente daquelas que viviam sob condições precárias e marginalizadas: mulheres negras e operárias. Em um contexto de esgotamento das ideologias que surgiram no século XIX, a década de 1980 propõe uma pluralidade feminista, reconhecendo os direitos das mulheres enquanto direitos humanos.

bell hooks dá seguimento a esse olhar do feminismo negro iniciado por Davis e propõe a construção de um novo feminismo, acessível, direto e globalizado para todo mundo, inclusive para os homens. Ela reconhece o movimento enquanto uma forma de amor revolucionário e busca atingir um leque maior de pessoas, promovendo a reflexão e convidando para a luta através do seu potencial revolucionário que apresenta o feminismo enquanto um movimento que busca acabar com a opressão sexista. Uma obra atual e

extremamente necessária para contextualizarmos teoricamente o feminismo contemporâneo que está em construção, utilizando-se do avanço tecnológico através do uso massivo da rede de internet e consequentemente das redes sociais e ampliando o debate.

Dessa maneira, ao longo do texto, serão apresentados os fundamentos teóricos e sociais que culminaram na construção do feminismo que vemos hoje, percebendo que a luta feminista ocorre em qualquer tempo, onde quer que uma mulher ou um homem se coloque, contra todas as formas de opressão, dominação e exploração sexista.

1. CAÇA AS BRUXAS, A MULHER E O CAPITALISMO

[...] se as mulheres não se organizarem contra essas caças às bruxas, ninguém mais fará isso, e a campanha de terror continuará sob a forma de caça às bruxas ou de novas maneiras. Uma lição que podemos tirar do retorno da caça às bruxas é que essa forma de perseguição não está mais vinculada a um momento histórico específico. Ela adquiriu vida própria, de modo que os mesmos mecanismos agora podem ser usados em sociedades diversas, quando nelas houver pessoas que precisam ser ostracizadas e desumanizadas. As acusações de bruxaria, na verdade, são o mecanismo supremo de alienação e distanciamento, na medida em que tornam as pessoas acusadas – que ainda são principalmente mulheres – seres monstruosos, dedicados à destruição de suas comunidades, transformando-as, portanto, em não merecedoras de qualquer compaixão e solidariedade.⁹

Silvia Federici

9 FEDERICI, Silvia. Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017, p. 137.

Para compreendermos a história das mulheres e consequentemente do feminismo, é necessário identificar e compreender os processos históricos pelos quais as relações estruturais foram construídas e analisar as mudanças que o capitalismo introduziu no processo de reprodução social e da força de trabalho, uma vez que todo sistema de discriminação e opressão contra as mulheres é estruturante no capitalismo desde sua origem e se mantém necessário para sua consolidação.

Destarte, se torna fundamental começarmos nossa trajetória histórica buscando compreender a história das mulheres na transição do feudalismo para o capitalismo, para posteriormente compreendermos como se desenvolveu a luta das mulheres.

Segundo Federici (2017), estudar a gênese do capitalismo é fundamental para os ativistas e acadêmicos que acreditam em uma alternativa à sociedade capitalista, e estudá-la sob a perspectiva feminista se torna fundamental para esta pesquisa, uma vez que no modo de produção capitalista, as mulheres sempre vivenciaram uma forma particular de dominação exploração, tratadas como seres socialmente inferiores e que possuem uma história oculta, que precisa se tornar visível.

[...] a transição para o capitalismo é uma questão primordial para a teoria feminista, já que a redefinição de tarefas produtivas e reprodutivas e as relações homem-mulher nesse período, ambas realizadas com máxima violência e intervenção estatal, não deixam dúvidas quanto ao caráter construído dos papéis sexuais na sociedade capitalista. (FEDERICI, 2017, p.30)

Silvia Federici nasceu em 1942, em Parma, Itália, mas vive há muitos anos nos Estados Unidos. Sua militância feminista iniciou em 1970 em prol do salário para o trabalho doméstico que não era/é valorizado, nem remunerado. Em sua percepção, o feminismo precisa buscar entender as causas imediatas das violências sofridas historicamente pelas mulheres, conhecendo suas

origens e desvendando de que maneira somam-se novas e tão perversas formas de opressão. A compreensão histórica da caça às bruxas é importante para o feminismo, uma vez que como Federici nos aponta, essa perseguição foi um momento essencial de aglomerado de processos sociais que prepararam o caminho para o surgimento do capitalismo.

O período feudal ou feudalismo foi um sistema de unidades econômicas, políticas, sociais e culturais, que se estruturou predominante na Europa durante a Idade Média, por volta do século XI e funcionava baseado em uma organização de condição servil, na qual o trabalhador rural era o servo do grande proprietário de terras, o senhor feudal. Sua economia era essencialmente rural e autárquica, de consumo, troca e *“compunha-se de uma área de terra de extensão variável, envolvendo uma ou mais aldeias, e sua reprodução era destinada especialmente ao autoconsumo”*.¹⁰ Segundo Paulo Netto e Braz (2012, p. 80), sua estrutura era:

[...] base territorial de uma economia fundada no trato da terra, o feudo pertencia a um nobre (senhor), que sujeitava os produtores diretos (servos); a terra arável era dividida entre a parte do senhor e a parte que, em troca de tributos e prestações era ocupada pelos servos (glebas) – pastos, prados, bosques e baldios eram usados em comum. A propriedade de terra constituía o fundamento da estrutura social: a sociedade se polarizava entre os senhores e os servos – e é preciso recordar que a Igreja Católica, cuja alta hierarquia provinha da nobreza e com ela se identificava, detinha grandes extensões de terras, fonte da riqueza que respaldava seu enorme poder.

A vida dos servos era completamente atada e regulada pelos senhores feudais, sendo suas posses e pessoas, propriedades do senhor, estando submetidos a suas leis, controlando todos os aspectos de suas vidas, desde o casamento, até a regulação e controle do corpo e da vida sexual. Dessa forma,

10 (PAULO NETTO; BRAZ, 2012, p. 81)

a autoridade dos servos homens sobre as mulheres estava circunscrita a autoridade dos senhores feudais.

Os servos, homens, recebiam de seus senhores, uma pequena parcela da terra, a fim de uso e cultivo próprio, para posteriormente, ser transmitido como herança, seguindo uma linhagem masculina. No entanto, considerando o fato de que sua autoridade era limitada aos senhores feudais, essa terra não era entregue ao marido exclusivamente, mas, entregue a unidade familiar, podendo ser explorada por todos que a compunham, inclusive as mulheres, que ali trabalhavam, produziam e não dependiam totalmente de seus maridos para se prover.

Isso demonstra que, a divisão sexual do trabalho nesse período era menos ostensiva, e *“não existia uma separação social entre a produção de bens e a reprodução da força de trabalho: todo o trabalho contribuía para o sustento familiar”*.¹¹

Com a crescente produção de mercadorias para a troca, criou-se espaço para o desenvolvimento do comércio, rompendo com o caráter autárquico da economia, passando a fomentar o consumo da nobreza por mercadorias que não podiam ser obtidas através de saques e guerras, mas por valor de troca, dinheiro (PAULO NETTO e BRAZ, 2012). Nesse processo de florescimento do comércio, se desenvolve a classe social que foi denominada por Marx de burguesia e a partir dela abre-se o caminho para a crise do feudalismo e o crescimento de uma economia de base mercantil.

Esse período foi marcado, pela ocorrência de eventos adversos, a exemplo a peste negra que dizimou cerca de um quarto da população europeia, gerando grandes dificuldades e limites na vida comercial do sistema feudal, caracterizados pela redução na produtividade, esgotamento de recursos e ausência de recuperação das terras. Todo esse contexto resultou em um confronto entre servos e senhores, levando a significativas alterações no

11 (FEDERICI, 2017, p. 52).

regime feudal, atribuindo as terras e aos serviços laborais, poder mercantil (valor em dinheiro), estabelecendo uma relação de base contratual.

A consequência mais importante da peste negra foi, entretanto, a intensificação da crise do trabalho gerada pelo conflito de classes: ao dizimar a mão de obra, os trabalhadores tornaram-se extremamente escassos, seu custo aumentou de forma crítica e a determinação das pessoas em romper os laços do domínio feudal foi fortalecida. (FEDERICI, 2017, p. 96)

Esse contexto de monetização foi destrutivo e excludente, afetando negativamente a sociedade feudal, dividindo o campesinato em diferentes classes, produzindo uma massa de pobres que sobreviviam de doações e afetando diretamente a vida das mulheres que perderam o direito a propriedade e a renda.

Consequentemente inseridas nesse contexto, as mulheres passaram a encabeçar o êxodo do campo, tornando a população urbana predominantemente feminina, vivendo em condições de extrema pobreza, que consequentemente culminava na prestação de trabalhos mal remunerados e na prostituição. Nesse contexto, compondo a parcela da sociedade mais pobre naquele período, as mulheres passaram a deter relativa 'autonomia', em comparação à vida que levavam nos feudos, podendo viver sozinhas ou chefiar suas famílias, acessando e desenvolvendo atividades antes consideradas masculinas.

Com essas mudanças significativas no sistema feudal, aumentou-se fortemente o número de proletariados sem terra e com eles o desenvolvimento de lutas camponesas que marcaram a história desse período. Para controle dessas revoltas, os senhores feudais criaram o Estado absolutista, monopolizando o poder na mão de apenas um monarca e favorecendo aos interesses da nobreza e dos comerciantes dentro da sociedade que politicamente permanecia feudal. Com a centralização de poder na mão de

grupos mercantis, a burguesia se torna uma nova classe social, que lhe confere força para tomar o poder político e colocar fim ao antigo regime.

Os Estados Absolutistas surgiram no final da Idade Média, em um momento de fortalecimento da burguesia e de ascensão do mercantilismo, em que era preciso outro regime político para cumprir as leis que centralizava a administração ao Estado, na figura do Rei e de poucos colaboradores escolhidos por ele.

Um movimento que se destacou na luta antifeudal foram os hereges, que tinham como estratégia a difusão de ideias revolucionárias e a criação de uma nova sociedade, criticando e denunciando a exploração econômica, a corrupção, acumulação de riquezas, hierarquias sociais e propriedades privadas realizadas pela Igreja.

Segundo Federici, nesse período *“a Igreja havia se transformado num poder despótico que usava sua pretensa investidura divina para governar com mão de ferro e encher seus cofres com o uso de incontáveis meios de extorsão”*¹². Nesse mesmo período a prostituição era legitimada, acreditando-se que um bordel administrado pelo Estado servia como antídoto e controle de seitas hereges.

As mulheres ocupavam papel de destaque nos movimentos hereges, exercendo e desfrutando dos mesmos papéis e direitos que os homens. Elas passaram a exercer maior controle sobre seus corpos, controlando sua função reprodutiva (através do uso de contraceptivos e a realização de abortos). Esse controle passou a ser visto como uma ameaça à estabilidade econômica e social, uma vez que a peste negra havia dizimado uma significativa parcela da população, o controle da reprodução apresentava uma ameaça, propagando e intensificando a perseguição da Igreja a esses grupos.

Em um momento de forte apelo e regulação dos sexos e dos papéis sociais que a população deveria cumprir, o estupro foi brutalmente naturalizado e descriminalizado, desde que as vítimas estupradas fossem mulheres de

12 (FEDERICI, 2017, p. 72)

classe média baixa. Degradando a honra feminina e desabilitando a solidariedade de classe que havia sido alcançada na luta antifeudal, essa conjuntura nutriu um clima totalmente misógino que levou a mulher ao aviltamento e desumanizou a população diante de tamanha violência. Essa descriminalização contribuiu para a caça as bruxas, que começava a dar seus primeiros passos para vir a ser um dos maiores massacres de mulheres na história.

[...] a caça as bruxas buscou destruir o controle que as mulheres haviam exercido sobre sua função reprodutiva e serviu para preparar o terreno para o desenvolvimento de um regime patriarcal mais opressor. (FEDERICI, 2017, p. 30)

Por volta do século XIV, iniciaram os primeiros julgamentos por bruxaria, o que viria a significar um dos principais elementos da acumulação primitiva e da transição ao capitalismo, marcada fortemente pela presença e incentivo da Igreja Católica.

[...] Se considerarmos o contexto histórico no qual se produziu a caça às bruxas, o gênero e a classe das acusadas, bem como os efeitos da perseguição, podemos concluir que a caça às bruxas na Europa foi um ataque à resistência que as mulheres apresentaram contra a difusão das relações capitalistas e contra o poder que obtiveram em virtude de sua sexualidade, de seu controle sobre a reprodução e de sua capacidade de cura.

A caça as bruxas foi também instrumento da construção de uma nova ordem patriarcal em que os corpos das mulheres, seu trabalho e seus poderes sexuais e reprodutivos foram colocados sob o controle do Estado e transformados em recursos econômicos. O que quer dizer que os caçadores de bruxas estavam menos interessados no castigo de qualquer transgressão específica do que na eliminação de formas generalizadas de comportamento feminino [...]. (FEDERICI, 2017, p. 306)

Essa conjuntura apresentava para as mulheres, uma maior degradação, colocando em pauta a necessidade e urgência de uma nova feminilidade, ressignificando as suas funções sociais, transformando seus

corpos em máquinas e compondo o espaço do que Marx viria conceituar de acumulação primitiva.

Nesse contexto, ocorreu a reformulação das relações de trabalho, impondo uma nova divisão sexual do trabalho, e estabelecendo à mulher o papel de reprodutora. A caça às bruxas foi o resultado de uma iniciativa política da Igreja e do Estado, a fim de reagir à reação e resistência das mulheres contra as relações capitalistas que trouxeram essa ressignificação da feminilidade.

“O capitalismo nasceu de estratégias que a elite feudal = a Igreja e as classes proprietárias de terras e comerciantes – implementou em resposta às lutas do proletariado rural e urbano que, por volta do século XIV, colocou seu domínio em crise. (FEDERICI, 2019, p. 64).”

Dentre as novas relações capitalistas, que segundo Federici ressignificaram e colocaram a caça às bruxas a todo vapor, está o cerceamento de terras ocorrido em países da Europa por volta do século XVI, mas que ganharam força e amplitude em meados do século XVIII. Esse cerceamento consistia na privatização de terras que eram de uso dos camponeses e pelos senhores feudais. Essa privatização rompia com o sistema feudal, tornando o antigo senhor feudal no proprietário das terras e consequentemente, os camponeses passaram a ser assalariados nas cidades, iniciando o surgimento da classe operária.

Uma resposta inicial a essa pergunta reconstitui a perseguição às “bruxas” desde os deslocamentos causados pelo desenvolvimento do capitalismo, em especial a desintegração das formas comunais de agricultura que predominavam na Europa feudal e a pauperização a que a ascensão da economia monetária e a expropriação de terras lançaram amplos setores das populações rurais e urbanas. Segundo essa teoria, as mulheres tiveram maior probabilidade de ser vitimizadas porque foram as mais “destituídas de poder” por essas mudanças, em especial as mais velhas, que, muitas

vezes, se rebelavam contra a pauperização e a exclusão social e que constituíam a maioria das acusadas. Em outras palavras, as mulheres foram acusadas de bruxaria porque a reestruturação da Europa rural no início do capitalismo destruiu seus meios de sobrevivência e a base de seu poder social, deixando-as sem nenhum recurso além da dependência da caridade de que estava em melhores condições. (FEDERICI, 2019, p. 62)

Podemos observar que a caça as bruxas foi, portanto, um evento hegemonicamente rural, um mecanismo civilizador para criar uma nova subjetividade que se justifica como uma nova divisão do trabalho, uma estratégia política em que as regiões haviam sido afetadas pelo cerceamento de terras e conseqüentemente buscava o cerceamento do corpo feminino, bem como de suas práticas, através da ampliação do controle estatal sobre a sexualidade e a capacidade reprodutiva das mulheres. Através desse momento, o sistema capitalista instituiu um novo código social e ético, reprimindo todo e qualquer comportamento da mulher que resistia.

As mulheres perseguidas, condenadas e julgadas, eram as maiores afetadas pela capitalização da vida econômica daquele período, vivenciando sobre condições precárias de empobrecimento e amesquinhando-se junto com sua posição social.

Não surpreende que muitas das supostas bruxas fossem mulheres pobres, que sobreviviam pedindo esmola de porta em porta ou viviam dos “impostos para pobres”, como foi chamado o primeiro sistema de bem-estar social introduzido na Inglaterra. Até mesmo os crimes imputados a elas demonstraram que fazia parte de uma população camponesa que não tinha mais acesso à terra nem a direitos consuetudinários. (FEDERICI, 2019, p. 51)

Com uma política institucional cada vez mais misógina, a pobreza das bruxas era considerada motivo de condenação, alegando-se que o diabo propiciava a elas condições de sobrevivência. No entanto, esse não era o

motivo central, as bruxas eram mulheres que se opunham e resistiam a pauperização e exclusão social a que eram submetidas:

Na figura da bruxa, as autoridades puniam, ao mesmo tempo, a investida contra a propriedade privada, a insubordinação social, a propagação de crenças mágicas, que pressupunham a presença de poderes que não podiam controlar, e o desvio da norma sexual que, naquele momento, colocava o comportamento sexual e a procriação sob domínio do Estado. (FEDERICI, 2019, p. 53)

Federici nos relata também que, com as mulheres acusadas de bruxaria, foram eliminadas também, *“crenças e uma série de praticas sociais/culturais típicas da Europa rural pré-capitalista que passaram a ser vistas como improdutivas e potencialmente perigosas para a nova ordem econômica”*.¹³

Importante observar que nos países colonizados, do chamado ‘Novo Mundo’ ou América, a caça às bruxas *“se coloca na encruzilhada de um aglomerado de processos sociais que preparam o caminho para o surgimento do mundo capitalista moderno”* (FREDERICI, 2019, p. 40). Como na Europa, o capitalismo lutou e derrotou a resistência dos camponeses, na América, eram os nativos e os escravos que o capitalismo visava derrotar, sendo que em ambos os contextos, as mulheres ocupavam papel central na resistência ao novo modelo econômico.

O período de transição do feudalismo para o capitalismo, e respectivamente de caça às bruxas, foi marcado pela privatização da terra e pela mercantilização das relações sociais, uma vez que o capitalismo, que depende da prática de extrativismo tanto de terras quanto de pessoas, funcionou como estratégia de coerção e repressão, não só das mulheres, mas de todos aqueles que arrojaram-se insatisfeitos e prontos a se rebelar contra a instauração do novo modelo econômico. O controle que as mulheres exerciam

13 (FEDERICI, 2019, p. 55)

sob seus corpos e principalmente sobre a reprodução, representava uma ameaça à estabilidade econômica e social da época, uma vez que com a Peste Negra, a mão de obra havia sido reduzida, aumentando seu custo. Com a crise feudal e o estabelecimento do sistema capitalista, a instauração de um sistema baseado na escravidão, assassinato, roubo, sustentando ao que Marx¹⁴ viria chamar de acumulação primitiva, as desigualdades de gênero engendraram seus primeiros passos, no sentido de dominação de classe e com eles a formação do proletariado moderno. Nesse contexto, a estratégia de caça às bruxas funcionou para construir uma nova ordem patriarcal.

Com a instituição do capitalismo, as mulheres passaram a exercer uma posição de total sujeição e dependência econômica, sofrendo a desvalorização e feminização do trabalho reprodutivo e, conseqüentemente, a desvalorização de sua própria força de trabalho. O ataque às mulheres, que resultou em milhares de mortes, significou a apropriação masculina de seu trabalho, corpo e reprodução, exercendo papel decisivo na nova função social das mulheres e da degradação de sua identidade social, feminizando a pobreza e consolidando a apropriação primitiva dos homens, instaurando uma nova ordem patriarcal.

Nessa linha, Calibã e a bruxa mostra que, na sociedade capitalista, o corpo é para as mulheres o que a fábrica é para os homens trabalhadores assalariados: o principal terreno de sua exploração e resistência, na mesma medida em que o corpo feminino foi apropriado pelo Estado e pelos homens, forçado a funcionar como um meio que a reprodução e a acumulação de trabalho. (FEDERICI, 2017, p. 34)

Destarte, podemos observar que o desenvolvimento do capitalismo começou com uma guerra contra as mulheres, elemento central para o processo de acumulação primitiva, contribuindo para um processo de

14 Federici (2017) destaca em sua obra, que embora ela concorde com o olhar e análise de Marx sobre o processo de acumulação no modo de produção capitalista, ele negligenciou a participação e o lugar ocupado pelas mulheres nesse processo, invisibilizando em seus estudos, o quão os corpos das mulheres foram violentados no processo de consolidação do capitalismo, centralizando seus estudos sob um viés e uma perspectiva masculina.

destruição de um conjunto de sujeitos e práticas femininas. Essa perseguição às bruxas preparou o terreno para o confinamento das mulheres europeias para o trabalho doméstico não remunerado, legitimando a subordinação das mulheres aos homens (dentro e fora do contexto familiar), concedendo ao Estado uma nova forma de controle sobre sua capacidade reprodutiva e se apoiando na invisibilização e no empobrecimento da mulher.

Apesar da teoria apresentada por Federici ser atual e recentemente publicada, optamos por utilizá-la como início de nossos estudos e análises, refletindo sobre como a perseguição às mulheres na Idade Média, denominada de ‘caça às bruxas’, contribuiu para a construção do movimento, que hoje denominamos feminismo e que trazemos no corpo deste texto.

Tal temática é riquíssima em detalhes e informações que não nos caberia trazer a tona detalhadamente. No entanto, concluímos que esse período expressa o que nossa sociedade tem de mais horrendo em suas raízes: a necessidade de ostracizar e desumanizar pessoas. Um período marcado por alienar e distanciar mulheres, caracterizando-as como bruxas, tratando-nas como monstros sob o olhar simplista, machista e misógino, daqueles que sempre detiveram o poder e farão de tudo para mantê-lo, de indignas de ocuparem qualquer momento/espço na história da humanidade.

Assim, a luta foi perpetuada por mulheres que, por muitas vezes, não imaginavam o significado que suas teorias trariam para o movimento, para a humanidade e o quanto elas seriam lidas e influenciadoras por todo percurso da história. Mulheres essas, que assim como Silvia Federici, nos ajudarão a compreender o processo histórico que culminou no feminismo que vivenciamos hoje.

2. O PERÍODO ILUMINISTA E A LUTA DAS MULHERES POR DIREITOS

*É hora de efetuar uma revolução nos modos das mulheres – hora de devolver-lhes a dignidade perdida – e fazê-las, como parte da espécie humana, trabalhar reformando a si mesmas para reformar o mundo.*¹⁵

Mary Wollstonecraft

15 WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. – 1ed. – São Paulo: Boitempo, 2016, p. 69.

Até o período de Renascimento, a ideia que imperava entre teóricos, filósofos, estudiosos e toda uma sociedade, girava em torno de mulheres serem inferiores em todos os âmbitos em relação aos homens, principalmente suas funções e papéis exercidos socialmente.

O período Iluminista, ou século das luzes, foi um período que sucedeu a revolução industrial no século XVIII e consolidou o sistema capitalista, após uma série acelerada de transformações nas atividades produtivas instauradas com o capitalismo, mudanças econômicas e sociais significativas, marcado pela substituição da força natural de trabalho pelo uso das máquinas.

Dentre os fatores sociais que tiveram relevância, podemos destacar a passagem da sociedade rural para a sociedade urbana burguesa, o aumento massivo no número de desempregados e de pessoas que se deslocaram com o êxodo rural após os cerceamentos, a ascensão da burguesia inglesa com o aumento da força econômica, do poder político, prestígio social, e em contrapartida o surgimento do proletariado, criando o que Karl Marx chamaria de exército de reserva.

Ideologicamente, o progresso filosófico, o interesse pelos estudos sociais, políticos e econômicos ganharam notoriedade, levando os conhecimentos científicos à ascensão.

Em um contexto pós Revolução Industrial, e todas as mazelas que com ela o capitalismo instaurou, começaram a surgir alguns movimentos sociais em resposta a esta conjuntura. Dentre eles, o feminismo como movimento político e intelectual passa a ganhar uma nova fase, ganhando maior notoriedade em âmbito mundial, com caráter organizativo e identidade autônoma, de acordo com a realidade sócio-cultural de cada país.

Apresentou como direcionamento ético político a igualdade entre os sexos, emancipação jurídica e econômica da mulher, ainda caminhando sob passos lentos.

A Inglaterra havia superado o antigo regime com a Revolução Industrial, no entanto, em alguns países como a França e a Alemanha ainda predominava a estrutura baseada no absolutismo. A burguesia, que anteriormente havia apoiado o fortalecimento do poder real e a intervenção do governo, agora detinha uma maior riqueza acumulada e passou a ser contrária a essas práticas.

Dessa forma, basicamente, o Iluminismo passou a representar as aspirações dessa burguesia descontente, instituindo uma filosofia que se direcionasse e se posicionasse frente a mudanças ideológicas que reformassem as instituições políticas, sociais e econômicas em direção à felicidade, atacando privilégios da nobreza e do clero.

Seus ideais tinham como princípio a igualdade, a liberdade, o naturalismo e o racionalismo perante a lei e foram difundidos por toda a sociedade, fazendo deste, um momento marcado pelo amplo movimento revolucionário que assolou o Ocidente. Dentre as revoluções, o movimento europeu atingiu seu poder máximo na França, com o governo Napoleônico. Essas revoluções tiveram participação ativa das mulheres, principalmente na revolução francesa, a exemplo, quando *“milhares de trabalhadoras que marcharam até o palácio de Versalhes exigindo pão, em outubro de 1789, (...) sua ação derrubou efetivamente a já arruinada autarquia francesa”*.¹⁶

Segundo MCCAN; etc al (2019, p. 30), os dois lados do Atlântico vivenciaram importantes acontecimentos para o feminismo nesse ciclo. Em Londres começavam a surgir várias sociedades femininas com o intuito de debater a educação, direitos políticos e o direito ao trabalho. Já na América do Norte e posteriormente na França, os movimentos passaram a desafiar a ordem estabelecida, criando um ambiente político com a participação das mulheres, chegando a serem encorajadas a se unirem aos movimentos revolucionários.

16 (MCCAN; [etc al.], 2019, p.32).

A efervescência intelectual não foi capaz de modificar o olhar e as atitudes que os homens tinham em relação à mulher, permanecendo na ideologia burguesa, os ensinamentos mais reacionários do escravismo e do feudalismo. Rousseau, importante e renomado filósofo do período e maior inspiração filosófica para a Revolução Francesa, passa a expressar em suas análises, sobretudo em sua obra *Émilo*, a mulher enquanto destinada ao casamento e a maternidade, naturalizando-a como mais fraca e menos racional do que o homem, e, portanto, dependente deles. Segundo Miguel e Biroli, Rousseau não incluía as mulheres na liberdade que ele acreditava para os homens, elas seriam “destinadas ‘naturalmente’ ao enclausuramento na esfera doméstica”.¹⁷

Mary Wollstonecraft uma intelectual libertária inglesa que se unia as causas dos oprimidos e pela igualdade de todos os seres humanos, principalmente a luta antiescravagista se dedicou a luta das mulheres, publicando em 1792 seu livro, *Reivindicação dos Direitos da Mulher*, considerado hoje um dos documentos fundadores do feminismo. No entanto sua tradução chegou ao Brasil tardiamente em 2016, pela Editora Boitempo, o que remonta à obra, atualidade e premência.

Sua trajetória foi composta por uma vida sob o jugo do pai, juntamente com seus irmãos, até que aos dezenove anos sai de casa e passa a se sustentar por meio de um emprego doméstico insatisfatório. Após ajudar a irmã a sair de um casamento violento, em 1794 ela funda uma escola em Newing Green, dando início a sua tensa atuação em prol da educação feminina.

Dedicou-se a analisar os escritos de Rousseau, construindo um texto resposta, o acusando de construir suas análises sem o poder da razão em si, dominado pelo idiotismo de sua estirpe que acredita que um homem pode ser superior aos seus semelhantes, tentando a todo custo provar que a mulher é fraca e passiva, devido a sua condição biológica e consequentemente, por

17 (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 20)

possuir força física inferior ao homem, ela teria sido feita para agradá-lo, denominado por Rousseau de “mestre”.

Todos os erros do pensamento de Rousseau, porém, surgiram da sensibilidade, e as mulheres estão sempre prontas a perdoar a sensibilidade a seus encantos! Quando deveria ter raciocinado, ele tornou-se apaixonado, e a reflexão inflamou sua imaginação, em vez de iluminar seu entendimento. Até mesmo suas virtudes levaram-no a conclusões errôneas; tendo nascido com uma constituição calorosa e uma imaginação fértil, ele foi levado pela natureza até o outro sexo com uma inclinação tão ávida que logo se tornou lascivo. Se tivesse dado vida a esses desejos, o fogo teria se extinguido de maneira natural, mas a virtude e uma espécie romântica de delicadeza o fizeram praticar a abnegação; ainda assim, quando o medo, a delicadeza ou a virtude o restringiram, ele abusou de sua imaginação e, refletindo sobre as sensações às quais a fantasia deu força, ele as traçou com as cores mais resplandecentes e as afundou no mais profundo de sua alma. (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 121)

Assim, ela refuta suas análises concluindo que:

“Eduquem as mulheres como os homens”, disse Rousseau, “e quanto mais se parecerem com nosso sexo menos poder terão sobre nós.” Isso é exatamente o que pretendo. Não desejo que tenham poder sobre os homens, mas sobre si mesmas. (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 89)

Esse contexto, vivenciado por Wollstonecraft é denominado por alguns autores como primeira onda feminista¹⁸ e teria como marco histórico, meados do século XVIII perpassando até o século XX. Surgiu inicialmente no Reino Unido e nos Estados Unidos, “*sendo caracterizado pela reivindicação por direitos civis do âmbito público que os homens já tinham direito*”.¹⁹

18 Antes de se iniciar o movimento feminista, já existiam mulheres que lutavam e reivindicavam direitos, no entanto sem a organização em grupos com a finalidade de lutar contra o sistema patriarcal como o feminismo instituiu.

19 (SILVA, 2019, n.p.)

Em seu texto, escrito em 1792, ela declara sua batalha pela emancipação feminina, retratando elementos como o não acesso a direitos básicos, resultando na desigualdade de gênero no campo político, na educação e a inferiorização das mulheres nas sociedades ocidentais. Traz a luz do debate, os prejuízos ocasionados pelo enclausuramento feminino na exclusividade da vida doméstica e a submissão a que são submetidas a pais, maridos ou irmãos, reafirmando sob sua perspectiva o que seria a pauta do movimento nesse período. Destarte, sua obra *“resulta tanto de uma trajetória de lutas militantes de Mary como de seus enfrentamentos contra a moral sexista e conservadora da época.”*²⁰

Wollstonecraft criticava veemente a injustiça e a inconsistência daqueles homens que clamavam por liberdade e subjulgavam as mulheres, declarando estudar a causa em prol de seu sexo e não por ela mesma. Em consonância com seu período histórico, reconhecia a razão, a virtude e o conhecimento como meios de distinguir o indivíduo e direcionar as leis que regem a sociedade. Tais princípios, segundo ela, decorriam naturalmente do exercício da razão.

Um dos assuntos abordados que mais nos remete atenção consiste na coerência de sua fala, reconhecendo a mulher enquanto um ser de força própria, que não demanda adulação e sim incentivo e orientação quanto o reconhecimento de suas capacidades:

Espero que meu próprio sexo me desculpe caso eu trate as mulheres como criaturas racionais, em vez de adular suas graças *fascinantes*²¹ e considerá-las como se estivessem em um estado de perpétua infância, incapazes de ficar sozinhas. Sinceramente, desejo mostrar em que consistem as verdadeiras dignidade e felicidade humanas. Desejo persuadir as mulheres a se esforçarem para adquirir força tanto da mente quanto do corpo e convencê-las de que as frases suaves, a susceptibilidade do coração, a delicadeza dos sentimentos e o gosto refinado são quase sinônimos de epítetos de fraqueza, e

20 (Maria Lygia Quartim de Moraes in WOLSTONECRAFT, 2016, p. 11)

21 grifo da autora.

de que os seres que são apenas objeto de piedade e daquela espécie de amor que, por definição, lhe é próxima logo se tornarão alvo de desprezo (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 27)

Para Wollstonecraft, a situação da mulher funcionaria de forma cíclica, ficando dividida entre o homem e a razão, ao mesmo tempo em que se coloca perante a condição de dependência a que é submetida desde o seu nascimento e a sua possibilidade de liberdade.

Pode-se perceber que, esse período foi marcado pelo início e intenso debate a cerca do acesso à educação, centralizando a análise de que, uma vez que a mulher seria um ser inferior e vivendo em situação de dependência, dedicadas exclusivamente à vida doméstica, os aprendizados permaneciam em segundo plano, impossibilitadas a dedicar-se e dar clareza as suas potencialidades e julgamentos. Partindo da análise da mulher e sua função exercida dentro da conjuntura familiar, seus deveres deveriam ser primeiramente para com elas mesmas, para só depois se dedicar a serem mães e esposas, pois só assim tais papéis poderiam ser desenvolvidos com a racionalidade necessária.

Mary considerava, portanto, que até que as mulheres pudessem acessar a educação da forma mais racional, “*o progresso da vida humana e o aperfeiçoamento do conhecimento encontrarão contínuos obstáculos*”²², sustentando em suas análises, a necessidade do acesso a uma educação libertária como inicial a todo e qualquer progresso.

Destaca o papel heroico de mulheres pobres, que mesmo sem acesso a educação, conseguem criar os filhos. Aqui, Wollstonecraft compara e diferencia mulheres de classe média às de classe baixa, uma vez que para sobreviver à mulher pobre cria condições de luta e enfrentamento, enquanto a mulher de classe alta se entrega a tarefas triviais, tornando-as frívolas.

Concomitante, alinha esse pensamento á ideia sobre o amor, acertando que a falta de ocupação faz com que a mulher sofra por seus sentimentos.

22 (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 63)

Nesse contexto coloca também a questão do casamento enquanto estratégia de manutenção e sustento, uma vez que a ausência de meios para auto-subsistência, colocava as mulheres em uma espécie de investimento ou em outras palavras, de prostituição, casando-se para adquirir meios de sobreviver.

Durante todo o texto, ela busca pequenas análises na questão da criação de meninas, que durante seu processo educacional, são reprimidas por seus pais, reforçando e perpetuando o senso de propriedade patriarcal, ensinando-as a serem submissas, como prerrogativa para futura escravidão no matrimônio, e que sua limitação à vida doméstica poderia lhe causar danos psicológicos.

Afirmando os direitos pelos quais as mulheres, juntamente com os homens, devem lutar, não tentei atenuar suas faltas, mas provar que elas são a consequência natural de sua educação e sua posição na sociedade. Assim, é razoável supor que mudarão seu caráter e corrigirão seus vícios e sua insensatez quando a elas for permitido ser livres no sentido físico moral e civil.

Que a mulher compartilhe dos direitos, e ela irá emular as virtudes do homem, pois se aperfeiçoará quando emancipada; caso contrário, que se justifique a autoridade que escraviza um ser tão frágil, a seu dever. (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 249)

Mary Wollstonecraft traz pequenas reflexões acerca da condição biológica da mulher, (assim como Simone de Beauvoir viria a fazer tardiamente inspirada nela), apontando sua condição física colocada como naturalmente mais fraca, concluindo que o homem faz uso dessa prerrogativa constantemente com o fim último de diminuir ainda mais a mulher na sociedade, mas que elas são tão capazes de dispor de pensamento racional e força quanto os homens.

Outra questão levantada consiste no reconhecimento da mulher enquanto mãe e esposa, dissertando sobre a necessidade do reconhecimento enquanto *“criaturas racionais e cidadãs livres”* como condicionante para que elas possam se tornar *“boas esposas e mães – isto é, se os homens não*

*negligenciarem os deveres de maridos e pais.*²³, reconhecendo inclusive a igualdade de gênero nos papéis sociais perante a família.

Mary Wollstonecraft foi uma das mulheres, estudiosas, escritoras, militantes que viveram naquela época e que revolucionaram os ideais iluministas majoritariamente androcêntricos, apresentando em seus escritos, uma teoria atual e necessária, que pontua a educação como instrumentos de libertação de todos os seres, mas principalmente a libertação da mulher, do enclausuramento da vida doméstica e de suas limitações físicas, racionais e sociais que isto as impõe. Seu texto foi bem recebido pelos intelectuais da época, no entanto, como todo texto feminista, foi hostilizado pela sociedade e pela imprensa, colocando sua reputação em debate. Seu livro só veio a ser reimpresso no século XIX, inspirando feministas dos demais períodos históricos que viriam acontecer.

Na América, no início do século XIX, os ideais dos direitos da mulher ainda eram vagos e defendia-se a ideia dominante, expressa e defendida pelos religiosos, de que a mulher havia sido criada como subordinada ao homem, aderindo isto para defender também, a ideia de superioridade branca. Nesse contexto, o livro de Wollstonecraft deixou de ser reimpresso pelo seu conteúdo revolucionário. Segundo Miguel e Biroli (2014, p. 21, grifo dos autores):

O programa dessa primeira fase do feminismo tinha como eixos a educação das mulheres, o direito ao voto e a igualdade no casamento, em particular o direito das mulheres casadas a dispor de suas propriedades. Ao colocar, com clareza exemplar, o problema em termos de *direitos*, Wollstonecraft promove uma inflexão na direção da construção de uma teoria política feminista. Ela é também uma autora singular pela maneira, como, ao tratar dessas questões (com o foco voltado particularmente para a primeira delas), combina a adesão (quase inevitável) às ideias dominantes da época com elementos de inusual radicalidade.

23 (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 229)

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, compôs essa mesma conjuntura vivenciada por Wollstonecraft. Um conjunto de leis que estabelecem direitos e liberdade para todos os homens, sem contemplar as mulheres enquanto cidadãs. Em resposta, Olympe de Gouges, uma ativista que viveu em meados de 1780, reconhecida por escrever peças e panfletos políticos que desafiavam a autoridade masculina na sociedade, publicou a Declaração dos Direitos da mulher e da cidadã²⁴, propondo argumentos em favor da plena cidadania e dos direitos iguais para as mulheres francesas, buscando conscientizá-las e reintegrá-las a serem cidadãs para todos os efeitos.

Gouges, defensora do divórcio e da união livre, foi guilhotinada em 03 de novembro de 1793, após ser presa por proferir ideais que questionavam o governo e por reclamar sua própria liberdade enquanto mulher, que segundo a sentença, seu crime era por ter se esquecido de ser seu próprio sexo, desejando ser um homem. Segundo Miguel e Biroli seu esforço em lutar pela *“elaboração sistemática de um entendimento das raízes de opressão sofrida pelas mulheres”*.²⁵

[...] a Declaração dos direitos da mulher e da cidadã, basicamente uma contraproposta da Declaração dos direitos do homem e do cidadão, na qual “homem” não era usado como sinônimo de “humanidade”, mas como representante do sexo masculino. Em alguns pontos, o texto é ainda mais radical do que a Reivindicação, pois propugna não somente a igualdade dos direitos da mulher à educação, mas ao voto e a propriedade privada, aos cargos públicos, ao reconhecimento dos filhos nascidos fora do casamento à herança. (Maria Lygia Quartim de Moraes in WOLSTONECRAFT, 2016, p. 10)

Esse período foi o marco da convocação de todas as mulheres, independente de sua classe ou posição social, trazendo o contexto de exclusão em que a industrialização as colocava, ao mesmo tempo em que as mulheres

24 Declaração em anexo.

25 (Miguel e Biroli, 2014, p. 20)

eram divididas entre proletárias e privilegiadas, a opressão as unia, em suas diferentes origens. As mulheres de classe média fazendo campanha para uma melhor educação, acesso a trabalhos significativos e ao voto, enquanto as trabalhadoras contribuíam com a renda familiar já trabalhando nas fábricas, lutando por melhores condições de trabalho e de salários.

Marcado pela agudização da questão social, esse contexto além de contribuir com a opressão das mulheres, contribuiu para a aproximação das mulheres com a luta socialista e com a reivindicação ao acesso à vida pública, tendo como bandeira central de debate a luta pelos direitos políticos, pleiteando o direito de votarem e serem votadas.

Inicia-se o período denominado sufragista, que perdura por cerca de oitenta anos, caracterizando-se pela organização de inúmeros grupos de mulheres, em diferentes países, com características e dinâmicas distintas, buscando fortalecer o movimento e combinar a luta pela libertação das mulheres com a transformação global da sociedade, reforçando o conflito do proletariado na busca por construir condições para uma transformação integral das relações sociais. Marcado pela luta de mulheres brancas, operárias, apoiadas por mulheres burguesas²⁶, protestando contra as terríveis condições de trabalho e pelo fim do trabalho infantil, questionando a ocupação de espaços públicos e a conduta feminina, buscando garantir a cidadania e o acesso à educação.

O ideal que forneceu fundamento às reivindicações desta primeira onda foi o liberalismo e o universalismo. Com base nisso, as mulheres defendiam que homens e mulheres eram iguais tanto moral quanto intelectualmente e, por isso, deveriam ter iguais oportunidades de participação política, de estudos, de desenvolvimento profissional, etc. (SILVA, 2019)

26 Importante destacar que embora essas mulheres fossem subordinadas de seus maridos, elas não eram propriedades institucional e jurídica como as mulheres negras estadunidenses, essas ainda tratadas como 'coisa'. (SILVA, 2019)

Nesse período as mulheres negras eram escravizadas e objetificadas, apresentando uma divisão e dissonância no movimento feminista da época. Enquanto as mulheres brancas lutavam por seus direitos políticos e pela vida pública, as mulheres negras lutavam para serem reconhecidas enquanto seres humanos. Destarte, embora não tenham recebido notoriedade, as mulheres negras já lutavam nessa primeira fase do movimento, sob o prisma do racismo na luta antiescravocrata, enquanto parte das mulheres brancas do movimento se posicionava contra o movimento abolicionista²⁷.

O movimento que lhes serviu de marco para desenvolverem uma teoria sobre sua posição na sociedade e seus direitos básicos foi o movimento abolicionista, tornando possível, assim, que as causas da libertação dos escravos e da libertação das mulheres corressem paralelamente durante a primeira metade do século 19. (GONZÁLEZ, 2010, p. 73, nota de rodapé)

A revolução industrial mudou drasticamente a forma como as pessoas viviam e trabalhavam. Com a produção de massa e a mecanização, as mulheres passaram a trabalhar nas fábricas, sob condições desumanas, percebendo salários aquém aos dos homens, com produtividade de trabalho girando em torno de 13 horas por dia. Isso resultou no início de uma pequena estratégia de organização das mulheres, reivindicando melhores condições de trabalho, remuneração e tratamento, com criações de sindicatos e protestos. Como exemplo, citamos o ocorrido em 1836, onde cerca de mil e quinhentas trabalhadoras entraram em greve geral, paralisando a produção na usina Lowell nos EUA, iniciando a sindicalização do trabalho feminino, que logo se alastrou por todo o país.

Apesar dessa pequena movimentação em busca de melhorias, um acontecimento trágico que marcou este ciclo foi o incêndio ocorrido no dia vinte

27 Abordaremos esse eixo no quarto capítulo, através da obra de Angela Davis, “Mulheres, Raça e Classe”, em que a autora retoma o período de escravidão e a luta sufragista para compreendermos o racismo institucionalizado historicamente no movimento.

e cinco de março de 1911 na fábrica de costura The Triangle Shirtwaist Company. Localizada na região sudeste da cidade de Nova York, empregava sob condições precárias e desumanas de trabalho cerca de quinhentas mulheres, dentre elas jovens imigrantes que tinham entre dezesseis e vinte e quatro anos. No incêndio, cento e quarenta e seis funcionárias morreram carbonizadas e os donos da fábrica ao serem julgados, por um júri composto somente por homens²⁸, foram inocentados de todas as acusações.

Muitas teorias colocam esse incêndio como marco representativo da Comemoração Internacional do Dia da Mulher, no entanto, segundo Ana Isabel Álvarez González²⁹, essa seria uma informação distorcida dos fatos. O incêndio instigou a amplitude e a força dos protestos, no entanto essa data foi inspirada e concretizada a partir de outros acontecimentos.

Nos Estados Unidos, as feministas socialistas comemoravam o Woman's Day (Dia da Mulher) desde 1908, com a finalidade de reivindicar o direito ao voto, que teve como ponto de partida a Convenção de Seneca Falls, evento na qual se reivindicou o direito ao voto pela primeira vez, originando a chamada Declaração da Independência ou Declaração de Seneca Falls, documento pioneiro de repúdio a falsa igualdade, exigindo a igualdade plena e total liberdade.

[...] a Declaração se colocava - e de maneira muito direta - contra a negação dos direitos civis e jurídicos às mulheres. A partir dessa data, as mulheres nos Estados Unidos começaram a lutar de maneira organizada por seus direitos, tratando de conseguir uma emenda constitucional que lhes desse acesso ao voto. Entretanto, como havia acontecido às francesas durante a Revolução de 1789, as sufragistas também foram traídas. Apesar de todo seu trabalho contra a escravidão, em 1866 o Partido Republicano, ao apresentar a décima quarta emenda constitucional que concedia aos escravos o direito ao voto, negava explicitamente o voto às mulheres. (GARCIA, 2011, p. 55)

28 Naquele período as mulheres não podiam atuar como juradas.

29 ÁLVAREZ GONZÁLEZ, 2010.

Nos anos posteriores a esse evento, o Woman's Day, era utilizado como despertar de consciência de classe das operárias, fazê-las refletir sobre sua situação na sociedade e as causas da escravidão econômica a que estavam submetidas. Doravante, o dia 28 de fevereiro de 1909 foi designado e dedicado a celebrar a reivindicação dos direitos das mulheres.

Inspirado nesse movimento revolucionário e comemorativo, as feministas militantes Russas, no dia 08 de março de 1917 (dia 23 de fevereiro segundo o antigo calendário Russo), motivaram a escolha dessa data para a comemoração do Dia Internacional das Mulheres. A greve das operárias têxteis e a revolta das mulheres com a escassez de alimentos foram acontecimentos que estimularam a Revolução Russa, país que colocou pela primeira vez em prática as teorias socialistas sobre a revolução do proletariado.

Em 1917, no dia 08 de março (23 de fevereiro), no Dia das Mulheres Trabalhadoras, elas saíram corajosamente às ruas de Petrogrado. As mulheres – algumas eram trabalhadoras, algumas eram esposas de soldados – reivindicavam “Pão para nossos filhos” e “Retorno de nossos maridos das trincheiras”. Nesse momento decisivo, o protesto das mulheres trabalhadoras era tão ameaçador que mesmo as forças de segurança tsaristas não ousaram tomar as medidas usuais contra as rebeldes e observavam atônitas o mar turbulento da ira do povo. O Dia das Mulheres Trabalhadoras de 1917 tornou-se memorável na história. Nesse dia as mulheres russas ergueram a tocha da revolução proletária e incendiaram todo o mundo. A revolução de fevereiro se iniciou a partir desse dia. (KOLLONTAI in GONZÁLEZ, 2010, p. 13).

Alexandra Kollontai, socialista e feminista russa, liderou o movimento proletário de mulheres de 1905 a 1908, e após a revolução se tornou a primeira ministra e embaixadora da Europa. Alimentou o debate comunista com a busca pela emancipação feminina e a igualdade de gênero, criticando arduamente as relações familiares tradicionais, defendendo o amor livre e a responsabilidade coletiva pelas crianças. Foi a única a escrever sobre a importância da comemoração do dia Internacional da mulher, ainda que tenha escrito seu texto dez anos mais tarde, ela afirmava que:

Segundo sua própria explicação, um dia assim era necessário para que as mulheres da classe operária, que com seu trabalho estavam contribuindo para o crescimento da economia de seus respectivos países, se dessem conta de que tinham direito de participar na vida política e para isso era necessário que tivessem o direito de votar. (GONZÁLEZ, 2010, p. 117)

Nota-se importante e extremamente necessário contextualizar o feminismo marxista do qual Alexandra Kollontai se inspirava e militava. Para ela, era extremamente necessário para as feministas marxistas resgatar o papel que as mulheres cumpriram nos grandes processos históricos.

Eu sempre acreditei que inevitavelmente chegará o tempo em que uma mulher será julgada pelos mesmos padrões morais utilizados para os homens, pois não é a sua específica virtude feminina que lhe dá um lugar de honra na sociedade humana, mas o valor da missão cumprida por ela, o valor de sua personalidade como ser humano, como membro da sociedade, como pensadora, como lutadora. (KOLLONTAI, 2007, p. 27)

Se alcancei algo neste mundo, não foram somente minhas qualidades pessoais que originalmente levaram a isto. Antes, minhas realizações são somente um símbolo do fato que a mulher, apesar de tudo, já está em marcha rumo ao reconhecimento geral. É a inserção de milhões de mulheres no trabalho produtivo, que foi efetuada de forma rápida especialmente durante a guerra, que introduziu à força no reino da possibilidade o fato que uma mulher poderia avançar às posições políticas e diplomática mais elevadas. Não obstante, é óbvio que somente um país do futuro, (...) pode ousar confrontar a mulher sem nenhum preconceito, para considerá-la somente do ponto de vista de suas habilidades e talentos em conseqüentemente, incumbi-la de tarefas de responsabilidade. Somente as frescas tempestades revolucionárias forma fortes o bastante para varrer velhos preconceitos contra a mulher e somente as pessoas com trabalho produtivo podem igualar e liberar completamente a mulher, construindo uma sociedade nova. (KOLLONTAI, 2007, p. 80)

Segundo McCann, Hannah. [etc al.] (2019, p, 52):

Em *O manifesto comunista* de 1848, os filósofos alemães e teóricos políticos revolucionários Karl Marx e Friederich Engels afirmavam que o capitalismo oprime as mulheres e as trata como cidadãos de segunda classe, submissas, tanto na família quanto na sociedade. O feminismo marxista adapta essa teoria, buscando a emancipação das mulheres através do desmantelamento do sistema capitalista.

As feministas marxistas consideravam que na sociedade capitalista as mulheres eram um exército reserva de trabalho, requisitado quando a sociedade necessitava e descartado na mesma proporção quando essa necessidade desaparecia. Em suas análises teóricas, argumentavam que o patriarcado e a dominação masculina existiam antes que a propriedade privada e as divisões de classe de fato existissem, no entanto o capitalismo e o patriarcado, segundo elas, será um sistema de dualidades que sustentam a opressão.

Feministas inspiradas nos textos de Karl Marx e Friedrich Engels:

[...] viam a opressão às mulheres como uma questão de classe e diziam que o desenvolvimento da família como uma unidade econômica fundamental ao capitalismo forçava às mulheres a um papel de subordinação, e só uma revolução socialista as libertaria.(McCann, Hannah. [etc al. 2019, p. 44])

Importante elucidar o legado deixado por Marx e Engels na construção teórica do feminismo. Engels, a partir da obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, expressou a necessária igualdade entre homens e mulheres ao mesmo tempo em que tentou ler a dominação masculina presente na esfera doméstica e na sociedade capitalista de forma ampla.

A situação não é melhor com a equiparação jurídica de homem e mulher no casamento. A desigualdade de ambos perante o direito, que nos foi legada por condições sociais anteriores, não é a causa, mas o efeito da opressão econômica da mulher. Na antiga economia doméstica comunista, que abrangia muitos casais e seus filhos/filhas, a condução da casa, a carga das mulheres, era uma indústria pública tão socialmente necessária quanto a obtenção do alimento pelos homens. A família patriarcal e, sobretudo, a família monogâmica individual mudaram isso. A condução da casa perdeu seu caráter público. Deixou de concernir à sociedade. Tornou-se um *serviço privado*; a mulher se tornou a serviçal número um, alijada da participação na produção social. Foi a grande indústria do nosso tempo que voltou a franquear à mulher – mas só a mulher proletária – o caminho para a produção social. Mas isso de tal modo que, quando cumpre seus deveres no serviço privado à família, ela é excluída da produção pública e não pode adquirir nada e, quando quer participar da indústria pública e adquirir autonomamente, não tem condições de cumprir os deveres com a família. E o mesmo que sucede na fábrica sucede à mulher em todos os ramos de negócios, inclusive na medicina e na advocacia. A família individual moderna foi fundada sobre a escravização doméstica aberta ou dissimulada da mulher, e a sociedade moderna é uma massa cujas moléculas são as famílias individuais. Hoje em dia, na grande maioria dos casos, o homem precisa ser aquele que ganha o sustento da família, o provedor, pelo menos nas classe possuidoras, e isso lhe confere uma posição de dominação que não necessita de nenhum privilégio jurídico adicional. Na família, ele é o burguês e a mulher representa o proletariado. No mundo industrial, porém, o caráter específico da opressão econômica que pesa sobre o proletariado só aparece com toda a nitidez, depois que se eliminam todos os privilégios legais da classe dos capitalistas e se estabelece a igualdade jurídica de direitos de duas classes; pelo contrário, é a primeira a propiciar o terreno em que ele é resolvido. E, do mesmo modo, o caráter peculiar da dominação do homem sobre a mulher na família moderna, assim como a necessidade e o modo de estabelecimento de uma equiparação social real entre os dois, só aparecerá sob uma luz intensa quando ambos tiverem total igualdade de direitos em termos jurídicos. Ficará evidente, então, que a libertação da mulher tem como primeira pré-condição a reintrodução de todo o gênero feminino na indústria pública e que isso, por sua vez, exige a eliminação da família individual em sua condição de unidade econômica da sociedade. (ENGELS, 2019, p. 74)

Destarte, percebemos o quanto as mulheres foram ‘escravizadas’ no modo de produção capitalista, institucionalmente pelo casamento e maridos.

Uma vez que as crianças eram vistas como mão de obra barata, as mulheres passaram a serem requisitadas a produzirem mais filhos, sendo, exploradas, oprimidas e visualizadas como um mero instrumento para esse fim.

Dentre essas feministas marxistas, além de Kollontai, podemos destacar Clara Zetkin, alemã e ativista do movimento comunista internacional que defendia o sufrágio e a reforma da legislação trabalhista para mulheres; Rosa Luxemburgo, que embora não dedicasse suas reflexões ao empoderamento feminino, trazia em seus textos a chave para a emancipação feminina através da revolução e que só uma revolução proletária vitoriosa poderia libertar as mulheres da escravidão a que a vida doméstica as submetia. Ambas criticavam o feminismo burguês e defendiam que as mulheres só ganhariam o devido reconhecimento enquanto seres humanos através da luta de classes. Posicionavam-se contra a Primeira Guerra e se reuniam com outras mulheres de esquerda, a fim de debater, trocar experiências e estabelecer novas formas organizacionais.

Essa fase inicial, momento de importante construção histórica do feminismo, perpassando meados do século XIX ao início do século XX, caracterizou-se por ser um movimento distinto e não unificado, em que as feministas de todo o mundo, cada uma a sua conjuntura e realidade cultural e social, analisavam os aspectos de suas vidas, buscando exigir direitos básicos e iguais perante a lei, na educação, no emprego e na política, no entanto divergentes e variados entre si. Por vezes, nesse primeiro período, o movimento passou a ideia de militância em prol da luta ao direito ao voto, entretanto, militou em várias vertentes, desafiando as restrições sociais que as mantinham presas à esfera doméstica.

A distinção entre a luta das mulheres de classe média das mulheres trabalhadoras era acentuada, uma vez que enquanto umas protestavam pelo ócio forçado, as outras lutavam contra a exploração dos trabalhos nas fábricas. A questão de raça já compunha o debate, apresentando uma conjuntura vivenciada pelas feministas negras de dupla opressão, por sua etnia e pelo gênero. Inicialmente, a causa abolicionista uniu mulheres, entretanto a divisão

veio logo que o sufrágio feminino deu lugar ao direito ao voto para o homem negro. Já se falava, um tanto timidamente, em alguns países, sobre os direitos reprodutivos, no entanto esse debate passa a ganhar força na chamada segunda onda feminista, que abordaremos a seguir.

Para muitos estudiosos, a Primeira Guerra mundial, que data de 1914-1918, teria sido um divisor de águas na luta das mulheres, principalmente no movimento sufragista. Considerando que, com a Grande guerra, as mulheres passaram a trabalhar e assumir postos antes predominantemente dominados pelos homens. Destarte, todo o argumento utilizado pelo governo de que as mulheres não poderiam votar, pois não auxiliavam na guerra foi derrubado, principalmente na Grã-Bretanha, onde centenas de mulheres trabalhavam em fábricas de munição.

Uma vitória parcial do movimento aconteceu e as mulheres que detinham propriedade e possuíam 30 anos de idade ou mais, conquistaram o direito ao voto e a sua emancipação, o que correspondia a cerca de quarenta por cento da população feminina. Em outros países, o direito foi sendo conquistado cada um a sua maneira, alguns priorizam conceder o direito a mulheres que pagavam impostos e outros foram tardiamente concedidos, devido ao medo de ameaça política que as mulheres representavam, ou em alguns países católicos, a Igreja se opunha ao sufrágio, alegando que acabaria com o casamento e a família. Em muitos países o direito ao voto só foi conquistado, após a Segunda Guerra Mundial.

3. A EXISTÊNCIA FEMININA E O TORNAR-SE MULHER

*Eis, por que reclamam elas hoje, em grande número, novo estatuto; e, mais uma vez, sua reivindicação não consiste em serem exaltadas em sua feminilidade: elas querem que em si próprias, como no resto da humanidade, a transcendência supere a imanência; **elas querem que sejam concedidos, enfim, os direitos abstratos e as possibilidades concretas, sem a conjugação dos quais a liberdade não passa de mistificação.***

*Essa vontade está se realizando. Mas o período que atravessamos é um período de transição; este mundo que sempre pertenceu aos homens ainda continua nas mãos deles; as instituições e os valores da civilização patriarcal sobrevivem a si mesmos em grande parte. **Os direitos abstratos ainda estão longe de ser integralmente reconhecidos em toda parte às mulheres. [...]** E os direitos abstratos, acabamos de dizê-lo, nunca bastaram para assegurar à mulher uma influência concreta sobre o mundo; **entre os dois sexos não existe, ainda hoje, verdadeira igualdade.***

Simone de Beauvoir³⁰

30 BEAVOUIR, Simone de. **O Segundo Sexo: fatos e mitos**. Tradução Sérgio Milliet. – 3.ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016, p. 191. (grifo nosso)

A Segunda Guerra Mundial, que ocorreu por volta da metade do século XX, foi marcante e significativa para a luta das mulheres. Em um contexto marcado pela maciça necessidade da população servir a guerra, lutando para defender seu país, as mulheres foram convocadas para atuar como ‘enfermeiras’ cuidando dos feridos. Em algumas famílias, cuja conjuntura anterior colocava o homem enquanto provedor, a guerra impôs a responsabilidade com o sustento dos familiares. *“Foi dessa maneira que mulheres passaram de condicionadas à vida privada, para pessoas que podiam exercer, de alguma maneira, papéis na vida pública”*.³¹

Isso contribuiu para um novo contexto no movimento feminista, originando no que hoje é denominada por alguns teóricos, segunda onda do feminismo. Florescendo pelo período entre meados de 1940 até por volta de 1980, influenciado por ideais que viam as desigualdades entre homens e mulheres e a opressão sofrida por elas, a partir da análise de aspectos da sociedade, como sexualidade, religião e poder. As feministas buscaram nessa nova fase, cada uma de acordo com a conjuntura e realidade de seu país, encontrar estratégias que desenvolvessem a sociedade e a cultura a partir da intensificação do ativismo e da militância e *“à compreensão da origem da condição feminina, isto é entender as razões que fundamentam a opressão sofrida pelas mulheres”*.³²

Em um contexto de desafio da imagem de feminilidade da mulher, a luta pela conquista da igualdade política, intelectual, social e legal, que predominou nos ideais de luta e construção teórica da primeira onda, permaneceu intensificada com novos cenários e debates. O ano de 1949 foi marcado pela publicação da obra *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, que chegou colocando em notoriedade sua análise sobre a condição histórica da mulher, expondo o que poderíamos nomear de grito por liberdade para todas as mulheres, desafiando preconceitos e tratando de forma intelectual e aberta, temáticas antes consideradas tabus, expressando seu pioneirismo em

31 (SILVA, 2019, n.p.)

32 (SILVA, 2019, n.p.)

inúmeras questões, que posteriormente vieram a ser discutidas no movimento feminista e que segue em debate até os dias atuais.

No mundo ocidental, a plataforma feminista inicial foi efetivada ao longo do século XX. Em geral, o direito de voto foi obtido pelas mulheres nas primeiras décadas do século (embora em países como Suíça ou Luxemburgo tenha tido de esperar até os anos 1970). As barreiras à educação foram levantadas, com o acesso das mulheres a todos os níveis de ensino chegando a superar o dos homens – ainda que as profissões com maior presença feminina costumem ser aquelas com menor prestígio social e menor remuneração média. Lentamente os códigos civis passaram a afirmar a igualdade de direitos entre os conjugues. Com isso o feminismo foi obrigado a focar mecanismos menos evidentes de reprodução e subordinação das mulheres. Questões vinculadas à sexualidade e aos direitos reprodutivos, nas quais, aliás Kollontai e Goldman forma pioneiras, ganharam projeção. Ao mesmo tempo, as formas de subalternização que continuavam em avanços na legislação, passaram a ser esquadrihadas.

Avulta, neste momento, a figura de Simone de Beauvoir (1908-1986), que ocupa para o feminismo contemporâneo uma posição fundadora ainda mais central que a de Mary Wollstonecraft para seus primórdios. Ela se tornou uma espécie de lenda em vida, encarnação da mulher liberada dos constrangimentos da sociedade machista, capaz de fazer o próprio caminho. (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 25)

O Segundo Sexo foi escrito em um contexto em que o campo intelectual francês tinha a filosofia como disciplina hegemônica e predominantemente a vertente existencialista como norte. Beauvoir compunha esse campo e sua presença e força já era algo a ser questionado, embora fosse uma mulher, rompeu com o androcentrismo existente nos meios intelectuais da época, conquistando seu espaço.

[...] Beauvoir era uma exceção, mas já havia conquistado sua posição no campo com uma trajetória de mais de 20 anos de intensa dedicação ao projeto de se tornar intelectual e escritora: em 1929, foi à pessoa mais jovem até então e uma das primeiras mulheres a obter uma *agrégation* em filosofia e,

pouco depois, a primeira professora de filosofia em um liceu só de homens; em 1945, tornou-se a única mulher com poder de decidir questões editoriais em uma importante publicação da intelectualidade francesa desde o fim da guerra, a revista *Les Temps Modernes* [...] (CANDIANI, 2019, p. 05)

Simone de Beauvoir nasceu em Paris em nove de janeiro de 1908, filha de uma família burguesa paraisense. Exerceu seu direito de estudar, iniciando a educação básica no Curso Désir de orientação católica e posteriormente certificada professora de filosofia em 1929 em Sorbonne, onde conheceu seu companheiro de vida, Jean-Paul Sartre, com quem viveu por mais de cinquenta anos. O romance resultou em grandes marcos profissionais, filosóficos e sociais na vida de ambos, viajavam, trabalhavam juntos e apoiavam causas políticas que julgavam importantes.

Segundo Saffioti (1999, p. 158), muitos historiadores colocam o papel da filósofa como submisso perante o companheiro, o que viria a justificar sua adesão ao existencialismo, presente em suas obras. No entanto, Heleieth discorda dessa concepção e coloca Beauvoir como ousada e persistente em inovar questões até então reprovadas pela sociedade.

Importante salientar que Beauvoir sempre lutou por causas consideradas justas, no entanto revolucionárias para a época, vivenciando em sua própria vida pessoal, situações nada convencionais. Seu romance com Sartre foi mantido de forma livre, permeado por inúmeros outros romances. Negando a maternidade, Beauvoir teria feito inclusive, vários abortos. Criou como filha, uma única e adotiva, Sylvie Le Bon, hoje também feminista.

Beauvoir compõe uma geração de pensadores que vivenciaram as experiências do contexto doloroso e violento da guerra, exercendo seu papel de resistência e consciência não só no âmbito do conhecimento, mas em âmbito político e cultural, se posicionando concretamente em relação à realidade em que viviam e que os afetavam. Antes mesmo de se declarar feminista, na revista *Les temps modernes*, já mostrava sua notoriedade a partir

de sua orientação existencialista³³, que lhe servirá de pano de fundo para que, a partir dos valores de autenticidade e liberdade, escrever sua obra que viria a se tornar posteriormente tão significativa para o feminismo.

O livro foi publicado dividido em dois volumes, no primeiro, *O Segundo Sexo: fatos e mitos*, Simone resgata a biologia, psicologia e o materialismo histórico para buscar explicar razões que levam a subordinação da mulher. Essas questões evidenciam inúmeras diferenças entre homens e mulheres, mas nenhuma delas, ainda que biologicamente exista dessemelhança significativa, se mostram suficientes para justificar a mulher enquanto um ser ífero.

Seu questionamento se pautava, portanto, em entender no que consistia para um indivíduo do sexo feminino existir nesse mundo, como encontrariam a sua independência e quais circunstâncias restringiam a sua liberdade, renovando e inovando teoricamente o questionamento acerca dos valores que perpassavam a construção social do feminino.

Para isso, ela fez uso da categorização da mulher enquanto “Outro”, preambularmente debatida e analisada, na introdução desse primeiro volume, ponderando acerca da concepção de que ser mulher, nesse mundo patriarcal, governado majoritariamente por homens, para homens e em função dos seus próprios interesses, é ser um segundo sexo, ou seja, ser mulher, é como existir sendo um ser relativo, é o não ser o sujeito, é ser o segundo.

Essa condição seria construída e determinada pela cultura, pelo modo de vida, tendo como determinismo sua redução desde o início da modernidade ao lugar de Outro do homem, e ao Outro da razão, sendo excluída do conceito supostamente neutro e universal de humano, sob o qual, de direito estaria abrigado apenas o homem.

33 O existencialismo constitui seu pensamento, a partir da concepção de que existe o mundo e existimos nós, daí existimos nesse mundo e nos relacionamos com os as coisas, e os outros indivíduos a partir dessa relação.

Ser o Outro é a subjetividade corporificada, mediado por instituições, como o casamento, onde uma parte, o homem, seria privilegiado de modo que, a sua superioridade instituída, colocaria a mulher na condição de objeto.

Ela não é senão o que o homem decide que seja; daí dizer-se o “sexo” para dizer que ela se apresenta diante do macho como um ser sexuado: para ele, a fêmea é sexo, logo ela o é absolutamente. A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem, e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro. (BEAUVOIR, vol1, 2016, p. 13)

Seguindo essa construção analítica, Beauvoir questiona a submissão e o silêncio da mulher perante essa condição de Outro:

Por que as mulheres não contestam a soberania do macho? Nenhum sujeito se define imediata e espontaneamente como o inessencial; não é o Outro que se definido como Outro define o Um; ele é posto como Outro pelo Um definindo-se como Um. Mas para que o Outro não se transforme no Um é preciso que se sujeite a esse ponto de vista alheio. De onde vem essa submissão da mulher? (BEAUVOIR, vol 2, 2016, p. 14)

A autora responde tal condição de forma contundente, recorrendo à filosofia existencialista, marca de sua obra:

O mundo sempre pertenceu aos machos. Nenhuma das razões que nos propuseram para explicá-lo nos pareceu suficiente. É revendo à luz da filosofia existencial os dados da pré-história e da etnografia que poderemos compreender como a hierarquia dos sexos se estabeleceu. Já verificamos que, quando duas categorias humanas se acham presentes, cada uma delas quer impor à outra sua soberania; entre elas, seja na hostilidade, seja na amizade, sempre na tensão, uma relação de reciprocidade. Se uma das duas é privilegiada, ela domina a outra e tudo faz para mantê-la na opressão. (BEAUVOIR, 2016, Vol. 01, p. 95)

Ela justifica também, que a submissão da mulher poderia ser fruto de seu narcisismo, *“um processo de alienação bem definido: o eu é posto como um fim absoluto e o sujeito nele foge de si”*³⁴, isso resultaria na cumplicidade com sua própria opressão.

Podemos entender que para a filósofa, ser o Outro é ser um Outro desigual, a partir de uma desigualdade socialmente construída e que não define a mulher em si, mas sempre em comparação ao homem, definindo-a em um papel de submissão hierarquizado. Deste modo, vivendo em condição de Outro, a mulher segundo ela, não possuiria condições de questionamento, pois de tudo o homem faria para manter essa condição.

Assim, o triunfo do patriarcado não foi nem um acaso nem o resultado de uma revolução violenta. Desde a origem da humanidade, o privilégio biológico permitiu aos homens afirmarem-se sozinhos como sujeitos soberanos. Eles nunca abdicaram o privilégio; alienaram parcialmente sua existência na Natureza e na Mulher, mas reconquistaram-na a seguir. Condenada a desempenhar o papel do Outro, a mulher estava também condenada a possuir apenas uma força precária: escrava ou ídolo, nunca é ela que escolhe seu destino. [...] O lugar da mulher na sociedade sempre é estabelecido por eles. Em nenhuma época ela impôs sua própria lei. (BEAUVOIR, 2016. Vol.01, p. 113)

Beauvoir inova ao romper com as bases teóricas tradicionais, pensando o feminino enquanto um corpo vivido, expondo a construção social da corporeidade e a sexualidade, buscando desconstruir a identidade de um suposto sujeito feminino, trazendo para o debate feminista a dimensão fenomenológica de tornar-se mulher, ao sustentar que a mulher é o Outro, o segundo, esse Outro seria o outro desigual, construído socialmente:

34 (BEAUVOIR, 2016, v. 02, p. 443)

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino. (BEAUVOIR, 2016, vol. 02, p. 11)

A partir dessa referência, ela apresenta e dá continuidade em sua tese no segundo volume “*a experiência vivida*”, o ser mulher não como fato da natureza, mas como resultado de uma história, uma construção social a partir de determinantes impostos, ditos como naturais, mas que na realidade seriam de cunho social e moral, expondo a mulher enquanto um ser cúmplice de sua própria desigualdade. Ao utilizar desta frase, “ninguém nasce mulher”, ela busca desnaturalizar a condição que a civilização impôs a mulher, acertando que o que importa são os contextos e situações que as mulheres vivenciam, as possibilidades de permitirem ou proibirem que seus corpos se relacionem neste mundo.

Por conseguinte, ela coloca sob o olhar filosófico as condições da mulher em suas mais variadas dimensões, perpassando pela dimensão sexual, psicológica, social e política, adentrando em temas como casamento, maternidade, aborto e domesticidade, organizando sua análise em tópicos e percorrendo pelo desenvolvimento, formação, situação, justificações, chegando até o caminho da libertação da mulher.

Segundo Simone, a formação da mulher difere da formação do homem desde os primeiros anos de vida, tendo sua vocação imposta. Até os doze anos, uma menina seria tão forte quanto os irmãos, as atitudes e comportamentos de ambos não se diferem durante os três ou quatro primeiro anos, expressando o desejo de serem percebidos de igual maneira. Entretanto, as diferenças vivenciadas na vida adulta, começam a se expressar com maior notoriedade na puberdade, quando passam a perceber o próprio corpo. Neste momento o pênis se torna para o homem símbolo de sua superioridade, enquanto a menstruação passa a ser motivo de vergonha para a mulher. A passividade feminina é imposta socialmente por seus educadores, ensinando-

lhe que é preciso agradar, renunciar sua autonomia, enquanto para os meninos o encorajam-no a ser aventureiro, colocando seu corpo como um instrumento de luta e dominação da natureza.

É-nos válido, destacar a análise em que a autora se refere aos impactos da centralidade da criação e educação das meninas por mulheres, sendo estas, mãe, avós e tias, demonstrando a reprodução da condição submissa da mulher e ilustrando o quanto a hierarquização dos sexos manifesta-se na experiência familiar.

A jovem aprende, desde cedo, a condição de sua felicidade atrelada e condicionada ao amor e espera por ele, entregando seu destino a algum homem, ambicionando o casamento como resultado final e empreendimento urgente. No entanto, ainda que a jovem busque estudar, obter aprendizado profissional, tomar seu destino em suas mãos e conquistar sua independência, ela ainda acreditará no amor e no casamento como condicionante para ser feliz, centralizando, dedicando ou reservando um lugar para o homem e para o amor.

Sobre isso Beauvoir conclui que:

[...] Não se trata de uma fraqueza mental, de uma incapacidade de se concentrar, e sim de uma partilha de interesses que se conciliam mal. Forma-se um círculo vicioso: espantamo-nos muitas vezes ao ver com que facilidade uma mulher pode abandonar a música, os estudos, a profissão logo que encontra um marido; é que empenhara muito pouco de si mesma em seus projetos para descobrir grande proveito na sua realização. Tudo contribui para frear sua ambição pessoal, enquanto uma enorme pressão social a convida a encontrar no casamento uma posição social, uma justificação. É natural que não procure criar por si mesma seu lugar neste mundo, o que só o faça timidamente. **Enquanto não houver uma perfeita igualdade econômica na sociedade e enquanto os costumes autorizarem a mulher, como esposa ou amante a aproveitar-se dos privilégios de certos homens, o sonho de um êxito passivo continuará e ela freará suas próprias realizações.**³⁵ (BEAUVOIR, 2016, vol 02, p. 121.)

35 Grifo nosso.

Sobre a sexualidade, Beauvoir nos apresenta a condição da mulher sujeita a castidade imposta pela civilização patriarcal e a supervalorização da virgindade, enquanto ao homem é reconhecido o direito de expressar e satisfazer seus desejos sexuais, controlar e conduzir a condição íntima da mulher e novamente controlando sua autonomia e fazendo dela instrumento de seu prazer, o Outro.

Em decorrência, Simone (2016, Vol 02. p. 141) adentra a questão da liberdade sexual, apresentando a existência de métodos anticoncepcionais:

[...] A existência de métodos anticoncepcionais mais seguros e discretos auxilia muito a libertação sexual da mulher; num país como os Estados Unidos, onde essas práticas são comuns, o número de moças que chegam virgens ao casamento é muito inferior ao que se verifica na França; elas permitem maior abandono durante o ato amoroso.

Segundo ela, a iniciação sexual seria para a mulher, muito mais prazerosa e mais fácil, se esta não fosse permeada por tabus, sem o caráter dominador do macho, sem violência, nem surpresas. As dificuldades e medos possuídos pela mulher na sexualidade faz com que se torne um processo alienador.

Beauvoir inicia uma pequena análise acerca da homossexualidade da mulher, trazendo a ideia de que:

Não existe distinção biológica rigorosa entre os dois sexos; um corpo celular idêntico é modificado por ações hormonais cuja orientação é genotipicamente definida, mas pode ser desviada no decurso da evolução do feto; disso resulta o aparecimento de indivíduos intermediários entre os machos e fêmeas. (BEAUVOIR, Vol. 02, p. 161)

Assim a autora adentra a questão de gênero, que apesar de iniciar o debate em suas análises, ela não faz uso da denominação *gênero*, vindo a ser aderida pelo movimento feminista, três decênios mais tarde.

Sobre a condição da mulher frente ao casamento, colocada tradicionalmente e culturalmente como algo necessário, Simone reforça a condição subalterna da mulher imposta, enquanto este sempre se apresentou de forma diferente para o homem, que ausente de reciprocidade, teve sua condição social de indivíduo autônomo, completo e dominador, preservada. Por um grande período da história a mulher era destinada a casamentos combinados entre sogros e genro, colocando sua liberdade de escolha como restrita ou inexistente. O casamento é imposto também como sinônimo de manutenção econômica e do status quo. Uma vez casada e com filhos, o trabalho doméstico lhe é colocado como dever. O casamento seria, portanto, mera convenção institucional.

Assim, o trabalho que a mulher executa no interior do lar não lhe confere autonomia; não é diretamente útil à coletividade, não desemboca no futuro, não produz nada. Só adquire seu sentido e sua dignidade se é integrado a existências que se ultrapassam de libertar a matrona, esse trabalho a coloca na dependência do marido e dos filhos; é através deles que ela se justifica: em suas vidas ela é apenas uma mediação inessencial. (BEAUVOIR, Vol. 02, p.. 235)

Ela apresenta a evolução econômica da mulher no casamento como um divisor de águas para esta instituição, mas ainda insuficiente, pois ainda que a mulher invista em sua profissão, se arranque da servidão conjugal e passe a ter um salário, este só trará para a realidade familiar uma espécie de suplementação, sendo insuficiente para ela sustentar o casal ou até mesmo a família em pé de igualdade com o homem. A maternidade lhe é imposta como algo natural e vocacional, e que será a única e melhor forma da mulher se realizar integralmente. Mas a autora apresenta que *“há mais de um século, mais ou menos, a função reprodutora não é mais comandada pelo simples*

*acaso biológico: é controlada pela vontade*³⁶, se referindo sobre a possibilidade de aborto, controle de natalidade e sobre a maternidade não ser de fato um desejo universal.

Subsequentemente, a autora adentra o aborto, desmistificando teoricamente o quão hipócrita e moralista a sociedade se torna ao debater sobre o tema, colocando-o como cheio de riscos para a vida da mulher. No entanto, a autora afirma que o aborto não teria riscos se fosse realizado de forma correta e sanitária, por um médico. Ela coloca ainda, a hipocrisia de quem acusa o aborto como um crime e vê silenciosamente crianças virem ao mundo e sofrerem as mazelas sociais que as impossibilitam de viver dignamente. Esse moralismo permanece com o objetivo final de manter o controle sobre os corpos das mulheres. *“Vê-se a que ponto o antifeminismo é ainda vivo pela obstinação de certos homens em recusar tudo o que poderia libertar a mulher”*³⁷. Em curso, ela adentra polemicamente a questão da maternidade, reconhecendo que caso as mulheres pudessem conscientemente optar pela maternidade, o que elas não poderiam, era se identificar de forma exclusiva e limitada ao papel de mães.

Essa mesma sociedade sorrelfa que segundo Simone, condena o aborto, tem a prostituição escancarada sob duas vertentes e veementemente defendida. Uma traz a prostituição enquanto mulher e esposa, que se casa e se vende uma vida toda em troca de uma manutenção econômica e social a um homem só que lhe é chamado marido. A outra é a mulher que se vende a vários homens e tão “necessária” a sociedade quanto à primeira, para satisfazer os prazeres daqueles que detém de todo o poder da sociedade patriarcal. Para Beauvoir (Vol. 02, p. 364), a diferenciação entre elas, seria:

[...] A grande diferença entre elas está em que a mulher legítima, oprimida enquanto mulher casada, é respeitada como pessoa humana; esse respeito começa a pôr seriamente em xeque a opressão. Ao passo que a prostituta não tem os

36 (BEAUVOIR, Vol. 02, p. 280)

37(BEAUVOIR. Vol. 02, p. 282)

direitos de uma pessoa; nela se resumem ao mesmo tempo, todas as figuras da escravidão feminina.

O livro foi publicado em um contexto de Guerra Fria, com a polarização política entre União Soviética e EUA, um momento marcado pela forte ação de movimentos em prol da valorização da maternidade, com o espectro político entre esquerda, marcada pela forte presença comunista, e pela direita com forte cunho religioso, de predominância católica. Nesse período o existencialismo era um elemento considerado incomodo para ambas as diretrizes, uma vez que não se alinhava a nenhuma delas. Nesse contexto, o movimento de mulheres usava de forma muito discreta a palavra feminista.

Embora o livro tenha sido publicado primeiramente na França em 1949, ele só passou a ter notoriedade pública por volta de 1960, não tendo igual penetração em todas as nações. Considerado por teóricos e teóricas como a base da segunda onda do feminismo, o livro sofreu inúmeros debates e polêmicas, levantando inúmeras contestações nos meios intelectuais. Beauvoir foi incontáveis vezes, silenciada e teve sua obra criticada por questões externas ao seu próprio texto e ao projeto intelectual do qual resulta.

Considerada uma das primeiras obras escrita por uma mulher a suscitar euforias e desconfortos, suas análises e conclusões causaram verdadeiro fervor nos intelectuais da época, por se tratar de uma exploração profunda dos mitos, pressões sociais e das experiências vividas por mulheres, antes pouco ou sutilmente debatidas, levando-se a conclusão radical de que a ideia de ser mulher é um condicionamento social. Em alguns países, o livro não foi publicado integralmente, sendo excluídos capítulos e trechos inteiros.

A polêmica se desenvolveu em decorrência da autora expressar de forma tão intensa, temas considerados tabus que conseqüentemente, levaram a alguns opositores e alguns críticos a considerá-lo um manual de perversidade, vulgaridade, pornografia, destruição da família e de contestação da soberania do homem. Logo, os ataques se direcionaram para o modo de ser

mulher de Beauvoir, denotando o quanto uma mulher se apropriar de análises e exercer o poder de voz sem rodeios e meias palavras se apresentava como algo desafiador, inusitado e afrontoso.

Escrito numa época de dolorosa transição e reconstrução, no pós-guerra da Europa, o livro é um grito de libertação para todas as mulheres e também para a própria Simone. Através dele é que Beauvoir vai se afirmar de modo definitivo, como pensadora original e testemunha crítica de modo definitivo, como pensadora original e testemunha crítica de sua própria época; ela desafia preconceitos e trata de forma aberta e simples temáticas tabu tais como: a sexualidade na infância, a menstruação, o erotismo, o desejo e a iniciação sexual, a religiosidade repressora, a cultura de dominância masculina e machista e a desqualificação cultural da feminilidade, o sexismo na literatura, o defloramento e a brutalidade masculina na relação sexual, a virgindade, o orgasmo, o lesbianismo, a dominação masculina no casamento tradicional, a prostituição, a velhice, o suicídio, entre muitos outros. Muitos fatores convergiram para a publicação desta obra, neste período. (ALMEIDA, 1999, p. 147).

Isso denotou o que podemos chamar de reação antifeminista dos homens e da sociedade, ao livro, a Beauvoir e tudo o que nele ela defendia. Eles se recusavam a aceitar a análise que ela apresentava de que existiria uma dominação entre os sexos patriarcalmente. Já seus apoiadores defendiam que a ideia transmitida por Simone era clara: nenhum humano deve ser oprimido, independente de cor, raça, classe ou gênero.

O livro foi fortemente debatido entre a esquerda e a direita francesa, onde uma colocava a obra como imoral, individualista e burguesa, e a outra como imoral e um atentado contra a família e o conservadorismo.

Tal questão nos é importante para refletirmos sobre como as mulheres declaradas feministas eram hostilizadas. Isso exemplifica o motivo das militantes da época pouco ou quase nunca se denominarem, o que consequentemente também levou Beauvoir por muito tempo, a não se autodeclarar feminista. Dizia apenas, ser uma intelectual crítica da situação social da mulher de sua época,

o que mudou anos mais tarde, quando sua obra ganhou notoriedade pública mundial (MORAES; SANTOS. 2019, p. 01). Seus apoiadores da época também tinham dificuldade em defini-la como feminista, chamando-a de filósofa que dominava a questão de forma completa e atualizada.

Em seu livro *A Força das Coisas*, a autora expôs como foi retaliada após a publicação de sua obra:

Recebi epigramas, cartas, sátiras, molestações, exortações que me dirigiam, por exemplo, “membros muito ativos do primeiro sexo”. Insatisfeita, frígida, priápica, ninfomaníaca, lésbica, cem vezes abortada, fui tudo, até mãe clandestina. Ofereciam curar-me a frigidez, saciar meus apetites de gula, me prometiam revelações em termos grosseiros, mas em nome da verdade e da beleza, do bem, da santidade e até da poesia, indignamente devastadas por mim... Também Mauriac. Escreveu a um dos colaboradores de *Les Temps Modernes*: “Aprendi tudo sobre a vagina da vossa patroa” (BEAUVOIR, 2010, p. 16, In. CANDIANI, 2019, p. 07)

Podemos observar que tais ofensas para a desqualificação de Beauvoir, perpassando sua condição de mulher e intelectual, era fundamental para os seus opositores deslegitimarem o livro, pois seu conjunto, não desestabilizava apenas o campo intelectual, mas também o político. Ainda que sua obra permanecesse apenas no campo filosófico, a autora com suas teses, forneceu elementos suficientes para o aumento da consciência, da irmandade entre mulheres e da busca por reconhecer e desafiar a construção social da feminilidade, almejando a tão sonhada autonomia e liberdade.

Através da obra *O segundo Sexo*, foi possível aos movimentos feministas, compreenderem que cada mulher vivencia suas experiências de forma individual, perpassando por opressão e exclusão, iniciadas em âmbito familiar e perpetuadas pela sociedade. Assim, desenhando o quadro valorativo de tais experiências, o livro passa a ser um conjunto de práticas emancipatórias.

Anterior ao *O Segundo Sexo*, já existiam obras significativas para análise da condição da mulher e para o feminismo, tal como trazemos no corpo deste texto a respeito de Wollstonecraft, Kollontai, Gouges, dentre outras. Contudo, o livro pode ser considerado o primeiro e mais completo questionamento dos valores que perpassavam a construção social do feminino.

Emerge um novo feminismo e concomitante a ele adentra o período histórico em que, socialmente, problemas culturais e políticos se mesclavam, devendo as mulheres encorajar-se para combater as estruturas sexistas de poder, transformando suas vidas a partir da mudança de visão e de conduta.

O livro chegou aos EUA, em meados de 1950 e só foi traduzido em 1953, no entanto, somente em 1970 ganhou de fato notoriedade, adentrando os espaços intelectuais e inspirando nomes renomados do feminismo americano. Segundo Candiani (2019, p. 15) o livro demorou angariar espaço e reconhecimento em decorrência de:

[...] as pautas feministas apresentadas por Beauvoir em *O Segundo Sexo*, em especial a questão da contracepção e da liberação sexual, tinham pouca relevância nos meios intelectuais estadunidense: as mulheres, em especial a elite econômica e intelectual, já tinha seu direito à contracepção garantido. Ao contrário da França, os Estados Unidos também já haviam reconhecido as vantagens da presença das mulheres no mercado de trabalho.

Nesse contexto, ainda que a obra de Beauvoir tenha angariado publicidade, muitas feministas, mesmo se inspirando em suas teses, seu modo de viver e seus posicionamentos políticos, criticavam o *Segundo Sexo* de ser universalista e misógino, criticando as ideias beauvorianas sobre maternidade e considerando o seu feminismo como burguês.

Nos EUA, inspirada pela obra de Beauvoir, Betty Friedan publica em 1960 a *Mística feminina*, texto em que expõe ideias a cerca da infelicidade vivida pelas mulheres brancas de classe média, através de uma pesquisa que realizou, buscando compreender a causa da insatisfação das mulheres, que

assim como ela, eram mães, dona de casa, casadas, com formação universitária e que não sabiam justificar suas angústias, apenas definiam que eram infelizes, cansadas e ausentes da sensação de pertencimento a algo ou alguém.

Friedan retrata então, que as pautas feministas no contexto de guerra diversificaram-se e por mais que as feministas da primeira onda houvessem lutado bravamente por direitos, estes, em meados de 1944, haviam se enfraquecido, colocando para as mulheres a mística feminina, ou seja, uma imagem totalmente idealizada do que era ser mulher, ligada ao casamento e a família como opção única de vida.

De acordo com Friedan, no pós-guerra houve enormes pressões sobre as mulheres para corresponder à mística feminina. Revistas femininas como *Ladies' Home Journal* e *McCall's*, que nos anos 1930 haviam apresentado mulheres jovens e independentes, agora estavam cheias de imagens de donas de casa norte-americanas em lares confortáveis, equipados com modernos aparelhos domésticos. (MCCAN; et al. 2019, p. 121)

Friedan conclui com sua obra, que o caminho para escapar dessa mística feminina imposta pela sociedade seria a educação e o trabalho remunerado, através da realidade de mulheres em sua maioria, caracterizadas por serem de classe média e alta, uma vez que, nesse período, mulheres pobres e negras já ocupavam campos de trabalho, em péssimas condições e mal remuneradas.

Assim como Beauvoir, Friedan também inspirou a chamada segunda onda nos Estados Unidos e por vezes, debates questionavam quem de fato teria maior prestígio dentro da teoria feminista, ela ou Beauvoir. No entanto, Heleieth Saffioti, constatou no *“colóquio comemorativo do meio século do livro de Beauvoir, em Paris, pelos trabalhos de algumas feministas norte-americanas, que B. Friedan plagiou não apenas ideias, mas também*

*parágrafos inteiros de O Segundo Sexo*³⁸, o que denota ainda maior notoriedade e importância à obra de Simone para o feminismo mundial.

Nesse cenário, permeia nas pautas feministas a discussão pelos direitos reprodutivos, liberdade sexual, crítica a prostituição, pornografia e a distinção entre sexo e gênero. As feministas desafiavam os ideais de que a sexualidade feminina era ditada pelos homens, caracterizando a dominação masculina, como causa central da ausência de prazer sexual feminino. Questionavam ainda, a teoria do psicanalista Sigmund Freud, que teorizava a mulher como incapaz de sentir prazer, disfuncional e que o seu orgasmo seria oriundo da vagina.

Essas ideias ainda se faziam predominantes em 1950, no entanto as feministas começaram a questioná-las e levantar debates. Beauvoir já havia apresentando em sua obra, o ato sexual como instrumento do macho objetificar a fêmea ao penetrá-la. Na ciência, pesquisas relacionadas ao sexo, começaram a ganhar notabilidade no contexto pós segunda guerra, centralizando-se nas esferas da vida privada, dentro do casamento, na proporção que a sociedade foi se abrindo para o debate.

A arte passou a ganhar espaço e se consolidou como um dos instrumentos do movimento feminista, a partir de 1960, com obras que celebravam o corpo feminino, as realidades e desigualdades vivenciadas pelas mulheres. Essas artistas desafiavam o meio tradicional composto por homens e suas grandes obras, buscando novas formas de trabalhar e de se expressarem. Dentre estas, temos como destaque e grande fama, Frida Kahlo, hoje reconhecida mundialmente, por explorar em suas obras sua própria condição e tratar de gênero de forma combinada com a arte popular e moderna mexicana. No Teatro, feministas se organizaram para criar seu próprio espaço no palco para expressarem suas ideias, através da organização individualizada de cada grupo.

38 (SAFFIOTI, 1999, p. 161)

Em 1966, foi fundado nos EUA, um grupo chamado National Organization of Women (NOW), explodindo seus ideais de libertação feminina em sete de setembro de 1966, quando invadiram o concurso de Miss América em Atlantic City e protestaram contra todas as formas de objetificação das mulheres pelos homens. O protesto surpreendeu a mídia e a sociedade, quando feministas desfilaram em massa com faixas, coroando uma ovelha e jogando em um latão de lixo, denominado liberdade, itens que representavam a opressão feminina, como sutiãs, cintas modeladoras, sapatos de salto alto, exemplares da revista playboy, dentre outros. Ao final, as feministas desenrolaram uma faixa com a frase “Libertação das Mulheres”. O intuito inicial do protesto era colocar fogo na lata de lixo, mas não foi autorizado pelos organizadores do evento. Ainda assim, as manchetes da mídia propagaram o protesto como feministas “queimadoras” de sutiã. Simultaneamente, outro grupo protestava contra os padrões racistas impostos no Miss America Negra. Ambos ganharam notoriedade e colocaram o Movimento de Libertação das mulheres em destaque, causando grande efeito no ativismo pela emancipação e na luta contra a padronização dos corpos femininos, inspirando outros protestos que se seguiram.

Esse mesmo grupo, em meados de 1969, se reunia para conversar, trocar experiências e dividir a opressão que suas componentes sofriam diariamente, disseminando a ideia de conscientização entre as mulheres. Foi a partir disso que o movimento feminista passou a usar a expressão “o pessoal é político”. Com forte influência da obra de Simone de Beauvoir, era uma estratégia para simbolizar a importância de se reconhecer nas experiências compartilhadas, um instrumento de despertar de consciência, ecoando na militância e teoricamente em questões referentes à ordem familiar e relações conjugais. Destarte, esse conceito segundo Mccan etc al. (2019):

[...] sustenta que o patriarcado define e molda a vida da família, e que o ato sexual é político. E argumenta que descartar os problemas compartilhados como pessoais confina as mulheres a um papel de subordinação, e essa é apenas outra forma de

opressão por parte dos homens. O poder masculino é reforçado através da violência (na sociedade e em casa), do casamento e do cuidado com os filhos, e do amor e do sexo. Então, uma vez que a vida pessoal das mulheres passar a ser vista como política, será possível encontrar a base do sexismo, desafiá-la e mudá-la. (p. 135)

Ao expressarem suas opressões, inúmeros relatos a respeito da violência doméstica que sofriam foram trazendo a tona e evidenciando que o problema não era individual. Assim, a violência doméstica também entrou na pauta nesse momento do feminismo, embora as feministas já lutassem contra a violência doméstica desde o início do século XIX, ele ganhou força em meados de 1970. Grandes avanços puderam ser observados referentes ao tema desde então, no entanto o debate permanece necessário até os dias atuais.

Sobretudo no feminismo dos anos 1960 e 1970, o afeto, a sexualidade e o corpo foram politizados por meio de manifestações de testemunhos que permitiriam levar a público as perspectivas das mulheres, em um processo que objetivou, ao mesmo tempo, redefinir as regras do jogo e conscientizar as próprias mulheres. Nesse período, a noção de direito ao corpo foi fundamental em diferentes partes do mundo para o ativismo contra a violência doméstica e o estupro, assim como para a luta pelo complexo de direitos relacionados à reprodução, como o direito ao aborto. Essa atuação política fortaleceu a compreensão de que cabe às teóricas feministas construir categorias de análise que levem em consideração as experiências vividas pelas mulheres. (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 41)

Nesse mesmo período surgiu a ideia de coletividade, apresentando o jargão *sisterhoodispowerful* (a sororidade é poderosa), como estratégia de estimular e favorecer o empoderamento enquanto coletivo.

Foi esse contexto que deu origem ao que ficou conhecido por 'feminismo radical', um termo que se refere ao sentido de 'raiz da opressão machista', esta raiz tida como ter uma biologia de fêmea e, por isso, ser especificada com base na genitália e capacidade de reprodução. Sob a ótica do feminismo radical, a mulher é socialmente condicionada e explorada em razão do

sexo e das suas funções reprodutivas e o patriarcado é o sistema responsável por essa opressão, sendo o gênero a sua ferramenta. (SILVA, 2019, n.p.)

As feministas da segunda onda tinham suas demandas muito ligadas à ideia do corpo e até esse momento a mulher era ligada a sua função reprodutora, tanto socialmente quanto economicamente, reduzindo-a ao seu papel de mãe e esposa. Destarte, a invenção da pílula anticoncepcional no ano de 1960 foi um marco e provocou revolução na história feminista mundial, propiciando as mulheres uma nova era de liberdade sexual e social.

Composta por hormônios sintéticos, a pílula foi desenvolvida pelo biólogo Gregory Pincus, o cientista reprodutivo Min Chueh Chang e o ginecologista John Rock, a partir do apoio da feminista Margaret Sanger, que angariou fundos para a pesquisa do medicamento e que desde 1921 militava arduamente pelo direito ao controle de natalidade e planejamento familiar. Em dois anos após a pílula pronta, mais de 1,2 milhões de mulheres norte americanas já faziam uso. No entanto, o conservadorismo ainda assolava a sociedade e interfeira diretamente na inserção do medicamento, fazendo com que em muitos estados, não fosse permitido o seu uso e quando o era, apenas mulheres casadas poderiam fazê-lo.

O debate referente ao aborto entra em questão nesse mesmo contexto, por volta de 1960 a 1970, gerando inúmeras controvérsias. Algumas feministas, assim como Beauvoir, se colocavam a favor do aborto, refletindo-o como uma questão de direitos humanos (Movimento de Libertação das Mulheres –EUA), outras se opunham ao tema embasadas em concepções de cunho moral. O Ato do aborto, um protesto que ocorreu em 1967, conseguiu por direito a interrupção da gestação até vinte e oito semanas, na Inglaterra, Escócia e no País de Gales, desde que atestadas por um médico, que alegasse dano físico ou mental da gestação para a mulher.

A partir desse contexto, iniciou-se uma discussão dentro do feminismo, a partir do texto de Shulamith Firestone, que questionava o modelo de família

norte americana resultante no contexto pós guerra, idealizada com uma estrutura nuclear, branca, heterossexual e patriarcal. Firestone foi uma das fundadoras do feminismo radical, que ganhou força nos EUA em meados de 1967 e argumentava em sua obra “A dialética do sexo”, que a desigualdade entre homens e mulheres é a base para todas as outras opressões e estaria ligada ao modelo de familiar nuclear idealizado. A autora refuta os filósofos Karl Marx e Friederich Engels, quando tratam em sua obra “A origem da família, da propriedade privada e do Estado” que a opressão da mulher começa quando se estabelece a propriedade privada. Segundo ela, a opressão dos homens sobre as mulheres data de muito antes do que foi colocado pelos filósofos e que as mulheres deveriam subverter a este modelo nuclear de família, defendendo e aderindo ao modelo de família composta por casais não casados, vivendo de forma igualitária e criando os filhos juntos com grupos de pessoas, de forma coletiva. Essa seria para ela a base para uma sociedade igualitária.

Nesse mesmo período na França, iniciou o movimento liderado por Antoinette Fouque, *Psychanalyse et politique* que defendia a ideia de misoginia causada pela inveja do homem por sua incapacidade de dar a luz. Já na Itália, era defendida a campanha que logo ganhou dimensão internacional, do trabalho doméstico remunerado, que segundo as feministas que lideravam o movimento Selmas Kames, Mariarosa Dalla Costa, Silvia Frederici (contextualizada no início deste texto) e Brihitte Gatier; era à base da impotência feminina.

O estupro, até a segunda onda feminista, permanecia um assunto velado, pois raramente era denunciado. Quando colocado em debate, era de forma simplista e culpabilizadora em relação à vítima, utilizando da justificativa que o sexo era instinto e necessidade masculina e que estes agiam motivados por sua própria biologia.

A partir de 1970, as feministas começaram a lutar para que o estupro fosse considerado, em termos políticos, instrumento de afirmação de poder dos homens sobre os corpos das mulheres e que estes, podem ocorrer tanto em

ambiente externo e público, como principalmente em âmbito privado e doméstico, por estranhos ou em grande escala em situações de guerras. A feminista que marcou esse debate e teve profunda influência foi Susan Browmiller, jornalista responsável pela publicação de seu livro *Against Our Will: Men, Women and rape* (1995), obra em que defende o estupro como modo fundamental dos homens exercerem poder sobre as mulheres.

Posteriormente o estupro foi ganhando espaço no movimento feminista e ampliando sua contextualização em trabalhos acadêmicos. Hoje, reforça-se o estupro como fonte e motivação do homem exercer poder sobre as mulheres, motivado por violência. Percebe-se através de inúmeras pesquisas, que o estupro é mais cometido por alguém conhecido da vítima, cerceado pela cultura do silêncio, onde suas vítimas se sentem incapazes de falar sobre o assunto.

Um grande marco e conquista para o movimento feminista nesse contexto, foi à criação de centros de acolhimento em meados de 1972, garantindo abrigo, suporte, apoio e aconselhamento individual e que pudesse ser referência de um lugar seguro para mulheres vitimizadas. Esses centros inicialmente foram criados nos EUA, sendo disseminados posteriormente em outros países, como Reino Unido, Austrália, Canadá, dentre outros. Ainda assim, até hoje a violência persiste em muitos países e falar de estupro e outras expressões da violência ainda é considerado um tabu.

A heterossexualidade passou a ser identificada a partir de 1960, como um dos instrumentos pelos quais o homem controlava as mulheres. Assim, feministas lésbicas radicais passaram a criticar inúmeros padrões e normas instituídos, incentivando mulheres e meninas a praticarem a lesbianidade como uma identidade política. Segundo elas, só seria possível se livrar das amarras do patriarcado, se excluíssem de suas vidas comportamentos românticos e sexuais. Essas teses não foram aceitas hegemonicamente no movimento feminista, colocando inclusive algumas feministas renomadas a se distanciarem da temática.

A segunda fase sócio histórica do feminismo, foi marcada pela desnaturalização da questão de gênero, terminologia pouco utilizada neste contexto. Influenciada pela teoria de Simone de Beauvoir, com a tomada de consciência crítica pelo movimento de reconhecer o ser mulher enquanto condição humana construída socialmente, suas perspectivas teóricas serviram de pano de fundo para diferentes correntes de pensamento e para a transição a um novo momento histórico que viria a se desenvolver. Ainda que o movimento houvesse ganhado maior visibilidade com a obra de Beauvoir e todo o desenrolar aqui apresentado, as mulheres ainda eram pouco ouvidas e inviabilizadas enquanto líderes. Foi durante o período sufragista, principalmente na realidade dos EUA, que mulheres, através da luta abolicionista iniciaram um debate mais amplo dentro do movimento, relacionando a luta de classe com o sexismo e a raça.

O movimento feminista, portanto, passa a uma nova fase histórica, abarcando novas questões antes não debatidas e dando visibilidade a mulheres, que desde sempre, lutaram por direitos e espaço social do qual as mulheres brancas vieram lutar tardiamente. Essas são as mulheres negras, que passam a dar som as suas vozes, que desde os tempos de escravidão, lutam minimamente para sobreviver. Suas vozes passam a ser percebidas e ganham notoriedade através da obra da filósofa, comunista e militante Angela Davis, que vem e apresenta um novo panorama da história do feminismo, agora sob a perspectiva das mulheres negras.

4. O FEMINISMO É ANTI RACISTA E INTERSECCIONAL

cho que os movimentos, feministas e outros, são mais poderosos quando começam a afetar a visão e a perspectiva daquelas pessoas que não necessariamente se associam a eles. [...] Nós não podemos pressupor que é possível ter vitórias em qualquer movimento antirracista enquanto não considerarmos como o gênero aparece, como o gênero, a sexualidade, a classe e a nacionalidade aparecem nessas lutas. No passado, as lutas pela liberdade eram vistas como masculinas. A liberdade para o povo negro era equivalente à liberdade para o homem negro [...]. Mas isso já não é mais possível. E acho que o feminismo não é uma abordagem que seja ou deva ser adotada apenas por mulheres, mas deve ser cada vez mais uma abordagem adotada por pessoas de todos os gêneros.

*Angela Davis*³⁹

39 DAVIS, Angela. A liberdade é uma luta constante. Org. Frank Barat. Tradução Heci Regina Candiani. – 1.ed. – São Paulo: Boitempo, 2018, p. 55.

A transição do ano de 1980 para os anos 1990 foi marcada por profundas mudanças globais, incluindo uma forte tendência para o direcionamento político inclinado para a direita, principalmente nos EUA e no Reino Unido, aderindo a um sistema capitalista de livre mercado. Tal conjuntura influenciou diretamente no comportamento das pessoas, oferecendo um terreno arenoso para o ativismo que permeou da década 1970 a meados de 1980, servindo de pano de fundo para a construção da nova fase do feminismo que viria a emergir.

Grande parte do material teórico construído no decorrer da construção histórica do feminismo nas primeiras fases fora escrito por mulheres brancas, de classe média ou alta, inclinando suas análises e debates sob perspectivas das quais elas pensavam e vivenciavam. Ainda que, alegavam construir análises que contemplassem todas as mulheres, os movimentos existentes até então eram liderados e frequentados por um público com esse perfil, classista e branco, fazendo com que consequentemente os temas debatidos, os planos de luta e a busca por direitos, permeassem a realidade dessas mulheres.

Em meados de 1974, através da feminista francesa Françoise d'Eaubonne, foi criando o termo 'ecofeminismo' para o movimento cujas mulheres se uniam no papel de lutar pela proteção do meio ambiente e contra os danos causados no planeta. Acredita-se através do ecofeminismo, que *“a dominação, a degradação da natureza e a exploração e opressão às mulheres têm conexões significativas”*⁴⁰

Nesse contexto, emerge também um novo perfil de militantes, que questionando e contestando as bases e questões específicas que permearam o movimento nesse primeiro momento, vem apresentar o olhar e o lugar de fala de mulheres negras, pobres e da classe trabalhadora, interseccionando esses grupos, colocando em pauta o racismo e o preconceito estruturais do movimento até então.

40 Mccan etc al., 2019, p. 200.

Um feminismo disposto a questionar novas roupagens vem com todo vapor, interpelando através da feminista Adrienne Rich a heterossexualidade enquanto algo imposto pela sociedade para as mulheres, pois seria através dela que o patriarcado exerceria seu controle.

Novas lutas também emergiram em meados de 1980, onde feministas radicais e a direita conservadora dos Estados Unidos se uniram para tornar a pornografia ilegal. Com objetivos distintos, as feministas justificavam que a pornografia incentivava a violência contra as mulheres, já os conservadores ligava à pauta a questão moral. Na década de 1960 e 1970, anterior à revolução tecnológica (internet e vídeos), a pornografia era capitalizada e facilmente acessada através de alugueis de ‘filmes para homens’, e dos cinemas adultos. Existiu uma contrariedade nas lutas, algumas feministas colocavam também a ideia de que essa censura impactaria de forma repressiva as sexualidades marginalizadas, proferindo que todo sexo, incluindo a pornografia, deveria ser legalizado, desde que este fosse consensual, enquanto outras alegavam firmemente que toda pornografia era violenta.

As feministas da terceira onda questionava o sentido da mulher levantado nos discursos da onda feminista que lhes precedeu, uma noção de mulher universal e indiscriminada, resumida essencialmente no seu sexo. (SILVIA, 2019)

A publicação da obra “*Mulheres, Raça e Classe*”, da ativista e acadêmica Angela Davis, em 1981, constituiu-se como um divisor de águas dentro do movimento, trazendo em seus estudos um novo viés para a pauta feminista. Suas análises perpassam teoricamente o período sufragista, em meados do final do século XIX e início do século XX, apresentando o racismo e o preconceito de classe existente nas entranhas do movimento, que se concretiza como um agravante na capacidade do feminismo alcançar todas as mulheres.

Historicamente, a escravidão foi colocada como estratégia sub humana de controle e violência das mulheres negras, refletindo diretamente na compreensão acerca do feminino, da raça e da classe. Angela perpassa em suas análises, a construção da luta das mulheres e do feminismo, enquanto um movimento que beneficiou e se desenvolveu por anos em prol de mulheres brancas, de classe média e alta, buscando compreender e apresentar um novo viés da história do feminismo, ainda não contada, de como as feministas reproduziram ideias e atitudes opressoras e racistas em suas pautas de luta.

Ativista afro-americana, feminista e revolucionária, Angela Davis nasceu em 1944 e cresceu em Birmingham no Alabama, uma cidade que foi exposta aos atentados racistas e destacou-se durante as lutas pelos direitos civis. Davis pode vivenciar desde sempre a diferença de classe entre o povo negro, a miséria e a segregação racial dos Estados Unidos. Em sua auto biografia, recentemente publicada no Brasil através da editora Boitempo, ela traz expressões que marcam esse cenário.

Em Birmingham, se precisássemos de ir ao banheiro ou quiséssemos um copo de água, tínhamos de procurar o cartaz com a inscrição de 'cor'. A maioria das crianças negras do Sul da minha geração aprendeu a ler as palavras 'de cor' e 'brancos' muito antes de aprender o abecedário. (DAVIS, 2019, p. 95)

Estudou literatura francesa na Universidade Brandeis, até assumir sua paixão por filosofia e procurar Hebert Marcuse (professor da primeira geração da Escola de Frankfurt que ali era docente), para orientar seus estudos. Davis se apoiou na teoria de Marcuse e na sua capacidade de reconhecer o facismo e a barbárie, como eixos fundamentais do papel estrutural proeminente do racismo. Passou um período em Frankfurt, orientada por Theodor Adorno, mas regressou aos Estados Unidos em 1967 impulsionada pelas ações do movimento de libertação negra que ganhava efervescência na luta pelos direitos civis.

Achei que vivia o dilema perfeito: a luta no meu país *versus* a necessidade de permanecer em Frankfurt até completar meu doutorado, já que eu tinha certeza de que Frankfurt era muito mais propícia aos estudos filosóficos do que qualquer outro lugar. Mas a cada dia se tornava mais evidente para mim que minha capacidade de realizar algo dependia diretamente de minha capacidade de contribuir de forma concreta com a luta. (DAVIS, 2019, p. 149)

Como ativista, integrou o grupo Panteras Negras e o Partido Comunista negro Che-Lumumba Club dos Estados Unidos. Foi considerada e chamada de terrorista, ficando entre as dez pessoas mais procuradas pelo FBI ao entrar no grupo Panteras Negras e trabalhar na libertação dos irmãos Soledad, três ativistas negros encarcerados.

[...]Numa ação que previa o sequestro de um juiz como moeda de troca pela liberdade dos rapazes, o irmão de Jackson e outros membros dos Panteras Negras interromperam o julgamento. Na troca de tiros, o juiz Harold Haley foi morto, e Davis, posteriormente acusada de ter comprado a arma utilizada na ação (RIBEIRO in Davis, 2016, P11).

Em decorrência desse acontecimento, Davis foi presa, levando uma multidão de pessoas a protestarem pela sua liberdade com a campanha “Libertem Angela Davis”. Após dezoito meses de encarceramento, foi inocentada de todas as acusações.

Exerceu a docência na Universidade da Califórnia, no entanto, por conta de sua ligação com o Partido Comunista foi proibida de lecionar. Além de todos esses feitos, ainda candidatou-se a presidência da república dos EUA por duas vezes, em 1980 e 1984.

Sua contribuição teórica, pautada em toda sua reflexão intelectual e militância política, se centralizam nas questões referentes às violências oriundas do sistema capitalista e suas diversas formas de submissão humana, o racismo, o machismo, o sexismo e demais formas de subjugação existentes em nossa sociedade, alimentando seu pensamento e análise rompendo com as assimetrias sociais.

Considerada umas das raras intelectuais de grande influência que defendem a liberdade em todo o mundo, trouxe como um dos destaques de sua reflexão, o feminismo negro, personificando e representando a interseccionalidade, como *“uma resposta estrutural política e intelectual à dinâmica de violência, supremacia branca, patriarcado, poder do Estado, mercados capitalistas e políticas imperiais”*.⁴¹

Construindo um resgate a cerca da história da escravidão, Davis perpassa em Mulheres, Raça e Classe, quanto essa realidade de preconceitos vivenciada pelas mulheres negras é necessária e fundamental para compreensão da construção histórica do movimento nos EUA.

Retomando a construção e percepção do movimento feminista alimentado pelas sufragistas do século XIX, observamos que a pauta acerca da exclusão das carreiras profissionais e o casamento, eram centrais no debate referente às variadas formas de opressões vivenciadas pelas mulheres até então (McCann, Hannah. [etc al.], 2019, p. 203). No entanto, percebe-se a partir da leitura de Angela que esse debate ficava limitado sob uma perspectiva racista e classista, centralizada na realidade das mulheres brancas, o que diferia de fato, da vivenciada pelas mulheres negras no mesmo período. Davis, brilhantemente, enquanto mulher negra, retoma a escravidão como fonte histórica para compreensão da luta pela emancipação das mulheres e principalmente das mulheres negras.

Historicamente, as mulheres negras, a partir de anos de escravidão, tinham todos *“os aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório”*⁴², vistas única e exclusivamente como propriedades e unidades de trabalho lucrativas. Trabalhando nas lavouras, sob condições sub-humanas, a escravidão imposta aos homens e mulheres era praticamente idêntica, no entanto, as mulheres sofriam de forma diferenciada, uma vez que, o controle sobre seus corpos impunha, além das punições através de mutilação e açoitamento, a violência sexual expressada brutalmente através do estupro. *“O estupro era uma arma de dominação, uma arma de repressão, cujo objetivo*

41 (WEST in DAVIS, 2018, p. 14)

42(DAVIS, 2016, p. 17)

*oculto era aniquilar o desejo das escravas de resistir e, nesse processo, desmoralizar seus companheiros.”*⁴³

Nos estudos históricos, ao longo dos anos, o estupro vivenciado pelas mulheres negras fora abordada de forma branda, minimizando a gravidade das ações e todo o contexto violento e explorador, disseminando a cultura de culpabilização das mulheres negras, justificando que o estupro acontecia em decorrência delas ‘atraírem a atenção sexual’ dos homens brancos.

Esse controle sobre os corpos podia ser visualizado também com relação ao papel reprodutor das escravas, reconhecidas como meras reprodutoras de mão de obra. No contexto pós Guerra Civil, as mulheres negras passaram a ser cada vez mais apreçadas em função de sua fertilidade, negando-as a condição de mães e tratando-as como *“animais “cujo valor monetário podia ser calculado com precisão a partir de sua capacidade de se multiplicar”*.⁴⁴

A grande maioria das análises históricas apresentam também, a composição familiar dos escravos a partir da centralidade na família matriarcal e os frágeis laços com o homem negro, em uma realidade em que homens, mulheres e crianças eram meras propriedades do senhor, provedores de mão de obra. Não existia divisão ou funções dentro do âmbito familiar. Não era concedido ao homem negro o direito de chefiar sua família e na maioria das vezes as crianças que nasciam eram registradas apenas com o nome da mãe. Inúmeras famílias foram brutalmente desfeitas em decorrência da venda indiscriminada de seus componentes.

[...] A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de

43 (DAVIS, 2016, p. 36)

44(DAVIS, 2016, p. 19)

modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente a condição de fêmeas. (DAVIS, 2016, p. 19)

Segundo Davis, ainda que sob todas essas circunstâncias opressoras do racismo, essas mulheres aprenderam a extrair a força necessária para resistir a toda a desumanização imposta pela escravidão. Desenvolveram a habilidade de lutar por si mesmas e minimamente pela própria sobrevivência.

Com a inserção da industrialização nos EUA, um novo conceito sobre a mulher foi instaurado. Desenvolvendo a clivagem da economia doméstica e pública, mulheres brancas foram separadas do mundo produtivo, instituindo uma cultura de inferioridade, propagando e defendendo a ideia de dona de casa e mãe como o estereótipo de mulher. No entanto, mais uma vez, as mulheres negras e os arranjos econômicos da escravidão que compunham, não condiziam com essa realidade.

A vida doméstica das famílias negras era construída no ambiente da senzala, como único espaço possível de sentirem socialmente a condição humana. As mulheres lutavam e resistiam arduamente, defendendo a família, instigando rebeliões e defendendo-se de assédios e abusos sexuais. Toda essa resistência envolvia mais que rebelar-se, mas aprender a ler e escrever de forma clandestina, transmitindo o conhecimento obtido aos demais e fazendo uso desse poder como força de luta.

Nesse período o movimento abolicionista já ganhava potência, formato e composição. Liderado por mulheres brancas, que militavam nas associações antiescravagistas, estas eram imprescindíveis para o desenvolvimento do movimento, no entanto, não demonstravam possuir a compreensão necessária, que a complexa realidade das quais as mulheres negras estavam inseridas e submetidas, perpetuando em seus discursos e ações as ideias racistas e sexistas que assentam a exclusão das mulheres na sociedade patriarcal.

Ao longo da década de 1830, as mulheres brancas – tanto donas de casa como as trabalhadoras – foram ativamente atraídas para o movimento abolicionista. Enquanto as operárias contribuíam com parte de seus minguados salários e organizavam bazares para arrecadar mais fundos, as de classe média se tornavam ativistas e organizadoras da campanha antiescravagista. (DAVIS, 2016, P. 47)

[...] as figuras femininas brancas mais visíveis na campanha antiescravagista eram mulheres que não precisavam exercer trabalho remunerado. Eram esposas de médicos, advogados, juízes, comerciantes, donos de fábricas – em outras palavras, mulheres da classe média e da burguesia emergente. (DAVIS, 2016, p. 49)

O período da Revolução Industrial apresentou para os Estados Unidos, assim como para quase todo o mundo, profundas mudanças sociais. Por mais que, muitas das funções domésticas e econômicas das mulheres foram absorvidas pelo sistema fabril, no entanto, quanto mais limitada à esfera doméstica ficavam as mulheres, mais a ideia de inferioridade era consolidada, utilizando-se como premissa de que o lugar da mulher era ficar exclusivamente em casa.

Na verdade, o lugar da mulher sempre tinha sido em casa, mas durante a era pré-industrial a própria economia centrava-se na casa e nas terras cultiváveis ao seu redor. Enquanto os homens lavraram o solo (frequentemente com a ajuda da esposa), as mulheres eram manufadoras, fazendo tecidos, roupas, velas, sabão e praticamente tudo o que era necessário para a família. O lugar das mulheres era mesmo em casa - mas não apenas porque elas pariam e criavam as crianças ou porque atendiam às necessidades do marido. Elas eram trabalhadoras produtivas no contexto da economia doméstica, e seu trabalho não era menos respeitado do que o de seus companheiros. Quando a produção manufatureira se transferiu da casa para a fábrica, a ideologia da feminilidade começou a forjar a esposa e a mãe como modelos ideais. No papel de trabalhadoras, ao menos as mulheres gozavam de igualdade econômica, mas como esposas eram destinadas a se tornar apêndices de seus companheiros, serviçais de seus maridos. No papel de mães, eram definidas como instrumentos passivos para a reposição da vida humana. A situação da dona de casa branca era cheia de contradições. (DAVIS, 2016, p. 45)

Essa condição de donas de casa, imposta pelo capitalismo industrial, as reduziu de forma significativa na economia doméstica, no entanto as propiciou tempo para defender e lutar por causas reformistas das quais julgavam importantes e que possibilitavam expressar o caráter opressivo vivenciado em seus lares, principalmente a causa abolicionista. Momento ímpar de provarem socialmente seu valor, não reconhecido na esfera privada da vida familiar.

Nesse cenário, nasce o movimento abolicionista organizado, em 1831 e com ele o desenvolvimento do movimento de mulheres brancas em busca do acesso ao direito à educação e a carreira de trabalho fora do ambiente domiciliar, utilizando-se da expressão ‘escravidão’ para denunciar situações das quais vivenciavam e lhe eram insatisfatórias. Davis apresenta o casamento e a opressão econômica, que segundo ela, as primeiras feministas faziam uso dessa expressão na intenção de garantir que a seriedade dos protestos fosse reconhecida.

Trabalhando no movimento abolicionista, as mulheres brancas tomaram conhecimento da natureza da opressão humana – e, nesse processo, também aprenderam importantes lições sobre sua própria sujeição. Ao afirmar seu direito de se opor à escravidão, elas protestavam – algumas vezes abertamente, outras de modo implícito – contra sua própria exclusão da arena política. Se ainda não sabiam como apresentar suas reivindicações coletivamente, ao menos podiam defender a causa de um povo que também era oprimido. (DAVIS, 2016, p. 51)

Eram mulheres brancas, ajudando a construir um movimento de libertação e através dele resistir a situações opressoras que elas mesmas viviam, aprendendo a desafiar a supremacia masculina e a visualizar a possibilidade de questionar o sexismo existente no casamento.

Muitos abolicionistas não viam com bons olhos, a junção da questão dos direitos das mulheres com a luta antiescravagista, alegando que ela iria alienar e confundir quem se preocupava apenas com a escravidão. Mas na frente dessa luta, existiram duas importantes abolicionistas feministas conhecidas como irmãs Grimké. Sarah e Angelina se destacavam pelo brilhantismo com que desempenhavam suas carreiras de oradoras, lutando publicamente pelos direitos das mulheres e pela abolição. Segundo Davis as irmãs Grimké, *“incitavam as mulheres a se juntar à luta a partir da premissa de que sua própria opressão era sustentada e perpetuada pela continuidade do sistema escravagista”*. (DAVIS, 2016, p. 56)

Davis relata também, a importante data histórica de 1840, momento em que ocorria a Convenção Antiescravagista Mundial e seria o nascimento do movimento organizado de mulheres dos Estados Unidos. A partir do diálogo de Lucretia Mott e Elizabeth Cady Stanton, tornou-se possível perceber que os homens presentes na convenção precisavam urgentemente serem instruídos a respeito dos direitos e da emancipação das mulheres.

A Convenção de Seneca Falls aconteceu no verão de 1848, reunindo cerca de 300 pessoas levantando várias questões, destacando-se como a mais discordante, o sufrágio feminino e a luta pelo poder eleitoral para as mulheres, gerando desconforto entre os participantes e resultando na declaração que tinha como foco a análise da condição feminina e a defesa dos seus direitos.

A importância inestimável da Declaração de Seneca Falls, residia em seu papel como expressão da consciência sobre os direitos das mulheres em meados do século XIX. Tratava-se do resultado teórico de anos de contestações inseguras e muitas vezes silenciosas, voltadas a uma condição política, social, doméstica e religiosa que era contraditória, frustrante e claramente opressiva para as mulheres da burguesia e das classes médias emergentes. Entretanto, enquanto consumação exata da consciência do dilema das mulheres brancas de classe média, a declaração ignorava totalmente a difícil situação das mulheres brancas da classe trabalhadora, bem como a condição das mulheres negras tanto do Sul quanto do Norte. E outras palavras, a Declaração de Seneca Falls

propunha uma análise da condição feminina sem considerar as circunstâncias das mulheres que não pertenciam à classe social das autoras do documento. (DAVIS, 2016, p. 64)

Anterior a esse mesmo período, por volta de 1820, as condições de trabalho nas fábricas e as mãos de obra do setor têxtil era precárias e inúmeras mulheres já lutavam, como mulheres e operárias, organizando greves e paralisações, pela dupla condição opressiva em que viviam, resultando na liderança feminina no movimento operário em 1840. No entanto, esse destaque não ganhou o devido reconhecimento do movimento feminista inicial, segundo Davis:

A julgar pelas lutas operárias brancas - a defesa incansável de sua dignidade enquanto trabalhadoras e enquanto mulheres, a contestação consciente ou subjacente da ideologia sexista da feminilidade -, ela mais do que mereciam o direito de serem enaltecidas como precursoras do movimento de mulheres. Mas seu pioneirismo foi totalmente ignorado pelas líderes do novo movimento, que não compreendiam que as trabalhadoras vivenciavam e desafiavam a supremacia masculina de um modo particular. (DAVIS, 2016, p. 66)

Ícone necessário a ser aqui citado e do qual Angela Davis faz grande referência, conhecida no movimento feminista até a contemporaneidade, Sojourner Truth, militava nas causas das mulheres negras, lutando contra a opressão racista e sexista, ficando reconhecida mundialmente pelo seu discurso proferido em 1851 em Akron, Ohio. Dominando brilhantemente a oratória e sendo a única mulher negra ali presente, respondeu aos comentários masculinos agressivos, defendendo a causa de seu sexo de modo assertivo e contundente, conquistando a atenção de todos, levantando inclusive a questão cristã como instrumento de opressão masculina, *“Sojourner Truth derrubou as alegações de que a fraqueza feminina era incompatível com o sufrágio”* (DAVIS, 2016, p. 70).

Arei a terra, plantei, enchi os celeiros, e nenhum homem podia se igualar a mim! Não sou eu uma mulher? Eu podia trabalhar tanto e comer tanto quanto um homem – quando eu conseguia comida – e aguentava o chicote da mesma forma! Não sou eu uma mulher? Dei à luz treze crianças e vi a maioria ser vendida como escrava e, quando chorei em meu sofrimento de mãe, ninguém, exceto Jesus, me ouviu! Não sou eu uma mulher? (Sojourner Truth in DAVIS, 2016, p. 71)

Seu discurso impactou não somente aos homens presentes, mas principalmente suas companheiras de luta, mulheres brancas, racistas, derrubando uma sequência de convenções em que mulheres negras não tinham direito de voz, incendiando um espírito de luta e inspirando e alimentando o movimento feminista até os dias atuais.

[...] Quando essa mulher negra se levantou para falar, sua resposta aos defensores da supremacia masculina também trazia uma profunda lição para as mulheres brancas. Ao repetir sua pergunta, “Não sou eu uma mulher?”, nada menos do que quatro vezes, ela expunha o viés de classe e o racismo do novo movimento de mulheres. Nem todas as mulheres eram brancas ou desfrutavam do conforto material da classe média e da burguesia. Sojourner Truth era negra – uma ex-escrava –, mas não era menos mulher do que qualquer uma de suas irmãs brancas na convenção. O fato de sua raça e de sua situação econômica serem diferentes daquelas das demais não anulava sua condição de mulher. E, como mulher negra, sua reivindicação por direitos iguais não era menos legítima do que a das mulheres brancas de classe média. Em uma convenção nacional de mulheres realizada dois anos depois, ela ainda lutava contra os esforços que tentavam impedi-la de falar. (DAVIS, 2016, p. 73)

Considerando essas percepções trazidas ao texto por Davis, podemos perceber a notoriedade dada por ela a vozes antes silenciadas no movimento, abrindo a diversidade, revelando que a fala antes defendida e expressada por essas mulheres brancas, não contemplava as mulheres pobres e negras. Revolucionando o feminismo, possibilitando a ampliação do acesso ao

movimento e da contemplação de outras realidades, a ideia de mulher já não era mais limitada à ideia da mulher branca e de classe média.

Após o discurso de Sojourner Truth, ao longo dos anos 1850, o movimento e luta pela igualdade, cresceu significativamente, aumentando o número de convenções locais e nacionais e expandindo numericamente a presença de mulheres.

O avanço dos movimentos abolicionistas, não resultou na percepção do avanço do capitalismo como um sistema opressor. Pessoas brancas não tinham a consciência de classe necessária para perceber que a escravidão, o sexismo e o sistema econômico capitalista eram interligados.

O racismo fica então, evidente dentro do movimento sufragista feminino, uma vez que inúmeras líderes do movimento, não apoiavam o progresso da população negra e não apoiavam a libertação das mulheres e homens negros enquanto seres humanos, posicionando-se contrários ao direito ao voto para o homem negro, justificando que, uma vez que isso acontecesse, as mulheres brancas deixariam de usufruir seus benefícios.

Na última convenção da Associação pela Igualdade de Direitos, em 1869, Sojourner Truth havia percebido o perigoso racismo subentendido na oposição das feministas ao sufrágio dos homens negros. (...) Quando Sojourner Truth insistiu que, “se você colocar uma mulher como isca no anzol do sufrágio, você certamente pescará um homem negro”, expressou mais um sério alerta sobre a influência ameaçadora da ideologia racista. (DAVIS, 2016, p. 91)

Uma figura importante segundo Davis, que auxiliou na construção histórica do movimento feminista, foi Frederick Douglass, considerado o mais importante abolicionista negro dos Estados Unidos e o homem de maior destaque na causa pela emancipação feminina. Defendendo a importância das mulheres no movimento antiescravagista, colocava em pauta o debate político em torno da igualdade política das mulheres e *“foi responsável por introduzir*

oficialmente a questão dos direitos das mulheres no movimento pela libertação negra, que recebeu o tema com entusiasmo”⁴⁵. “Na avaliação de qualquer pessoa que estude história, Frederick Douglass continua sendo o principal homem que atuou na defesa da emancipação das mulheres em todo o século XIX”⁴⁶.

Resultado de anos e anos de luta antiescravagista, a emancipação chegou de forma utópica, colocando as pessoas negras a reproduzirem papéis que a liberdade não foi capaz de destruir. Iniciou-se uma nova contratação de mão de obra, onde pessoas negras eram forçadas a representar os mesmos papéis que a escravidão lhes havia imposto e o trabalho masculino e feminino não era diferenciado, sendo imposto de forma opressora e abrupta a partir de contratos de trabalho manipulados pelos proprietários, impondo um estado de servidão por dívida. Surgiu também a contratação de mão de obra carcerária, a partir da prisão de pessoas negras, sentenciadas a penas ou multas, sendo obrigadas a trabalhar para pagá-las.

Por meio do sistema de contratação de pessoas encarceradas, a população negra era forçada a representar os mesmos papéis que a escravidão havia lhe atribuído. Homens e mulheres eram igualmente vítimas de detenções e prisões sob os menores pretextos – para que fossem cedidos pelas autoridades como mão de obra carcerária. (DAVIS, 2016, p.96)

Esse sistema impunha condições ainda mais cruéis às mulheres, perpetuando os abusos sexuais do período da escravidão e transformando-os em armas para o acesso à liberdade.

O período pós-escravidão impôs socialmente o serviço doméstico como atribuição específica das mulheres negras, quando estas não enfrentavam o trabalho árduo das lavouras eram ‘destinadas’ às funções domésticas e quando não o eram, as mulheres brancas que o exerciam era

45 (DAVIS, 2016, p. 62)

46 (DAVIS, 2016, P. 93)

imigrantes europeias, obrigadas a aceitarem o primeiro emprego que encontrassem.

Nessa conjuntura, o abuso sexual se perpetuava como desafio. Resistindo às empreitadas do homem da casa ou caindo em coerção, às mulheres negras eram colocadas em situações na qual ou escolhiam a submissão sexual ou a pobreza absoluta, reprodução nítida do controle dos corpos negros perpetuados com a escravidão. *“A desesperadora situação econômica das mulheres negras – elas realizam o pior de todos os trabalhos e são ignoradas – não mostrou sinais de mudança até o início da Segunda Guerra Mundial”*.⁴⁷ Com a entrada dos Estados Unidos na Segunda guerra:

[...] o trabalho feminino manteve a economia de guerra em funcionamento, mais de 400 mil mulheres negras deram adeus para seus trabalhos domésticos. No auge da guerra, o número de mulheres negras na indústria havia mais que dobrado. Mesmo assim – e essa ressalva é inevitável –, ainda nos anos 1960, pelo menos um terço das trabalhadoras negras permanecia preso aos mesmo trabalhos domésticos do passado e um quinto delas realizava serviços fora do ambiente doméstico. (DAVIS, 2016, p. 106)

O movimento feminista e em consequência as mulheres feministas brancas, raramente reconheciam a condição desse trabalho doméstico exercido pelas mulheres negras, enquanto desigual, desumano e perpetuador da opressão racista construída historicamente desde a escravidão e raramente trabalharam em prol de mudar essa condição.

Ansiando por educação, mas enfrentando o desafio de serem privados de aprender, a população negra era colocada pela população branca como incapaz de exercer progressos intelectuais. Isso não foi empecilho para Mytilla Miner, que lutou arduamente para ensinar alunos e alunas negras, criando a escola de Formação de Professoras e posteriormente a Escola Normal Miner para meninas de cor. *“As pessoas negras que recebiam instrução acadêmica*

47 (DAVIS, 2016, p. 105)

*inevitavelmente associavam o conhecimento à batalha coletiva de seu povo por liberdade.*⁴⁸

O movimento feminista nos EUA e sua centralidade na educação teve como auge, o momento em que mulheres brancas e negras se uniram para lutar contra o analfabetismo no Sul⁴⁹. “*A união e a solidariedade entre elas ratificaram e eternizaram uma das promessas mais férteis de nossa história.*”⁵⁰

Segundo Davis, ainda que o feminismo americano tenha imperado posturas racistas desde seus primórdios, foi a partir da década do século XIX, que aceitaram de fato, a supremacia branca existente no movimento sufragista, evidenciando a lealdade dedicada aos capitalistas monopolistas da época que tinham interesse na divisão racista e determinados a concretizá-la. Inúmeros documentos históricos existem para comprovar esses fatos e agressões racistas.

Com a chegada do século XX, um casamento ideológico sólido uniu racismo e sexismo de uma nova maneira. A supremacia branca e a supremacia masculina, que sempre se cortejaram com facilidade, estreitaram os laços e consolidaram abertamente o romance. Durante os primeiros anos do novo século, as ideias racistas ganharam influência como nunca. A atmosfera intelectual – mesmo nos círculos progressistas – parecia estar fatalmente contaminada por noções irracionais sobre a superioridade da raça anglo-saxã. Essa crescente promoção da propaganda racista era acompanhada por uma promoção igualmente acelerada de ideias que denotavam a inferioridade feminina. Se as pessoas de minorias étnicas – dentro e fora do país – eram retratadas como bárbaras e incompetentes, as mulheres – quer dizer, as mulheres brancas – eram rigorosamente representadas como figuras maternas, cuja *raison d'être* [razão de ser] fundamental era nutrir os machos da espécie. Mulheres brancas estavam aprendendo que, como mães, elas carregavam uma responsabilidade muito especial na luta para salvaguardar a supremacia branca. Afinal,

48 (DAVIS, 2016, p. 112)

49Os EUA teve diferentes formas de desenvolvimento econômico, caracterizada pela região apoiar e incentivar a escravidão, exportando suas matérias primas para a Europa, já a região norte não apoiava a escravidão e acreditava no trabalho assalariado como fonte de desenvolvimento, não exportando as matérias primas, deixando-as para seu próprio comércio. Essa diferença foi estruturante para o racismo no país.

50 (DAVIS, 2016, p. 116)

elas eram as 'mães da raça'. Embora o termo raça supostamente se referisse a 'raça humana', na prática – fazia-se pouca distinção entre a 'a raça' e a 'raça anglo saxã'.

Em um contexto pós guerra-fria, a luta pelo sufrágio feminino foi construída, segundo Angela Davis, alicerçada a luta das mulheres trabalhadoras. O importante fato aconteceu em meados de 1868, após Susan B. Anthony publicar a primeira edição de *Revolution*, um jornal onde as trabalhadoras podiam defender seus direitos e expor suas reivindicações, apresentando queixas, estratégias e que curiosamente apresentavam o voto feminino e o sufrágio como possibilidade de felicidade, de acessos a educação, posição, carreira e salários igualitários. Ainda que sua principal função fosse dar voz às trabalhadoras, o jornal não era utilizado por suas fundadoras como estratégia sindical, limitando-o. Nem toda mulher era passível do direito de se expressar, ficando novamente restrito a mulher branca trabalhadora o poder de fala, perpetuando a ideologia burguesa e caracterizando o racismo existente no movimento sufragista.

Dos 8 milhões de mulheres que integravam a força de trabalho na primeira década do século XX mais de 2 milhões eram negras. Na condição de mulheres que sofriam com a combinação das restrições de sexo, raça e classe, elas tinham um poderoso argumento pelo direito ao voto. Mas o racismo operava de forma tão profunda no inteiro do movimento sufragista feminino que as portas nunca se abriram de fato às mulheres negras. (DAVIS, 2016, p. 149)

Ainda que todo esse contexto racista permanecesse coexistente e estruturante à luta, as mulheres negras se mantiveram imersas ao espírito do sufrágio feminino, dispostas a colaborar com a criação de um movimento multirracial pelos direitos políticos, apoiando e contando com o apoio e a solidariedade de seus companheiros com o movimento, ao contrário das mulheres brancas que permaneciam sem o apoio masculino de sua classe e que seguiam menosprezando a contribuição das mulheres negras na luta pelo

direito ao voto. *“Depois da aguardada vitória do sufrágio feminino, as mulheres negras do Sul foram violentamente impedidas de exercer seu direito recentemente adquirido”*.⁵¹

Como já discurremos nos períodos históricos anteriores, o marxismo influenciou a construção do feminismo, através da ativa presença feminina nas associações operária, na esquerda marxista e na construção e desenvolvimento do Partido Socialista. O Partido foi um dos principais defensores do marxismo e por muito tempo, o único defensor da causa sufragista feminina, embora demorassem significativamente cerca de uma década para reconhecer a questão racial que oprimia a população negra. Posteriormente, conseguiram constatar que a população negra tinha na pobreza a causa que a fazia ser mais vulnerável que todas as outras raças e guerrear contra o fascismo seria a única forma de conseguir garantir a paz, que o papel histórico da classe trabalhadora só pode ser revolucionária, se está lutar incansavelmente contra o racismo. Toda desigualdade enfrentada pelas mulheres brancas, eram enfrentadas pelas mulheres negras de forma triplas, como mulheres, trabalhadoras e negras e tinham no socialismo a esperança final para a libertação da classe trabalhadora e principalmente do povo negro.

Davis apresenta também, o mito do estuprador negro, construída historicamente nos Estados Unidos, a partir da lei de estupro criada para proteger mulheres e meninas brancas, de classe média e alta, uma vez que as mulheres negras sofriam com o estupro legitimado pela cultura da escravidão. Ainda que, os casos de estupro eram minimamente denunciados, quando aconteciam as denúncias, era direcionado aos homens negros, tanto culpados, quanto em sua maioria os inocentes, conjuntura que permanece acontecendo até os dias atuais. Segundo Davis (2016, p. 178):

Nas fases iniciais do movimento antiestupro contemporâneo, poucas teóricas feministas analisaram com seriedade as circunstâncias particulares envolvendo as mulheres negras na condição de vítimas de estupro. O nó histórico que ata as

51 DAVIS, 2016, p. 153.

mulheres negras (sistematicamente abusadas e violadas por homens brancos) aos homens negros (mutilados e assassinados devido à manipulação racista das acusações de estupro) apenas começou a ser reconhecido de modo significativo. Sempre que as mulheres negras desafiaram o estupro, elas expuseram simultaneamente o uso das acusações falsas de estupro enquanto arma mortal do racismo contra seus companheiros.

Destarte, a violência sexual e o estupro foram historicamente alimentados pelo racismo, afetando diretamente as mulheres negras e afetando indiretamente as mulheres brancas. Teoricamente, as primeiras obras feministas existentes, vinham permeadas de conceitos, expressões e análises racistas, incapazes de abarcar a subjetividade imposta pela cultura da escravidão. Esse período foi marcado brutalmente pela defesa da ideia do linchamento como estratégia de contenção dos abusos cometidos pelos homens negros, utilizando-se da justificativa de ser em defesa da honra e da moral da família branca, fortalecendo a dominação masculina.

A estrutura de classe do capitalismo encoraja homens que detêm poder econômico e político a se tornarem agentes cotidianos da exploração sexual. A presente epidemia de estupros ocorre em um momento em que a classe capitalista está furiosamente reafirmando sua autoridade em face de desafios globais e nacionais. Tanto o racismo quanto o sexismo, centrais para a estratégia doméstica de aumentar a exploração econômica, têm recebido um encorajamento sem precedentes. Não é mera coincidência que, à medida que a incidência de casos de estupro tem aumentado, a posição das trabalhadoras tem piorado de modo visível. As perdas econômicas das mulheres são tão severas que seus salários, quando comparados aos dos homens, estão mais baixos do que há uma década. A proliferação da violência sexual é a face brutal de uma intensificação generalizada do sexismo, que necessariamente acompanha essa agressão econômica. Seguindo o padrão estabelecido pelo racismo, o ataque contra as mulheres espelha a situação de deterioração da mão de obra de minorias étnicas e a crescente influência do racismo no sistema judicial, nas instituições de ensino e na postura negligência calculada do governo em relação à população negra e a outras minorias étnicas. (DAVIS, 2016, p. 202)

Um dos grandes marcos do movimento feminista no século XIX foi em busca da autonomia de seus corpos, através da reivindicação da natalidade voluntária, bem como controle de natalidade. “*O controle de natalidade – escolha individual, métodos contraceptivos seguros, bem como abortos, quando necessários – e um pré-requisito fundamental para a emancipação das mulheres*”.⁵² No entanto, esse continuou a ser um desafio para as mulheres da classe trabalhadora e de minorias étnicas, uma vez que não eram contempladas nos argumentos utilizados pelas líderes do movimento, perpetuando o racismo e a exploração de classe.

[...] Quando eram levantadas questões sobre a ausência de mulheres racialmente oprimidas tanto no movimento mais amplo quanto na campanha pelo direito ao aborto, duas explicações eram comumente apresentadas nos debates e na literatura do período: as mulheres de minorias étnicas estavam sobrecarregadas pela luta de seu povo contra o racismo; e/ou elas ainda não haviam se conscientizado da centralidade do sexismo. Mas o real significado da pele branca como leite da campanha pelo direito ao aborto não seria encontrado na consciência aparentemente míope ou subdesenvolvida das mulheres de minorias étnicas. A verdade está escondida nas bases ideológicas do próprio movimento pelo controle de natalidade. (DAVIS, 2016, p. 206)

Inicialmente ao movimento pela legalização, a ideia defendida do aborto vinha atrelada a erradicação ou controle da pobreza, distorcendo o objetivo central. Quando o movimento apresenta na luta, os abortos clandestinos, feitos nos chamados ‘fundo de quintal’ e que a maioria das mulheres que buscam essa alternativa são de minorias étnicas, justificadas pelas condições sociais miseráveis em que viviam e não pelo não desejo da gestação como um fim único, demonstra mais uma temática em que movimento não consegue abarcar a realidade de todas as mulheres. Recorrendo mais uma vez a História, Davis nos coloca que isso sempre foi um

52 DAVIS, 2016, p. 205.

fato, quando mulheres negras recorriam ao aborto, este era uma estratégia de enfrentamento, recusando-se a trazer crianças ao mundo do trabalho forçado e desumano da escravidão.

O movimento Maternidade Voluntária, que aconteceu em 1870, no auge do movimento feminista na luta pelo sufrágio, trazia como ideia central a autonomia da mulher em não se submeter as exigências do marido, apresentando uma nova e importante visão progressista da condição da mulher, mas ainda sim, limitada ao estilo de vida burguês, sem contemplar a realidade da classe trabalhadora, que naquele momento, lutava pela sobrevivência econômica.

Toda a luta pelos métodos contraceptivos, o aborto e principalmente o controle de natalidade, provocaram mudanças significativas no molde das famílias. As famílias brancas tinham no controle de natalidade, um direito, a possibilidade de construir uma carreira profissional e propiciar relativa autonomia pessoal, ao mesmo tempo em que lhes era encorajado a se reproduzirem. Já para as mulheres que compunham as famílias pobres, tal controle era um dever moral de reduzir o tamanho de suas famílias. Mais filhos para os aptos (brancos, classe média e alta), menos para os inaptos (população pobre, negra, de minorias étnicas).

As ativistas pelo direito ao aborto do início dos anos 1970 deveriam ter analisado a história de seu movimento. Se tivessem feito isso, talvez houvessem compreendido por que tantas de suas irmãs negras adotaram uma postura de suspeita em relação à causa. Elas teriam entendido o quanto era importante desfazer os atos racistas de suas antecessoras, que defenderam o controle de natalidade e a esterilização compulsória como formas de eliminar os setores 'inaptos' da população. (DAVIS, 2016, p. 217)

O trabalho doméstico nesse momento da construção histórica do feminismo, era visto como algo natural e uma obrigação das mulheres. Chegou-se inclusive a desenvolver uma consciência de que esse trabalho

deveria receber um auxílio dos companheiros e ser consequentemente desnaturalizado, mas isso não reduziria a natureza opressiva do trabalho em si. Para Davis, *“nem as mulheres nem os homens deveriam perder horas preciosas de vida em um trabalho que não é nem estimulante, nem criativo, nem produtivo”*⁵³.

A sociedade capitalista poderia, segundo Angela, repensar a prática do trabalho doméstico colocando-o fora da perspectiva privada, industrializando-o como algo organizado, incorporado na economia industrial, através de equipes treinadas e bem pagas de trabalhadores e trabalhadoras, indo de casa em casa. No entanto, em termos de lucro, tal atividade não seria rentável e é uma importante arma no controle das mulheres, reforçando o papel da mulher enquanto serva, quando não do marido, do patrão.

Revolucionando o novo olhar colocado sob o feminismo a partir da publicação desta obra, Davis fomentou inúmeros debates sobre um novo modelo de movimento necessário para enfrentar a sociedade capitalista e com ela todas as suas mazelas opressivas reproduzidas. Esse novo olhar precisava urgentemente contemplar todas as mulheres, mas principalmente aquelas silenciadas por toda uma história de escravidão e sofrimento, bem como aquelas minorias étnicas, que muito tinham e têm diariamente a agregar na luta em prol da libertação e emancipação das mulheres.

[...] a luta pelos direitos das mulheres foi ideologicamente definida como uma luta pelos direitos das mulheres brancas de classe média, expulsando mulheres pobres e da classe trabalhadora, expulsando mulheres negras, latinas e de outras minorias étnicas do campo do discurso coberto pela categoria “mulher”. As muitas contestações dessa categoria ajudaram a produzir o que viemos a chamar de “teorias e práticas feministas radicais de mulheres de minorias étnicas”. (Davis, 2018, p. 92)

53 DAVIS, 2016, p. 226.

O feminismo negro ganhou visibilidade, se esforçando teoricamente para demonstrar que raça, classe e gênero são impartíveis no contexto social em que a luta das mulheres constrói suas raízes. Por vezes fora colocado as mulheres feministas negras, o questionamento acerca de qual lado elas gostariam de permanecer, se seria ao lado do movimento negro ou do feminismo. O necessário para o movimento, sempre foi e ali estava se consolidando, com a compreensão acerca das interconexões e intersecções entre ambos. A partir da obra de Angela Davis, nos torna possível, compreender a percepção da autora, dentro dos movimentos coletivos, sua experiência de vida e de luta enquanto mulher negra e a impossibilidade de existente dentro do movimento feminista de compreender as questões de raça, classe e gênero de forma delimitada, como vinha historicamente sendo construído.

A análise interseccional que Davis constrói em sua obra, demonstra a pujante história da luta do povo negro e principalmente a luta de mulheres ativistas, negras, sendo elas intelectuais ou não. Ainda que durante toda a história do feminismo, as mulheres negras compusessem o movimento, dificilmente suas pautas eram consideradas e suas questões específicas eram ignoradas, reforçando o racismo e o preconceito de classe através das militâncias de feministas brancas na busca por igualdade. Muitos preconceitos, segundo ela, persistem até os dias atuais.

O conceito de interseccionalidade dentro do feminismo surgiu em 1989, através da professora de Direito norte-americana Kimberlé Crenshaw em seu ensaio “Desmarginalizando a interseção entre raça e sexo”. Nele ela explica que a interseccionalidade não é algo aditivo, mas como algo intrínseco um ao outro, como por exemplo o racismo visto a partir de uma perspectiva de gênero e a opressão de classe ser racializada, dentre outros modos de existir.

Segundo Kimberlé Crenshaw, a interseccionalidade permite-nos enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias, além do fracasso do feminismo em

contemplar mulheres negras, já que reproduz o racismo. Igualmente o movimento negro falha pelo caráter machista, oferece ferramentas metodológicas reservadas às experiências apenas do homem negro. (AKOTIRENE, 2018, p. 14)

Em outro ensaio “Mapeando as margens”, a autora explicou o conceito subdivido em tipos, apresentando a interseccionalidade enquanto estrutural, diferindo a opressão sofrida pelas mulheres negras da opressão sofrida pelas mulheres brancas; a política, abordando o impacto que leis e políticas públicas têm sobre a vida das mulheres; a representativa, descrevendo como as mulheres negras são representadas na cultura popular e como isso as afeta cotidianamente, o termo seria então um ‘instrumento’ para descrever como os sistemas de poder, opressão e exploração se interligam para ostracizar a população marginalizada, sejam elas negras, pobres, lgbt, deficientes, dentre outras. (Mccan etc al., 2019, p. 243).

Em 1980, o crescimento desse novo feminismo motivado pelos ideais de Davis, impulsionou uma evolução do movimento, ampliando a concepção de mulher, bem como de suas realidades, considerando “*a forma como todas as mulheres são parte de uma raça, de uma classe ou de um grupo sexual*”⁵⁴.

Nesse mesmo período surgiu o termo mulherismo, criado por Alice Walker, derivado do termo “womanish” da cultura negra que expressa mulherfeita ou tentando ser aduta, frívola. Segundo Walker, mulherismo representaria o oposto disso, seria a mulher que deve ser levada a sério. Para ela, a mulher negra quando desempenha comportamentos considerados ‘inapropriados’ para a sociedade, confrontando as normais sociais, a exemplo os comportamentos dos quais as feministas foram acusadas no início dos anos 1980, mulherismo seria uma espécie de feminismo, só que mais forte, mais vivido, coisa que o próprio feminismo não da conta de ser, por não abarcar todas as mulheres. Mulherista, portanto, seriam mulheres fortes, capazes de amar suas irmãs, de serem potencialmente ativistas capazes de lutar pela sobrevivência de todos os povos e todas as raças. Para isso, elas considerariam em suas lutas, a vidas

54 Mccan etc al., 2019, p. 205.

das mulheres negras em sua completude, história, cultura, sexualidade, família, classe social, dentre outros.

As feministas passam a explorar novos campos de análise, reexaminando o movimento adentrando as questões de sexualidade, raça e gênero de maneira interlocutória. Mulheres negras questionam como as mulheres brancas lutavam pelo movimento feminista, ignorando as diferenças engendradas pela questão racial. Nesse mesmo contexto, adentra aos debates a teoria queer, questionando a ideologia que via a heterossexualidade como norma e apresentando a sexualidade também como algo socialmente construído.

Não acho que tenhamos antenativas além de permanecer otimistas. O otimismo é uma necessidade absoluta, mesmo que seja apenas um otimismo da vontade, como disse Gramsci, e um pessimismo da razão. O que tem me mantido atuante é o desenvolvimento de novas formas de comunidade. Não sei se eu teria sobrevivido caso os movimentos não tivessem sobrevivido, caso as comunidades de resistência, as comunidades de luta não tivesse sobrevivido. Então, o que quer que eu faça, sempre me sinto diretamente conectada a elas – e acho que esta é uma época em que temos de encorajar a noção de comunidade, especialmente em um momento em que o neoliberalismo tenta obrigar as pessoas a pensar em si mesmas apenas em termos individuais, não em termos coletivos. É nas coletividades que encontramos provisões de esperança e de otimismo. (DAVIS, 2018, p. 56)

Esse novo contexto, em meados de 1990⁵⁵, constituído por uma multiplicidade de feminismos, que reconhecia e desafiava o sexismo, o preconceito de classe e o racismo, inicia uma revisão das políticas feministas anteriores (1970), propondo uma prática de resistência ao neoconservadorismo e ao neoliberalismo. Nesse mesmo momento, as feministas precisaram resistir à ideia de uma era pós-feminista, em que o feminismo não seria mais necessário, defendendo-o como mais necessário do que nunca. Com o conservadorismo de direita e o capitalismo de livre mercado ganhando força,

55 Embora a maioria dos livros de história coloquem a terceira onda a partir da década de 1990, é fato que sua origem apresenta raízes ainda em meados da década de 1980.

era preciso resistir e remodelar o feminismo, percebendo suas novas necessidades e novas pautas de luta para a geração.

Um novo feminismo acadêmico veio ganhando espaço, com feministas teóricas influenciando esse novo momento histórico e lutando para conquistar e compor as universidades levando com elas os estudos feministas, como por exemplo Judith Butler. Examinando a construção do sexo e do gênero, Butler inova, teoricamente, apresentando suas próprias compreensões sobre o tema, em 1990 com o livro “Problemas de gênero”, baseada em Michel Foucault e nos pós estruturalismo, acreditando que a realidade social é construída a partir da linguagem que se utiliza para escrevê-la, destarte, a linguagem corporal através dos gestos seria fundamental para a criação da identidade de gênero. A repetição desses gestos seria o que ela chama de performatividade, ou seja, o gênero é performativo, pois é algo que as pessoas fazem e como são percebidas, tendo uma identidade de gênero.

Para evitar-se interpretações errôneas, como comumente acontecem, é preciso destacar que para Butler a identidade de gênero não é algo possível de ser escolhido, mas o gênero binário se daria a partir da performatividade, a reprodução das normas socialmente estabelecidas, opressivas e restritivas, colocando homem e mulher como verdades únicas e exclusivas e que nada existira fora disso. Butler também critica as feministas que apresentam a heteronormatividade como algo natural, para ela o gênero binário é colocado como estratégia para reforçar o controle e as naturalizações impostas ao papel socialmente esperado homem/mulher e que qualquer desvio disso, deve ser punido.

Nesse contexto, ganha destaque também a *“movimentação punk feminista, cuja ideologia consistia em desafiar o neoliberalismo.”*⁵⁶ buscando resistir a toda misoginia existente de forma geral, denunciando as violências e os abusos sexuais de mulheres e meninas, esse movimento fica conhecido mundialmente como Riot Grrrl, ganhando força e visibilidade inicialmente nos EUA e no Reino Unido, incentivando as mulheres a se expressarem através de

⁵⁶ (SILVA, 2019, n.p.)

suas musicas com a mesma autonomia e liberdade das quais os homens faziam uso.

A luta pela liberdade sexual que permeou a década de 1960 veio com novas roupagens, indo além do direito de dizer não ao sexo, mas a dizer sim, sem sentir medo ou vergonha por isso. Esse mesmo movimento colocou em pauta a questão da prostituição, que já vinha sendo debatido desde a segunda onda, no entanto naquele período ela era tratada com viés moralizante, já a terceira onda trouxe a prostituição como duas possibilidades, aquela em a mulher é vítima de situações externas e não tem outra escolha a não ser a prostituição e aquela em que se sente satisfeita exercendo a prostituição por livre escolha. Para as feministas de segunda onda, essa segunda opção seria impensável, e considerada como uma falácia a ideia de que uma mulher possa vir a vender o próprio corpo em uma relação sexual.

[...] Claro que num mundo assolado por desigualdades sociais gritantes, a primeira categoria é muito mais comum, o que faz da prostituição uma problemática social de classe, raça e gênero, antes de ser uma questão de liberdade de escolha. Assim, é fundamental que todos os fatores sociais que levam a prostituição sejam tratados para que a prática não seja alternativa forçada pelas circunstâncias às pessoas em situação de vulnerabilidade social. (SILVA, 2019)

Isso resultou em uma divisão entre as feministas, que apoiavam a liberdade sexual e aquelas que se opunham, julgando-as de acrílicas e inapropriadas quando se utilizavam de termos pejorativos como 'cadela ou puta' para levantarem pautas no movimento, que segundo elas hiperssexualizava a mulher. Permeando os anos 1980, esse debate resultou em mulheres que queriam ser sexualmente livres, mas que se sentiam vulneráveis a exploração masculina em decorrência dessa liberdade.

O feminismo desse momento histórico se destacou, por criticar as narrativas de vitimização do feminismo, buscando desconstruir pensamentos

antes indiscutíveis no conceito de mulher colocando em pauta a liberdade de escolha de cada mulher.

O mito da beleza foi levantado a partir de Naomi Wolf⁵⁷, criticando e desconstruindo a beleza enquanto um padrão patriarcal, socialmente instituída, idealizadas e representadas por concursos de beleza e como estratégia de controle sobre os corpos e comportamentos das mulheres, fazendo com que elas se desvalorizem. A partir disso, os opositores do feminismo, argumentavam que as feministas eram feias e por isso se posicionavam contra essa normalização da beleza. A estratégia social segundo Wolf é de que quanto mais centralizada na própria aparência física, temendo a rejeição caso não sejam ‘suficientemente bonitas’ ou magras, mais distraídas essas mulheres estarão de suas lutas por uma mudança social referente a mulher. Na sociedade capitalista, essa imposição da beleza resulta em mercadoria de lucro, agravado pela gama de serviços e produtos oferecidos para alcançar essa beleza imposta midiaticamente. Wolf ao analisar e discorrer sobre o mito da beleza, busca defender e alcançar um feminismo em que o valor da mulher não seja medido por esse padrão patriarcal de beleza masculinamente imposto, mas que as próprias mulheres definam de fato o seu próprio ideal de beleza e de liberdade, exercendo seu direito de escolha e as reconheça como pessoas multidimensionais, respeitadas pela sociedade, possibilitadas a viver plenamente bonitas. O feminismo negro dentro desse debate apresenta ainda os estereótipos de beleza enquanto racista, dominado por ideais, normas e instituições brancas.

Esse período histórico desenvolveu uma gama de debates que permearam no desenvolvimento de um novo feminismo, agora mais crítico e alimentado por novas esferas de comunicação. O feminismo da esfera digital, da comunicação mundial e rápida possível de acontecer em segundos graças à

57 Naomi Wolf nasceu em São Francisco, EUA, em 1962. Jornalista, consultora do ex-presidente dos EUA, Bill Clinton, e do vice presidente, Al Gore. Frequentou a Universidade Yale, e, posteriormente foi bolsista Rhodes na Universidade de Oxford, no Reino Unido. Tornou-se um grande nome da terceira onda feminista depois que publicou *O mito da Beleza*, no início da década de 1990, argumentando que as ideias sobre a beleza das mulheres são socialmente construídas, sendo considerado pelo *The New York Times*, um dos livros mais influentes do século XX.

revolução tecnológica e o acesso massivo a internet e as redes sociais. Ao mesmo tempo em que o movimento avança nessa nova conjuntura, ele ganha novos desafios, com a indústria cultural e a manipulação de massa, utilizando-se do papel da imprensa em disseminar ideias e reações anti-feministas, mostrando as feministas como meras ativistas 'revoltadas' queimadoras de sutiãs, que faz uso da exposição do próprio corpo como estratégia de ganhar visibilidade e em decorrência disso, seriam indignas de receberem respeito. Para compreendermos esse contexto, adentraremos o próximo capítulo, refletindo sobre o que seria chamada de quarta onda feminista.

5. CONTEMPORANEIDADE FEMINISTA EM CONSTRUÇÃO

Imagine viver em um mundo onde não há dominação, em que mulheres e homens não são parecidos nem mesmo sempre iguais, mas em que a noção de mutualidade é o ethos que determina nossa interação. Imagine viver em um mundo onde todos nós podemos ser quem somos, um mundo de paz e possibilidades. Uma revolução feminista sozinha não criará esse mundo; precisamos acabar com o racismo, o elitismo, o imperialismo. Mas ela tornará possível que sejamos pessoas – mulheres e homens – autorrealizadas, capazes de criar uma comunidade amorosa, de viver juntas, realizando nossos sonhos de liberdade e justiça, vivendo a verdade de que somos todas e todos ‘iguais na criação’. Aproxime-se. Veja como o feminismo pode tocar e mudar sua vida e a de todos nós. Aproxime-se e aprenda, na fonte o que é o movimento feminista. Aproxime-se e verá: o feminismo é para todo mundo.

*bell hooks*⁵⁸

58 HOOKS, bell. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. Tradução Bhuvi Libâno. – 6ª ed. – Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

Escrever, analisar e contextualizar algo que ainda está em processo de construção é um desafio. As histórias ainda estão sendo contadas, em movimento. Mas para compreendermos os processos que nos possibilitaram chegar até aqui, torna-se essencial e necessário contextualizar em que ponto de construção sócio-histórica o feminismo se encontra na contemporaneidade, acompanhando a 're- evolução' de toda uma humanidade, perpassando vidas, de mulheres, raças, povos, culturas e sociedades.

Com o avanço das tecnologias e com elas o surgimento da rede de internet, ampliou-se as possibilidades de avanço das relações sociais, acelerando a comunicação global, colocando em debate a construção e o desenvolvimento de vários movimentos sociais e consequentemente de um novo momento do feminismo, que viria a ser denominado quarta onda feminista.

A década de 1990 marcou a revitalização da energia do feminismo, levantando debates inovadores, perpassando desde o abuso sexual, até a questão das carreiras profissionais, a distinção de salários entre homens e mulheres, protestos políticos influenciando diretamente eleições em varias partes do mundo, dentre outras.

Alguns teóricos discutem, que esse novo momento do feminismo iniciou seu desenvolvimento por volta de 2010, quando ressurgiu uma visibilidade e interesse mundial pelo movimento e pela condição da mulher. Caracterizada pelo uso maciço das plataformas de redes sociais, destinada a rever pressupostos de um pós-feminismo, através do que alguns chamam de cyber feminismo, este período é alimentado pela ampla divulgação dos movimentos existentes e a constante contestação da misoginia, colocando a igualdade entre os sexos como algo ainda inatingível.

A popularização da internet tem influência crucial no despertar do novo feminismo porque deu voz a outros grupos, que o movimento feminista tradicional não foi capaz de representar, tais como as mulheres de países periféricos. Mulheres que vivem sob as condições próprias de países que apresentam

baixos indicadores de desenvolvimento socioeconômico e humano, encontram na internet a possibilidade de se organizarem e falarem sobre o feminismo que se refere a elas. (SILVA, 2019, n.p.)

Os três períodos históricos e as chamadas ondas feministas até então, tinham como debate o contexto social e político dos países centrais, com temáticas centralizadas. Esse novo momento, vem para dar continuidade no debate iniciado em meados da década de 1980, perpassando as perspectivas interseccionais e a positividade sexual, possibilitando a visibilidade e o destaque necessário aos países de regiões periféricas, dando espaço e voz a povos que nunca tiveram espaço para serem ouvidos. Encontraram na internet o espaço e oportunidade de darem voz as suas lutas, demonstrando o novo conceito do movimento, sua filosofia e prática política.

Com um corpo feminista mais jovem, ainda que o feminismo já venha historicamente por séculos defendendo sua linguagem e seus objetivos, a igualdade de gênero buscada ainda não corresponde com a realidade vivenciada por milhares de mulheres em todo o mundo e o uso da internet colabora para colocar isso em pauta e atingir o maior leque possível de pessoas, através de sites, blogs e redes sociais. Já as feministas mais maduras presentes no movimento, passaram a ressignificar o movimento, com base nos acontecimentos históricos contemporâneos.

Um marco desse momento aconteceu em 2004, quando as irmãs Jessica e Vanessa Valentin criaram o site feminista *FEMINISTING*, desenhando essa nova característica virtual do movimento, reforçando a importância do feminismo, informando ideias, pautas de lutas e eventos, permitindo através do acesso a internet e ao site “*maior acessibilidade e reuniu um público de origens diferentes, vindo de diferentes partes do mundo*”⁵⁹.

Por mais que as lutas construídas historicamente apresentaram avanços significativos na vida das mulheres e da sociedade em geral, alguns

59 Mccan etc al. , 2019, p. 295.

comportamentos tão amplamente debatidos ainda são perpetuados na contemporaneidade. Como exemplo, tivemos o movimento denominado Marcha das Vadias⁶⁰, que surgiu na Universidade de York, no Canadá, quando um policial, ao falar sobre segurança e prevenção ao crime, afirmou que “*as mulheres deveriam evitar se vestir como vadias, para não serem vítimas de ataques*”⁶¹, se não quisessem ser estupradas. Após esse discurso aconteceu a primeira Marcha das Vadias, em três de abril de 2011 em Toronto. Feministas canadenses vestiram roupas provocantes, protestando contra a tendência de órgãos públicos representados por tribunais, policiais e outros agentes da sociedade, culpabilizarem a vítima do estupro em decorrência de seu comportamento ou de sua aparência expressada através de suas roupas ditas provocantes.

O movimento ganhou destaque internacional, ressignificando o sentido pejorativo atribuído à palavra vadia, usado para associar a mulher à ideia de que ela tem uma vida sexual ativa desprovida de pudores, considerada devassa e imoral, evidenciando as expectativas comportamentais e os papéis sociais culturalmente impostos às pessoas sobre feminilidade e sobre o ser mulher em sociedade. A ideia central do protesto conseguiu ser transmitida e multiplicada em varias partes do mundo.

[...] No entanto, algumas feministas criticam a adoção do termo ‘vadia’. Feministas afro-americanas, por exemplo, reclamam que o movimento não leva em consideração a história da sexualização de seus corpos sob a escravidão. Mulheres que geralmente são alvo da violência policial – incluindo negras, imigrantes, trans, e profissionais do sexo – também são céticas sobre o privilégio branco inerente a um movimento que busca recuperar um relacionamento positivo com a polícia. (Mccan etc al., 2019, p. 299)

60 Em inglês “SlutWalk”.

61 SILVA, 2019, n.p.

Inúmeros movimentos surgiam a partir da Marcha das Vadias, como exemplo, o bordão “Nenhuma a menos”⁶², que surgiu após a adolescente grávida, de 14 anos, Chiara Perez ser brutalmente esganada e assassinada na Argentina pelo namorado, e em seguida teve seu corpo enterrado. Seu assassinato teve grande repercussão, e jornalistas e escritoras começaram a usar a expressão, desencadeando mobilização no país e no exterior, dando ênfase e visibilidade ao debate da violência contra a mulher. O movimento ampliou suas fronteiras e inúmeras passeatas foram realizadas pela América Latina, evidenciando o “Ni Una Menos”, no México, Peru, Chile, Equador.

[...] O movimento “Ni Una Menos” colocou os feminicídios na agenda política da Argentina e conseguiu, pela primeira vez, que o poder público divulgasse estatísticas dessa espécie de violência, revelando que no país uma mulher era assassinada a cada 30 horas em média. (SILVIA, 2019, n.p.)

Como marca central de seu desenvolvimento mundial, o uso da internet como ferramenta, o feminismo contemporâneo veio ganhando diversas roupagens, influenciado pelas rápidas e significativas mudanças sociais, culturais e políticas em todo o mundo. Com a crise financeira que assolou o mundo em 2008, iniciou-se a denominação desse período de ‘ativismo de hashtag’ (#) usando frases de impacto, facilitando e impactando o ativismo, possibilitando o acesso rápido a expressões e assuntos interligados, principalmente no Twitter. A divulgação em tempo real possibilita o acesso e compartilhamento mundial de informações, chegando a lugares antes não alcançáveis.

Outro significativo movimento, #MeToo, começou a princípio nos Estados Unidos em 2006, criado quando a feminista negra, Tanara Burke levanta a questão sobre a conscientização pública para expressão de sobreviventes de agressão sexual, alcançando visibilidade mundial, quando atrizes americanas apoiaram o movimento.

62 “Ni Una Menos”.

Levantaremos no decorrer desse texto, algumas das desvantagens desse ativismo virtual, que embora contribua significativamente para o movimento se desenvolver e se construir, tem sido instrumento de perpetuação da misoginia contra feministas que possuem popularidade. Inúmeras mulheres, principalmente as mais marginalizadas se veem expostas a ameaças, de estupro e morte, memes e o chamado *doxxing*, quando hackers invadem informações privadas (principalmente fotos das mulheres nuas ou expostas) e as tornam públicas com o intuito de incentivo ao bullying e o assédio. Essa prática tem sido muito usada por ex-companheiros, ex- namoradas, como forma de expor, agredir e ameaçar.

A questão referente à sexualidade e ao corpo permanece nos debates, principalmente à prostituição, um tema muito delicado, inspirando inúmeros debates e divergências entre os feminismos. As profissionais do sexo, expressão que substituiu o termo prostituição, foi utilizada pela primeira vez em 1970 pela ativista Carol Leigh, que buscava através de seu uso, ampliar a visibilidade do tema e lutar para alcançar os mesmos direitos trabalhistas que outras categorias profissionais possuem.

O feminismo contemporâneo, esta se construindo enquanto um feminismo plural, retomando e abordando pautas já abordadas anteriormente, construindo e desconstruindo mudanças através das redes sociais *“para fins de comunicação, oportunizar o desenvolvimento de debates sobre as pautas em questão e articular as ativistas em grupos organizados”*.⁶³ O feminismo nunca foi homogêneo e essa onda vem reafirmar que não é necessário que haja uma homogeneidade que una todos em uma luta só, no entanto é necessário que se construa pontes de diálogos capazes de interligar lutas que contemplem a pluralidade dos indivíduos.

A luta anticapitalista permeou toda a história da luta das mulheres por direitos e no desenvolvimento da construção sócio histórica do feminismo. Esse feminismo vem ganhando força, principalmente desde a crise de 2008,

63 SILVA, 2019, n.p.

surgindo inúmeros grupos trabalhando pelo desmantelamento do feminismo. Na contemporaneidade essa luta subdivide os feminismos:

Enquanto as feministas liberais tendem a buscar o empoderamento das mulheres através do avanço econômico (feminismo de carreira), as feministas anticapitalistas argumentam que o capitalismo é um sistema econômico fracassado, que leva à ampla desigualdade de renda e reforça o status de subordinação das mulheres. (Mccan et al., 2019, p. 300)

Uma nova atmosfera feminista surge no movimento, a partir das divergências entre as pós-feministas, que alegavam ser o fim do feminismo, justificando que ele não era mais necessário e que a liberdade das mulheres já havia sido conquistada e as feministas que alegavam que essa visão era limitada e egoísta, pois não considerava a realidade e as necessidades de mulheres que ainda enfrentavam os limites impostos pelo machismo.

Destarte iniciou-se um movimento online, questionando quem não era feminista nos dias atuais, levantando a necessidade de que todas e todos deveriam ser. Entre essas mulheres, estavam as figuras públicas, a atriz Emma Watson, a ex-primeira dama dos EUA Michelle Obama e Chimamanda Ngozi Adichie, que teve seu discurso “Sejamos todos feministas” reconhecido mundialmente, após expressar em sua fala, um apelo a mudança na sociedade, desconstruindo os estereótipos atribuídos ao feminismo.

Algumas pessoas me perguntam: “Por que usar a palavra ‘feminista’? Por que não dizer que você acredita nos direitos humanos, ou algo parecido?” Por que seria desonesto. O feminismo faz, obviamente, parte dos direitos humanos de uma forma geral – mas escolher uma expressão vaga como “direitos humanos” é negar a especificidade e particularidade do problema de gênero. Seria uma maneira de fingir que as mulheres não foram excluídas ao longo dos séculos. (ADICHIE, 2015, p. 42)

Uma das autoras que mais bem representa esse novo perfil dos feminismos, aderindo à ideia de um feminismo universal e acessível a todos é bell hooks, feminista, artista, acadêmica e escritora. Nasceu em Glorinda Jean Watkins, em Hopkinsville, no Kentucky, passando sua infância em uma comunidade segregada no Sul dos Estados Unidos. Graduiu-se pela Universidade Stanford, mestrado pela Universidade de Wisconsin e doutorado pela Universidade da Califórnia, em Santa Cruz. Aderiu o pseudônimo utilizado como homenagem a avó, desejando honrar os legados femininos. Curiosamente optou por escrevê-lo totalmente em letras minúsculas⁶⁴, como forma de protesto na busca por centralizar as atenções por suas mensagens e não por ela própria.

Em seu livro *Teoria Feminista: da margem ao centro*, publicado em 1984, hooks apresenta uma teoria feminista mais inclusiva, acreditando na existência de irmandade entre mulheres, bem como na possibilidade da participação dos homens no movimento e na luta pela igualdade. Declara que os estudos existentes sobre mulheres negras e a teoria feminista marginalizavam autores negros, refletindo sobre a impossibilidade de o feminismo tornar as mulheres iguais aos homens, uma vez que, na sociedade ocidental os homens diferenciam entre si, não sendo iguais, e as mulheres, se diferenciam pelo status social.

Com mais de vinte livros publicados, hooks propõe através de uma linguagem simples e acessível um feminismo revolucionário, de massa, capaz de mudar a vida de todo mundo através do desafio de mudar o patriarcado e educar os leitores para uma consciência crítica. O livro *O feminismo é para todo mundo*: políticas arrebatadoras, aqui analisado, foi publicado no Estados Unidos nos anos 2000, mas só chegou ao Brasil em 2015.

Em momento algum acreditei que o movimento feminista devesse ser, e que fosse, um movimento só de mulheres. No mais íntimo do meu ser, sabia que nunca teríamos um

64 Optamos por respeitar a autora e toda menção feita no corpo desse texto seguirá a regra das letras todas em minúsculo.

movimento feminista bem-sucedido se não conseguíssemos incentivar todo mundo, pessoas femininas e masculinas, mulheres e homens, meninas e meninos, a se aproximar do feminismo. Eu contava para meus estudantes que tinha intenção de escrever um livro que explicasse o pensamento feminista, um livro que você poderia levar para casa e compartilhar com parentes, com pais e mães, avós e membros da igreja.

O título *O feminismo é para todo mundo* era como um slogan que declara sobre o que é o livro. Claro, conciso, fácil de ler; para mim era um sonho se tornando realidade. Porque ele convida todos nós a nos aproximar do feminismo. (HOOKS, 2019, p. 10)

Esse parágrafo já demonstra o objetivo central do feminismo que bell hooks esteve e é disposta, desde sempre, a ajudar a construir. Segundo a autora, por mais que existam pessoas que possuem acesso à cultura da informação, livros, cinema, revistas, internet, dentre outros, raramente eles buscam compreender o feminismo em sua completude, a partir deles mesmo. Todos buscam aprender sobre o feminismo embasado na perspectiva de terceiros, sem buscar nas fontes, a sua própria compreensão do tema. Isso faz com que a imagem recebida do feminismo seja distorcida, estereotipada, embasada no senso comum que reproduz a ideia de *“um bando de mulheres bravas que querem ser iguais aos homens”*⁶⁵. Assim, a autora defende que, quando expressa o feminismo em que ela mesma acredita, que é o feminismo ligado a direitos, e a possibilidade das mulheres os acessarem, as pessoas percebem que viam o movimento de forma errônea e simplificada.

Todos nós, somos educados desde que nascemos a socializar ações sexistas, mas para mudarmos isso é necessário reconhecermos essa criação natural e culturalmente sexista, reciclando nossas formas de ver e pensar ideias e comportamentos feministas, só assim nos seria possível acabar com o patriarcado. É notável socialmente, que ações feministas historicamente já transformaram positivamente a vida de milhares de pessoas em todo mundo. No entanto, essas conquistas se dissolvem em meio a tudo aquilo que socialmente nos é apresentado como negativo.

65 hooks, 2019, p. 12.

Para hooks, “*feminismo é um movimento para acabar com sexismo, exploração sexista e opressão*”⁶⁶ e é extremamente necessário que para se compreendermos esse feminismo apresentado por ela, se compreenda também que todos nós mulheres e homens, somos criados cultural e socialmente para reproduzir o sexismo, patriarcado institucionalizado, fazendo disso um problema a ser enfrentado por todas e todos.

Historicamente o feminismo é ensinado e propagado, enquanto um movimento em que mulheres querem ser iguais aos homens ou anti homem e a mídia, a indústria cultural, trabalham arduamente para tornar essa expressão reconhecida e verdadeira.

[...] A incompreensão dessas pessoas sobre políticas feministas reflete a realidade de que a maioria aprende sobre feminismo na mídia de massa patriarcal. O feminismo sobre o qual mais ouvem falar é ilustrado por mulheres que são primordialmente engajadas em igualdade de gênero – salários iguais para funções iguais e, algumas vezes, mulheres e homens dividindo as responsabilidades do trabalho doméstico e de maternagem e paternagem. As pessoas notam que essas mulheres são, em geral, brancas e economicamente privilegiadas. Sabem, através da mídia de massa, que a libertação das mulheres tem foco em liberdade para abortar, para ser lésbica e para desafiar situações e estupro e violência doméstica. (hooks, 2019, p.18)

Ao mesmo tempo em que a mídia limita os ideais e a luta feminista, levando inúmeras pessoas a perceberem só o que ta posto, principalmente pela cultura cristã, arduamente vivenciada em nossa sociedade, milhares de pessoas creem na perspectiva da mulher subordinada ao homem enquanto força divina. Ainda que mulheres venham a ocupar um importante espaço social, a visão limitou-se ao sentimento do movimento movido contra o homem.

Podemos perceber que de fato, esse sentimento anti homem perpassou alguns momentos históricos e ainda deixa rastros dentro de alguns feminismos, mas com a contemporaneidade e as novas configurações, essa reação

66 HOOKS, 2019, p. 17.

negativa em relação aos homens pode ser desconstruída dentro do movimento. As mulheres perceberam que para o feminismo acontecer, seria necessário, antes de tudo, confrontar o próprio pensamento sexista, as próprias ações machistas reproduzidas e com isso desenvolver a sororidade e consequentemente a interseccionalidade “(...) *podemos nos tornar irmãs na luta somente confrontando as maneiras pelas quais mulheres – por meio do sexo, classe e raça – dominaram e exploraram outras mulheres (...)*”⁶⁷.

Para hooks, pessoas feministas são formadas e educadas para serem, a conscientização não acontece no ventre. Para ela, tanto mulheres quanto homens são passíveis de reproduzirem o sexismo e de pensarem criticamente sobre ele. O que difere o fato das mulheres se reunirem para pensar sobre, se dá pelo fato dos homens se beneficiarem do sexismo e não estarem dispostos a abrir mão disso.

A conscientização feminista possibilitou que mulheres pudessem compreender a dimensão do quão são vitimizadas, exploradas e oprimidas, em cenários e em contextos diferentes. Conscientizando-se, a mulher tornou-se forte para desafiar e lutar contra o patriarcado, nos espaços públicos e privados, representado pela casa e o trabalho.

Com a disseminação do feminismo, inúmeras mulheres passaram a se denominar feministas, sem de fato compreender o que isso significaria e resultaria em suas vidas e na sociedade. Em decorrência disso, houve, segundo hooks, um dismantlemento de grupos de conscientização, resultando no esquecimento do quão importante é reconhecer e aprender o porquê se escolheu ser uma pessoa que defende o feminismo e o que justificaria a aderência a prática e políticas feministas. Mulheres por vezes traíam e traem a causa feminista, por não saberem confrontar o sexismo internalizado. “[...] *Enquanto mulheres assumirem a bandeira de políticas feministas sem abordar e transformar seu próprio sexismo, o movimento ficará prejudicado.*”⁶⁸

67 HOOKS, 2019, p. 20)

68 HOOKS, 2019, p. 31.

[...] Quando o movimento feminista se renovar, reforçando repetidas vezes as estratégias que permitirão que um movimento de massa acabe com o sexismo, exploração sexista e opressão sobre todo mundo, a conscientização voltará a ter sua importância original. (hooks, 2019, p. 30)

Tão importante e necessária quanto à conscientização das mulheres, é a conscientização dos homens, uma vez que se o movimento revolucionário tivesse dado a devida ênfase em ensinar garotos e homens a importância da do movimento feminista e da necessária desconstrução do sexismo para a transformação da sociedade, menos condições e estratégias a mídia teria para estereotipar o movimento como anti-homem. Para hooks, sem *“ter homens na luta, o movimento feminista não vai progredir”*⁶⁹.

[...] um homem despojado de privilégios masculinos, que aderiu às políticas feministas, é um companheiro valioso de luta, e de maneira alguma é ameaça ao feminismo; enquanto uma mulher que se mantém apegada ao pensamento e comportamento sexistas, infiltrando o movimento feminista, é uma perigosa ameaça. (hooks, 2019, p. 31)

Essa conscientização feminina, sororidade, é fundamental segundo hooks, para conseguir alcançar o tão almejado e poderoso comprometimento compartilhado em lutar contra o sistema patriarcal. Mas, importante frisar que, sororidade, enquanto possibilidade concreta, só poderá existir de fato, quando as mulheres deixarem de usar o poder de classe e raça para se sobrepuser, dominar e oprimir outras mulheres.

Nos primórdios do feminismo, antes da existência de literaturas, as mulheres individuais aprendiam em grupos. Essas mulheres foram as primeiras a construir teoricamente a bagagem necessária para o aprendizado e as práticas feministas na contemporaneidade, como estratégia de enfrentamento

69 HOOKS, 2019, p. 31

ao patriarcado. Em decorrência do androcentrismo presente nas bibliografias acadêmicas, trabalhos produzidos por mulheres foram por anos silenciados. A produção literária e o resgate da história das mulheres tem sido um dos grandes marcos do feminismo na contemporaneidade, fortalecendo o movimento, principalmente em âmbito acadêmico, ajudando a difundir e espalhar informações e conteúdos antes inacessíveis ou limitados.

Ainda assim, a academização do feminismo precisa ser cuidadosa, uma vez que ela precisa acessar também, homens e mulheres que não compõe o ambiente acadêmico.

Uma literatura que ajuda informar uma multidão de pessoas, que ajuda indivíduos a compreenderem o pensamento e as políticas feministas, precisa ser escrita em uma vasta gama de estilos e formatos. Precisamos de trabalhos principalmente direcionados à cultura jovem. Ninguém produz esse tipo de trabalho em contexto acadêmico. Sem abandonar os programas de Estudos de Mulheres, que já correm o risco em faculdades e universidades com conservadores tentando desfazer as mudanças geradas pelas lutas por justiça de gênero, precisamos de estudos feministas baseados na comunidade. Imagine um movimento feminista fundamentado na massa, em que o pessoal vai de porta em porta distribuindo literatura e dedicando tempo (como fazem os grupos religiosos) para explicar às pessoas do que se trata o feminismo. (hooks, 2019, p. 46)

A luta pelos direitos reprodutivos perpassa o movimento feminista em anos, iniciando esse debate em meados da década de 1940 em diante, a chamada segunda onda. O aborto sempre ganhou certa centralidade, desafiando vários setores da sociedade, mas principalmente do pensamento conservador e cristão e a ideia de que a função existencial da mulher era gerar crianças. Para hooks (2019, P. 54):

O direito das mulheres de escolher se querem ou não fazer aborto é apenas um aspecto da liberdade reprodutiva. [...]

[...] Se as mulheres não tem o direito de escolher o que acontece com nosso corpo, arriscamos renunciar direitos em outras áreas da vida.

Se torna necessário, lutarmos arduamente pelo reconhecimento de todos os direitos reprodutivos, da autonomia e independência da mulher pelo próprio corpo.

[...] Jovens mulheres que sempre tiveram acesso a métodos contraceptivos eficientes – que nunca testemunharam as tragédias causadas pelo aborto ilegal – não tem experiência do que é impotência e vulnerabilidade à exploração, que sempre serão consequências de as mulheres não terem direitos reprodutivos. É necessária uma contínua discussão sobre a variedade de questões listadas sob o item ‘direitos reprodutivos’, se quisermos que mulheres de todas as idades e os homens que são nossos aliados na luta entendam por que esses direitos são importantes. Essa compreensão é a base de nosso comprometimento para manter os direitos reprodutivos como uma realidade para todas as mulheres. O foco feminista em direitos reprodutivos é necessário para proteger e sustentar nossa liberdade. (hooks, 2019, p. 55)

Alicerçada ao corpo, também esta enraizada o pensamento sexista de beleza padronizada pelo patriarcado, de sermos notadas por nossa aparência. Feministas, lutaram e lutam pela desconstrução desses padrões, examinando como todas as mulheres se sentem em relação aos corpos, repensando estratégias de mudança e sobrevivência. Isso resultou em uma revolução no comportamento da mulher contemporânea, que passou a lutar bravamente contra essas amarras.

A sociedade capitalista, que defendia e defende esses ideais, segundo hooks, logo se encabeçaram de estereotipar as feministas como masculinizadas, feias, velhas e gordas, com medo de que o movimento conseguisse atingir sucesso em interferir em seus negócios, uma vez que o capitalismo vende a ideia sexista de beleza padronizada, da mulher bonita enquanto magra e atlética, se veste conforme a regra. Uma verdadeira ditadura

que lucra com uma economia voltada a produtos, moda, tratamentos estéticos, comercializando estilos de vida, de se vestir, ser e se comportar. Ainda hoje, a luta contra distúrbios relacionados ao corpo, é uma batalha árdua.

hooks, nos apresenta a necessidade de criar estratégias para o enfrentamento da Indústria Cultural presente na contemporaneidade e que desafia as feministas. Não basta criticar, segundo ela, o excesso de críticas sem ações concretas, essas só confundem as mulheres, que ficam sem saber qual caminho de fato devem seguir.

Meninas e garotas adolescentes não saberão que pensadoras feministas reconhecem tanto o valor da beleza quanto dos enfeites, se continuarmos a permitir que estéticas patriarcais inspirem a indústria da beleza em todas as esferas. A rígida rejeição feminista dos desejos femininos por beleza enfraqueceu as políticas feministas. Ainda que essa estética seja mais incomum, é frequentemente apresentada pela mídia de massa como a maneira de pensar das feministas. Não seremos livres até que as feministas retornem a indústria da beleza, retornem à moda e criem uma revolução contínua e sustentável. Não saberemos como amar o corpo e a nós mesmas. (hooks, 2019, p. 63)

Segundo Adorno e Horkheimer, a indústria cultural é um dos mecanismos do homem dominar a natureza, da mesma forma que é um mecanismo de manutenção da ordem capitalista, não só produzindo mercadorias, mas também valores e símbolos com meio de manter o capital, adestrando e direcionando o consumo e o pensamento dos sujeitos contribuindo com uma forma fordista de pensar, formando uma consciência massificada. *“O progresso se paga com coisas negativas e aterrorizantes, entre elas o desaparecimento do sujeito autônomo em um totalitarismo uniformizante.”*⁷⁰

A finalidade da indústria cultural se coloca, portanto, como meio de manter as relações materiais de produção por meio de formas ideológicas de dominação. O importante é que o produto cultural substitua a imaginação do

70 ADORNO; HORKHEIMER; 1985, p. 13

consumidor e de que isso se dê de forma rápida, para que não haja tempo para reflexão, nem para pensar, pois consumidores que pensam conseqüentemente, não compram, intensificando o processo de alienação.

A diversão é o prolongamento do trabalho sob o capitalismo tardio. Ela é procurada por quem quer escapar ao processo de trabalho sob o capitalismo tardio. Ela é procurada por quem quer escapar ao processo de trabalho mecanizado, para se pôr de novo em condições de enfrentá-lo. Mas, ao mesmo tempo, a mecanização atingiu um tal poderio sobre a pessoa em seu lazer e sobre a sua felicidade, ela determina tão profundamente a fabricação de mercadorias destinadas a diversão, que esta pessoa não pode mais perceber outra coisa senão as cópias que reproduzem o próprio processo de trabalho. O pretensão conteúdo não passa de uma fachada desbotada; o que fica gravado é a sequência automatizada de operações padronizadas. (ADORNO, HORKHEIMER, 1985, p. 113).

A indústria cultural prega uma falsa consciência, que não corresponde com a realidade vivida, impondo uma promessa de prazer e distração, onde o que nos é apresentado é uma negação do que não se pode ter, vendendo uma ideia no nível superficial, fazendo com que nos tornemos uma massa anônima de pessoas oprimidas e passivas, sem reflexão e assentindo que a vida é esta que esta posta. Isto ocasiona o que podemos chamar de cegueira, resultando em indivíduos sem consciência crítica e conseqüentemente sem capacidade de pensar e se mobilizar.

Desta forma, as camadas dominantes mascaram as relações de poder, manipulando a mídia e conseqüentemente perpetuando uma visão de vazio instaurada nos seres humanos, moral e eticamente, em que eles nunca conseguirão preencher, pois esse preenchimento é material. A sociedade do consumo faz você acreditar que esse preenchimento só é possível através desse mundo ideal forjado.

Segundo Adorno e Horkheimer a indústria cultural coloca a cultura como mercadoria, propiciando ao capitalismo lucrar com esse desespero social de consumir, impondo ao trabalhador, elementos que ele deve buscar em suas horas de lazer para ser feliz. Essa manipulação está dada e o conhecimento seria uma forma de amenizar.

A violência da sociedade industrial instalou-se nos homens de uma vez por todas. Os produtos da indústria cultural podem ter a certeza de que até mesmo os distraídos vão consumi-los alertamente. Cada qual é um modelo da gigantesca maquinaria econômica que, desde o início, não dá folga a ninguém, tanto no trabalho quanto no descanso, que tanto se assemelha ao trabalho. É possível depreender de qualquer filme sonoro, de qualquer emissão de rádio, o impacto que não se poderia atribuir a nenhum deles isoladamente, mas só a todos em conjunto na sociedade. Inevitavelmente, cada manifestação da indústria cultural reproduz as pessoas tais como a modelou a indústria em seu todo. (ADORNO, HORKHEIMER, 1985, p.105)

A indústria cultural realiza uma padronização de mentalidades, colonizando e massificando culturas, conceito e ideias, através de uma mídia que trata o sujeito enquanto objeto, enquanto produto descartável, apresentando a ele, um conteúdo que exija baixo nível de compreensão, com o intuito de atingir o maior número de pessoas, ou até mesmo a todos, visando manter a ordem capitalista, como mecanismo de controle e dominação, contribuindo para a desigualdade social. Se apropria das mais diversas coisas para transformar em mercadoria, através do seu mundo de aparências criado com o intuito de legitimar discursos e papéis sociais, usando dos veículos da mídia para comercializar suas ideias. A mulher e o movimento feminista, consequentemente tem sido alvo dessa cultura, principalmente desde que os feminismos e a luta pela conquista de direitos e igualdade de gênero passaram a compor diversos espaços.

Vivemos na atual conjuntura, um acirramento brutal do conservadorismo, em meio a uma onda de acesso raso a informações, com a perpetuação de ideais que mantêm e reproduzem a ordem social vigente através da indústria cultural, propagando discursos que mantenham a ordem capitalista.

Assim a indústria cultural, o mais flexível de todos os estilos, revela-se justamente como a meta do liberalismo, ao qual se censura a falta de estilo. Não somente suas categorias e conteúdos são provenientes da esfera liberal, tanto do naturalismo domesticado, quanto da opereta e da revista: as modernas companhias culturais são o lugar econômico onde

ainda sobrevive, juntamente com os correspondentes tipos de empresários, uma parte da esfera de circulação já em processo de desagregação. Aí ainda é possível fazer fortuna, desde que não seja demasiado inflexível e se mostre que é uma pessoa com quem se pode conversar. Quem resiste só pode sobreviver integrando-se. Uma vez registrado em sua diferença pela indústria cultural, ele passa a pertencer a ela assim como o participante da reforma agrária ao capitalismo. (ADORNO, HORKHEIMER, 1985, p. 108)

A indústria cinematográfica tem deixado em seu legado, a reprodução dos ideais, contrapondo através da história de heroínas a ideia de mocinha indefesa e ingênua perpetuada por muito tempo. Podemos exemplificar com o filme ‘Mulher Maravilha’, que vem compor um espaço de filmes todos com heróis homens, apresentar uma pseudo dominação da mulher de espaços antes inimagináveis.

Temos também, através da internet a reprodução de tendências estéticas, padrões comportamentais e valores morais dominantes, que estipulam o perfil de mulher ideal. Exemplificados através das inúmeras blogueiras que compõe as redes sociais, expondo um estilo de vida ‘quase perfeito’, onde elas acordam maquiadas, praticam atividades físicas para cultivar um corpo magro e ‘saúdável’, ditam o padrão de beleza e mata a autoestima de crianças, mulheres e homens.

Essa ditadura da beleza dita diariamente, o que as mulheres devem ou não fazer com seus corpos, transmitindo constantemente a ideia de corpo perfeito, jamais possível de ser alcançado por mulheres/pessoas reais, de diferentes classes sociais e com genéticas diferentes. As mulheres têm sido usadas pela indústria cultural, como veículo de venda de ideias de massa, através da sedução dos homens com seus corpos perfeitos e da rivalidade e provocação de outras mulheres.

Diante deste contexto, está na ‘moda’ ser feminista e esbravejar nas redes sociais suas ideias e seu posicionamento contra o machismo. Muitos posicionamentos são ricos de informações e reflexão, no entanto, ainda existem muitas discussões que permanecem no campo raso, na superficialidade.

Hoje se tornou comum, encontrar em lojas de departamentos, roupas e acessórios com frases impactantes, como por exemplo 'girl power', 'feminista', dentre outros. O patriarcado e a violência machista são inimigos duros e silenciosos, travestidos de autonomia feminina e de uma pseudoliberalidade, do qual ainda estamos longe de alcançar, fazendo uso da proliferação desses produtos com o intuito da obtenção de lucros ao mesmo tempo em que transmite uma falsa ideia de liberdade e de pertencimento.

Conforme Adorno e Horkheimer nos traz, na indústria cultural tudo acaba virando mercadoria, pois o principal propósito do capitalismo é alcançar seus lucros e para que isso aconteça é preciso que as pessoas aceitem e acreditem em valores que as façam consumir, perdendo sua autonomia e os tornando dependentes dessa sociedade, cumprindo seu objetivo maior que é atingir as massas e manipula-las.

A mulher teve presente em sua trajetória histórica, imposições feitas por uma sociedade machista e patriarcal, estando presa a moldes culturais difundidos por essa sociedade, que acaba por domina-la e oprimi-la, através de estereótipos inalcançáveis. Destarte, como hooks nos traz em suas reflexões, podemos observar que a indústria cultural influencia, transforma e estipula os modos de pensar, através de imagens e ideias expostas repetitivamente nos veículos midiáticos, tornando a sociedade alienada e mantendo a ordem capitalista patriarcal e misógina vigente em destaque, estereotipando os feminismos, fazendo-os parecer algo historicamente negativo.

Como já nos foi dito, o início do movimento feminista foi permeado por questões centralizadas na realidade da mulher branca, de classe média ou alta, uma vez que elas possuíam certa notoriedade pública, fazendo com que, ao passar dos anos, suas questões fossem de certa maneira ouvidas. A diferença de classes permeou por muitos anos na construção sócio-histórica do movimento. Ao inserir a discussão de classe, abriu-se o movimento para um leque de mulheres de classes diversas e para que a discussão de raça também ficasse aparente.

Hoje, hooks defende que a “*libertação feminista está numa visão de mudança social que desafia o elitismo*”⁷¹, é necessário um movimento que vise a conscientização crítica, para percebermos as disparidades sociais existentes e com isso, poder revolucionar ações em que mulheres com poder de classe, possam criar estratégias para atender as mulheres trabalhadoras e pobres.

Quando mulheres que têm poder de classe utilizam oportunamente, uma plataforma feminista e ao mesmo tempo enfraquecem as políticas feministas, ajudando a manter intacto o sistema patriarcal que irá ressubordiná-las, elas não apenas traem o feminismo, elas traem a si mesmas. Ao retomar a discussão de classe, mulheres e homens feministas restauram as condições necessárias para a solidariedade. Então poderemos visualizar melhor um mundo em que recursos são compartilhados e oportunidades para crescimento pessoal são abundantes para todo mundo, independente da classe. (hooks, 2019, p. 74)

Diante desse contexto, é necessário reforçar a importância da luta que o feminismo constrói mundialmente e que reflete diretamente em todas as mulheres. Embora a indústria cultural tenha trabalhado massivamente para enfraquecer o movimento, inúmeras feministas em diferentes países vêm, lutando historicamente para construir um feminismo global, que busque acabar com o sexismo, a exploração sexista e a opressão.

A inserção das mulheres no mercado de trabalho é apresentada muitas vezes sob o viés de perspectiva burguesa, gerando visões dicotômicas, colocando de um lado a realidade de mulheres pobres que já trabalhavam para sobreviver, enquanto para as mulheres brancas, o trabalho seria a chave para a libertação. Hooks desmistifica essa ideia, teorizando que trabalhar não liberta as mulheres da dominação masculina, uma vez que, em sua maioria, esses trabalhos não são bem remunerados, nem propicia a autossuficiência econômica necessária para a libertação e autorrealização de fato acontecer.

71 HOOKS, 2019, p. 73

Enfatizar o trabalho como chave de libertação das mulheres fez com que muitas feministas brancas engajadas sugerissem que as mulheres que trabalhavam estavam 'já libertadas'. Na verdade, estavam dizendo para a maioria das mulheres empregadas que 'o movimento feminista não é para vocês'. (hooks; Teoria Feminista: da margem ao centro; 2019, p. 150)

Muitas mulheres criticam o movimento feminista enquanto o responsável por fazê-las terem que trabalhar. Homens, no entanto, justificam a entrada das mulheres no mercado de trabalho como a culpa por seus desempregos e sua perda de identidade e autonomia enquanto provedor da família. Conforme hooks nos coloca a necessidade do feminismo contemporâneo é repensar o significado do trabalho para mulheres, repensar a questão da dificuldade econômica e autossuficiência, assim como conscientizar os homens de que elas não são suas inimigas no mercado de trabalho.

Há trinta anos, as feministas contemporâneas não previram as mudanças que aconteceriam no mundo do trabalho em nossa sociedade. Elas não se deram conta de que o desemprego em massa se tornaria regra, que as mulheres poderiam se preparar para empregos que simplesmente não estariam disponíveis. Elas não previram o conservador, e às vezes liberal, assédio aos programas sociais, a maneira como mães solteiras sem dinheiro seriam culpadas e demonizadas por sua condição econômica. Todas essas realidades não previstas exigem que pensadoras feministas visionárias revejam a relação entre libertação e trabalho. (hooks, 2019, p. 88)

A questão da raça, bem como da interseccionalidade, entra para hooks, como um grande poder de transformação no olhar do movimento feminista, mostrando o quanto a supremacia branca sempre foi uma característica aliada a privilégios. O trabalho das ativistas negras na inserção da questão da raça no movimento fez com que a sociedade se beneficiasse, reconsiderando o racismo nas pautas de luta e gerando mudanças, ainda pequenas, mas significativas para a história do movimento.

A mais variada forma de violência existente na sociedade contemporânea vem exigindo do feminismo, “ (...) *o esforço para criar e sustentar uma maior conscientização cultural sobre violência doméstica, assim como as mudanças que devem acontecer em pensamento e ação, se quisermos ver o fim disso.*”⁷² Expandiu-se a percepção de que a violência se consolida além das relações homem/mulheres, mas se perpetua também entre pessoas do mesmo sexo, entre crianças e adultos, dentre outras.

O termo violência patriarcal, segundo hooks, é importante e necessário, pois nos amplia a pensar além da violência doméstica, utilizada nos últimos tempos, de forma suavizada, referindo-se ao ambiente privado, íntimo e que remeteria a ideia de ser menos brutal do que a violência ocorrida publicamente, associando a violência no lar ao sexismo, e conseqüentemente o pensamento sexista a dominação masculina.

hooks acredita no extermínio de todo e qualquer tipo de violência como pauta feminista :

É essencial para a contínua luta feminista pelo fim da violência contra mulheres que essa luta seja vista como parte de um movimento maior pelo fim da violência em geral. Até agora, o movimento feminista tem focado primordialmente na violência masculina e, como consequência disso tem fortalecido o estereótipo sexista que sugere que homens são violentos e mulheres não; homens são abusadores, as mulheres não. Esse tipo de pensamento nos leva ignorar o quanto as mulheres (e homens), dessa sociedade, aceitam e perpetuam a ideia de que é normal que um partido ou grupo dominante mantenha o poder sobre os dominados pelo uso da força coercitiva. E nos leva a negligenciar ou ignorar o fato de que as mulheres não cometem violência com tanta frequência quanto os homens não nega a realidade da violência feminina. Precisamos admitir que os homens e as mulheres dessa sociedade são grupos distintos que apoiam, cada uma a sua maneira, o uso da violência. Somente a partir desse reconhecimento haveremos de encontrar alternativas para mudar esse estado de coisas. (hooks, 2019, Teoria Feminista: da margem ao centro; p. 177)

72 HOOKS, 2019, p. 95

Ela reflete sobre essa cultura de dominação exercida na contemporaneidade, que naturaliza a violência em decorrência do controle social, justificando sua utilização na necessidade de manutenção do poder de grupos dominantes sobre os dominados, concretizado entre mães, pais e crianças.

Um dos temas mais polêmicos desde o início da construção sócio histórica do feminismo, é tratado com brilhantismo por hooks. O papel do homem na construção do movimento ou simplesmente o papel que ele exerce na construção de uma sociedade não sexista. Desde os primórdios, a reação anti-homem dentro do feminismo era algo fortemente defendido, uma vez que inúmeras feministas chegavam ao movimento, após sofrerem inúmeras violências acometidas por seus companheiros e vários deles eram participantes de movimentos sociais. Conforme o movimento foi construindo seus passos, esse pensamento foi sendo esvaziado, percebendo que o problema não estava nos homens de forma isolada, mas no patriarcado, no sexismo e na dominação masculina.

A mídia de massa conservadora constantemente representava as feministas como 'mulheres que odeiam homens'. E quando havia uma facção ou o sentimento anti-homem no movimento, eles destacavam isso como maneira de desacreditar o feminismo. Nessa representação das feministas como mulheres que odeiam homens, incluíram o pressuposto de que toda feminista era lésbica. Apelando para a homofobia, a mídia de massa intensificou o sentimento antifeminista entre os homens. Antes de o movimento feminista contemplar dez anos, pensadoras feministas começaram a falar sobre como o patriarcado era prejudicial para os homens. Sem alterar nossa crítica feroz à dominação masculina, políticas feministas foram expandidas para incluir o reconhecimento de que o patriarcado tirou certos direitos dos homens, impondo neles uma identidade masculina sexista. (hooks, 2019, p. 104)

Importante ressaltar a necessidade de se criar estratégias para ensinar o feminismo para crianças, homens e mulheres, restringindo o espaço que a mídia utiliza para negatizar, desmerecer e estereotipar o movimento. Inúmeras

peessoas não tem conhecimento das variadas formas em que o feminismo contribui positivamente para a vida de todo mundo. O imaginário coletivo difundido tem grande poder de controle, uma vez que ao colocar as feministas como anti-homem, eles desviam a atenção da responsabilidade que eles exercem em relação ao sexismo e a dominação masculina. Para hooks, o movimento falha quando não apresenta estratégias antissexistas para os homens. *“Como é frequentemente o caso, em movimentos revolucionários por justiça social, nós somos melhores em nomear o problema do que em pensar em uma solução para ele”*.⁷³

Nenhum corpus significativo de literatura feminista surgiu para dialogar com garotos, para dizer a eles como construir uma identidade que não seja fundamentada no sexismo. Homens antissexistas pouco se educaram para a consciência crítica que inclui o foco na juventude, principalmente o desenvolvimento dos garotos adolescentes. Como consequência dessa falha, agora que as discussões sobre a educação de garotos estão ganhando atenção nacional, as perspectivas feministas são raramente, se é que de alguma forma são, parte da discussão. (hooks, 2019, p. 107)

Uma pauta atual e importante que hooks nos traz acerca do feminismo contemporâneo, é a maternagem e a paternagem feministas, que gira em torno do debate sobre o foco em crianças e a educação antissexista das quais elas necessitam. Ainda são perpetuados culturalmente pelas mulheres ações sexistas, reproduzidas na criação de filhas e filhos, principalmente mulheres chefes de famílias, que com a ausência da figura masculina, se responsabilizam por ensinar erroneamente valores masculinos que a sociedade impõe como necessário.

A busca por reconhecimento dos direitos das crianças e adolescentes, também esteve e permanece presente na pauta do feminismo contemporâneo. Antes enxergadas apenas como propriedades do pai e da mãe, crianças e adolescentes não eram reconhecidas enquanto sujeitos de direitos, resultando

73 hooks, 2019, p. 107.

em uma criação permeada por violência física e verbal por parte dos pais e na ausência desses, pela sociedade em geral.

Segundo hooks, grande parte das crianças que em sua maioria são violentadas no seio familiar, tem na figura da mãe a responsável pelas agressões, uma vez que elas são as principais provedoras de cuidados com os filhos e em decorrência das novas configurações familiares, a principal provedora da família.

Ainda sob o contexto de evolução da sociedade e de leis, as chamadas mães solteiras são cruelmente depreciadas. A cultura e a mídia apresentam massivamente a ideia de família chamada nuclear, composta por pai, mãe e filhos como a essencial para criar crianças saudáveis. hooks discorda dessa ideia utópica. Para ela, ainda que a sociedade pregue negativamente que o feminismo seria contra a constituição de famílias, o movimento precisa trabalhar constantemente no âmbito familiar, mostrando a pais, mães e filhos, que acabar com o sexismo, impacta diretamente no desenvolvimento e na criação de crianças, contribuindo com a compreensão da existência de novos e inúmeros arranjos familiares, sem a definição de um modelo único como ideal, mas sim, da necessidade de independente dessa configuração, o ambiente ser permeado por amor e igualdade entre todos os membros.

O movimento feminista é pró-família. Acabar com a dominação patriarcal de crianças, seja por homens, seja por mulheres, é a única maneira de tornar a família um lugar no qual as crianças se sentem seguras, no qual elas podem ser livres, no qual podem conhecer o amor. (hooks, 2019, p. 116)

Perpassando a temática da família, hooks traz em suas análises a questão referente ao casamento e as duras críticas que essa instituição sofreu desde os primórdios do capitalismo, principalmente quando o movimento iniciou o debate sobre a libertação sexual e o acesso métodos contraceptivos, dominando o controle de natalidade. A instituição casamento foi criticada e apontada como uma das formas de escravidão sexual, uma vez que a relação

é baseada na dominação, poder e controle total do homem sobre a esposa e filhos. Além disso, os debates permearam sobre a ausência masculina de reconhecimento do prazer feminino e em torno das igualdades sexuais, até chegar à divisão das tarefas domésticas. *“De modo geral, os homens estavam mais dispostos a aceitar e a afirmar a igualdade no quarto do que a aceitar a igualdade em relação ao trabalho doméstico a cuidado com os filhos”*.⁷⁴

Com a revolução dos debates sobre a conjuntura e desenvolvimento dos casamentos, foi possível a percepção da função da mulher além de gerar e criar crianças, possibilitando novas configurações de relacionamentos, em uma realidade onde as partes que envolvem o casal, possam se dedicar a carreira profissional, possibilitando maior equidade de gênero. Isso reflete também nos benefícios da paternagem, uma vez que ao homem reconhecer e aderir à equidade de gênero, contribuindo na criação dos filhos, consequentemente a relação entre pai e mãe melhora significativamente, independente destes permanecerem casados ou não.

O papel da maternagem ainda é algo estereotipado e permeado por desafios. A mulher que quer ser mãe enfrenta as impossibilidades que o mundo do trabalho dentro do patriarcado impõe. A mãe precisa trabalhar, é mal remunerada por isso e ao voltar para o ambiente doméstico, assume praticamente sozinha a responsabilidade de cuidar dos filhos e dos afazeres domésticos. Esse comportamento é perpetuado, contribuindo diretamente para o término de relações, prevalecendo os papéis sexistas.

A dominação masculina patriarcal nos casamentos e uniões tem sido a principal força a criar separações e divórcios em nossa sociedade. Todas as pesquisas recentes sobre casamentos bem-sucedidos demonstra que a equidade de gênero cria um contexto em que cada indivíduo do casal tem probabilidade de se afirmar. Essa afirmação gera uma felicidade maior e, mesmo que o casamento não dure para sempre a amizade entre os pares, que foi a base do laço, continua. Significativamente, em movimentos feministas futuros, gastaremos menos tempo criticando laços matrimoniais

74 hooks, 2019, p. 121.

patriarcais e nos esforçaremos mais para mostrar alternativas, mostrar o valor do relacionamento entre pares fundamentado em princípios de igualdade, respeito e crença de que a satisfação mútua e o crescimento são necessários para a relação ser satisfatória e duradoura. (hooks, 2019, p. 125)

As mulheres foram ensinadas desde muito cedo sobre inúmeras formas de controle sobre suas vidas, corpos e realidades. O controle sobre a vida e os desejos sexuais era sempre sob o reflexo de o homem ser livre para sentir e expressar todos os seus desejos, justificadas suas vontades a partir disso, enquanto a mulher tinha tudo reprimido e controlado sob a perspectiva da moral e das virtudes, que a classificavam perante a sociedade. Dividida entre reprimir seus desejos ou não e conviver com um medo socialmente exposto, a mulher ganhou a conquista do controle de natalidade através do movimento feminista, os métodos contraceptivos e a revolução sexual. hooks, nos apresenta uma reflexão sobre a necessidade de conexões eróticas como pertencimento a comunidade e distanciamento da alienação. Destarte, todos precisamos de um mundo que permita a real liberdade sexual, de escolhermos a praticas que desejamos e com elas nutrir nosso crescimento, independente de raça, sexo, classe ou orientação sexual.

Nesse contexto de liberdade sexual, se encontra o desafio de vencer a homofobia existente dentro e fora do movimento. hooks contextualiza que a presença de mulheres lésbicas no movimento aconteceu consequentemente em decorrência destas já lutarem nas políticas de esquerda, contra os limites estabelecidos de classe, raça e sexualidade. A presença das lésbicas no movimento fortaleceu a luta, reafirmando nossa *“liberdade como mulher para escolher quem amamos, com quem vamos dividir nosso corpo e vida.”*⁷⁵

Desafiar a homofobia sempre será uma das dimensões do movimento feminista. Porque não há como haver sororidade sustentável entre as mulheres enquanto lésbicas forem desrespeitadas por mulheres heterossexuais e subordinadas a elas. No movimento feminista visionário, o trabalho das militantes lésbicas radicais, a teoria e a prática feministas jamais teriam se atrevido a ir contra os limites impostos pelo

75 hooks, 2019, p. 142.

heterossexismo para criar espaços em que mulheres, todas as mulheres, independente de identidade e/ou orientação sexual, poderiam e possam ser tão livres quanto queiram ser. Esse legado deveria ser continuamente reconhecido. (hooks, 2019, p. 144)

Concluindo sua reflexão de um feminismo global e para todo mundo, hooks nos afirma sobre a necessidade de desmistificar e quebrar a ideia de que o amor perpetua atos e comportamentos patriarcais e sexistas, perpetuados em inúmeros discursos e pensamentos de feministas, que se juntaram ao movimento após ter a ideia de amor romântico destruída por um relacionamento abusivo, hooks nos apresenta que o amor jamais se enraizaria em relações assim. Para ela:

Quando aceitarmos que o verdadeiro amor é fundamentado em reconhecimento e aceitação, que o amor combina com cuidado, responsabilidade, comprometimento e conhecimento, entenderemos que não pode haver amor sem justiça. Com essa consciência, vem a compreensão de que o amor tem o poder de nos transformar e nos dar força para que possamos nos opor à dominação. **Escolher políticas feministas é, portanto, escolher amar.**⁷⁶ (hooks, 2019, p. 150)

Imbuído em defesa do amor, o feminismo contemporâneo também reconhece a necessidade da espiritualidade feminista como estratégia para questionar sistemas de crenças e religiões antiquados as novas configurações e conjunturas, contribuindo para novos caminhos que explorem e reafirmem a importância da vida espiritual unida a lutas por justiça e libertação.

Isso exige um feminismo visionário, que segundo hooks, iniciaram suas atividades em meados de 1960 chegando à contemporaneidade na defesa de se construir um novo mundo em que ao aprendermos com o passado, trabalhando no presente para alcançar um novo feminismo no futuro. O movimento feminista ainda está em construção, se modulando e movimentando

76 Grifo nosso.

conforme a realidade e a conjuntura social vão se desenvolvendo. Ele não está consolidado, ainda há muito trabalho a fazer, mas esse feminismo visionário em construção, tem nos permitido através das políticas feministas ***“acabar com a dominação e nos libertar para que sejamos quem somos – para viver em um lugar onde amamos a justiça, onde podemos viver em paz. O feminismo é para todo mundo”***.⁷⁷

⁷⁷ hooks, 2019, p. 167. (Grifo nosso).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Historinhas eu tenho mil, poderá contar várias, mas não é isso
que importa. Importa se ressoa, imporá se te importa, se me
exporta para ti leitor, importa se me ouve, se me escuta, se
move tuas batidas, se acelera, se retarda.*

Grace Passô⁷⁸

78 *Por Elise*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2012, p.8 in HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**. – 1ªed. – São Paulo: Companhia das Letas, 2018, p.12.

As inquietações provocadas pela pesquisa, aliadas à vivência do Serviço Social, motivaram a busca das determinações históricas e teóricas que construíram o feminismo. O objetivo é adensar a polêmica que aposta na construção de caminhos renovadores para a profissão no embate com o conservadorismo ainda hoje presente.

Retomar o passado e a construção sócio-histórica e teórica da luta das mulheres através do movimento feminista nos permite olhar os fatos sob uma perspectiva mais ampla e refletir sobre o momento presente. Tudo que permeamos para a construção desse texto nos deixou evidente que, olharmos para trás, observando os fatos e acontecimentos sob um ângulo mais amplo, refletindo os acontecimentos históricos mundiais e as histórias de luta, os esforços das mulheres, do povo, tudo que foi conquistado, direitos, liberdades, em uma sociedade capitalista, permanecem frágeis e podem ser facilmente destruídos.

Esse estudo busca, portanto, oferecer subsídios para a compreensão do atual contexto machista e misógino que as mulheres enfrentam diariamente no mundo todo. É extremamente necessário, entender as causas imediatas a partir de suas origens, apurando como a opressão histórica se une aos novos contornos de exploração. Com olhar apurado, resgatar o que as pensadoras que viveram antes de nós vivenciaram, nos propicia a compreensão das realidades que perduram até o momento presente e nos auxilia na percepção de que ainda há muito que fazer.

A indagação que nos envolve perpassa em como tornar o feminismo, uma luta de todas as pessoas no planeta e que cada um possa desenvolver seu papel e entender sua função na libertação das mulheres para o feminismo que queremos construir?

O feminismo ainda é um movimento pouco contado. Por mais que, a contemporaneidade tenha trazido mais expressão e visibilidade através da midiaticização das informações, o acesso aos fundamentos teóricos de forma intensa, buscando utilizar-se dos clássicos na busca por compreender o

momento presente ainda é cheio de lacunas e carências, principalmente no meio acadêmico do Serviço Social, onde se vê poucas ou quase nenhuma pesquisa desenvolvida com enfoque no tema.

Percebemos que inúmeras pesquisas que se voltam para visualizar a mulher inserida no contexto social sob uma perspectiva técnica e prática, sem buscar de fato, nas raízes teóricas, fundamentos que possibilitem a compreensão dos fatos.

A história das mulheres vem sendo contada teoricamente sob uma perspectiva classista, branca, de classe média e europeia. Mas buscamos através desse estudo perceber o feminismo para além dessas roupagens, mesclando as teorias de feministas negras e brancas, acreditando que essa interseccionalidade teórica, fornece elementos essenciais nessa construção. As mulheres que vieram antes de todas nós e que lutaram bravamente para construir o feminismo que vemos hoje, possuem histórias, contextos e formas de se rebelarem contra as opressões sofridas de formas totalmente distintas e desiguais, mas que se juntas, contribuem para um feminismo universal.

Através do resgate histórico que Silvia Federici nos oferece a partir de sua obra, percebemos a caça às bruxas enquanto um fenômeno do passado e do presente. A instauração do sistema capitalista, a perseguição, tortura e assassinatos a que mulheres foram submetidas, permanecem até hoje. A caça às bruxas aconteceu e agora acontece com novas roupagens e características, implicando diretamente na sujeição das mulheres em diversas sociedades, cerceando corpos, comportamentos, direitos e liberdades. A perseguição das mulheres continuamente cerceia principalmente mulheres negras e pobres, que colonizadas historicamente, hoje procriam e criam filhos que se rebelam contra o sistema. Sistema esse que também violenta essas mulheres através das políticas públicas que as definem como fardos e se mostram insuficientes. Federici define bem quando nos apresenta o capital desde sua gênese, explorando, maltratando e matando mulheres diariamente. A nova onda de violência é expressão clara dos ataques do capital a vida, corpos e sujeitos, buscando destruí-los.

Ao nos debruçarmos sobre a obra de Wollstonecraft, concluímos que ela nos deixa o legado de perceber e respeitar todas as mulheres, sem adulação para o reconhecimento de suas fraquezas, colocando-as como incapazes, fracas, sem condições de assumirem suas próprias vidas e realidades. Enquanto profissionais norteados por um projeto ético-político, temos como dever ético, propiciar condições para que em nossas práticas e intervenções, as mulheres possam reconhecer a sua força, perceberem a capacidade de transformação e encorajá-las a enfrentarem as expressões da questão social, das quais estão expostas, a fim de que, possam se reconhecer enquanto cidadãs possuidoras de direitos.

Simone de Beauvoir nos apresenta um novo modo de olhar as mulheres, reconhecendo-as sob uma perspectiva de totalidade. Ser mulher, esta enraizado em construções sociais, políticas, culturais e ideológicas. A situação das mulheres como o outro desigual na cultura, nas relações, no campo de trabalho ainda permanece, sob várias perspectivas e realidades distintas. É importante saber reconhecer o patriarcado que permanece arraigado nas entranhas da sociedade ainda hoje, principalmente em momentos de crise, quando as mulheres precisam se unir para protestarem e provarem minimamente seus direitos ao sim e ao não.

Angela Davis nos traz, a partir de suas contribuições teóricas, a quebra de anos de silêncio, dos quais as mulheres negras vivenciando realidades distintas de opressões enraizadas historicamente, enfrentam, inclusive e principalmente dentro do movimento feminista. A própria imagem de Davis é poderosa e carrega toda a oposição necessária para o enfrentamento à representação das mulheres negras enquanto mulheres subalternizadas, subservientes e hiperssexualizadas. Sua obra é a contribuição necessária para percebermos o quanto o movimento negro tem em suas mãos o poder de desestruturar e desestabilizar as rígidas e consolidadas relações de poder no sistema capitalista, como ela mesma nos diz “quando as mulheres negras se movem, toda estrutura política e social se movimenta na sociedade”⁷⁹. Segundo

79 DAVIS, Angela. A liberdade é uma luta constante. Org. Frank Barat. Tradução Heci Regina Candiani. – 1.ed. – São Paulo: Boitempo, 2018.

Davis, não é possível combater a violência sem combater e desmontar as estruturas do capitalismo e nesse contexto ela personifica a interseccionalidade como estratégia e resposta estrutural, política e intelectual de enfrentamento à supremacia branca, violência, e o patriarcado engendrados pelo poder do Estado e do capitalismo.

O feminismo deve envolver em suas bandeiras de luta a consciência em relação ao capitalismo, nos oferecendo condições para criar e desenvolver estratégias de enfrentamento para além do que está aparente, posto. Em um contexto de possibilidades, o feminismo nos permite abordar a partir das explorações teóricas quanto o ativismo do movimento se consolidou, transformou e se moldou, ampliando e aprofundando as teorias e consequentemente às práticas libertárias. Recorrendo as obras aqui citadas, ainda que publicadas em períodos históricos distintos, elas se mostram atuais, necessárias e capazes de fornecer os subsídios necessários para a compreensão da mulher e toda a fragilidade do qual sua existência sempre foi submetida.

No contexto atual as mulheres se encontram em uma situação marcada por duas condições opostas. De um lado, a rápida conexão interpessoal existente e possível em decorrência do acesso maciço a internet possibilita que inúmeras meninas e mulheres, sintam, percebam e saibam sobre o feminismo e tudo o que ele proporciona. Mas de outro lado, temos o avanço massacrante do conservadorismo, cerceando direitos e manipulando informações e conteúdos. O desafio em tornar um feminismo para todos está posto, pois que feminismo é esse que tem chegado a computadores e celulares e que vão além do que de fato é? Quantas mulheres são informadas diariamente erroneamente sobre o feminismo?

Assim como bell hooks, chegamos ao feminismo desafiando a dominação masculina imposta pelo sistema patriarcal em nosso próprio lar, mas ser vítima não torna suficiente para a sua compreensão. Precisamos adentrar espaços, ocupar lugar de fala, soltar nossa voz e ir para além da

academia com os resultados, aprendizados e saberes construídos a partir dessa dissertação e mostrar para as mulheres, através dos fundamentos teóricos e sociais, o quanto o feminismo veio e está aí para transformar tudo o que nos envolve, nos fortalecendo, nos possibilitando consciência de quem somos e de que somos mulheres fortes, livres e possuidoras de direitos. Um feminismo que seja capaz de reconhecer os homens enquanto instrumentos e apoiadores da luta pela construção de uma sociedade justa e igualitária para todos.

Marilda Villela Iamamoto (2012, p. 452) nos permite através de suas obras, perceber o Serviço Social compromissado em construir alternativas críticas ao enfrentamento da questão social, subsidiando a formulação de políticas sociais alternativas, mobilizando a atuação dos movimentos de classes sociais e consolidando propostas profissionais que fortaleçam a ruptura com o conservadorismo, orientado pelo nosso Projeto Ético-Político, comprometido com a classe trabalhadora e a democracia. Para isso, se torna fundamental pensar o Serviço Social na dinâmica das relações sociais inscrito em transformações históricas e sociais, repensando a questão social e suas múltiplas expressões na vida dos sujeitos e principalmente das mulheres, apreendendo o trabalho profissional nas suas múltiplas determinações e relações no atual cenário.

Estudar o feminismo enquanto instrumento teórico para fundamentar a prática, vai ao encontro de uma construção de categoria profissional que teve desde seus primórdios um campo predominantemente feminino, desde a sua gênese, marcada pelos estereótipos sociais de gênero, inserida na divisão social e sexual do trabalho, composto inicialmente pelas primeiras damas e mulheres em destaque na sociedade, remetendo a profissão caráter de naturalização e instinto, permeando até o próprio público atendido, composto majoritariamente por mulheres, caracterizando uma responsabilização da mulher no cuidado da família e no funcionamento das políticas sociais públicas.

Compreender e analisar a constituição das mulheres enquanto uma categoria social e histórica se torna fundamental para percebermos o Serviço

Social em sua totalidade social enquanto profissão instituída no sistema de dominação- exploração capitalista, patriarcal e racista.

O desafio presente é construir um feminismo globalizado, para todas e todos os seres humanos, e articulado a isso, a construção de um Serviço Social voltado à defesa dos direitos e conquistas ao longo da história, luta de mulheres, trabalhadoras ou não, comprometendo com a radical democratização da vida social no horizonte da emancipação humana. Parafraseando Karl Marx: ser radical é tomar as coisas pela raiz, e a raiz, para a mulher, é a própria mulher.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. Tradução Christina Baum. – 1ªed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ALMEIDA, Merlise Miriam de Matos. Simone de Beauvoir: uma luz em nosso caminho. Cadernos PAGU (12), 1999. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634811/2730>. Acesso em 21 de abril de 2020.

ÁLVAREZ GONZÁLEZ, Ana Isabel. **As origens e a comemoração do dia internacional das mulheres**. Tradução Alessandra Ceregati {etc al.} – 1.ed. – São Paulo: Expressão Popular: SOF – Sempre Viva Organização Feminina, 2010.

ALVES, Bianca Moreira; PINTANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**.- 1ª.ed. -São Paulo: Brasiliense, 1981.

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?**. Belo Horizonte: Letramento Justificando, 2018.

BEAVOUIR, Simone de. **O Segundo Sexo: fatos e mitos**. Tradução Sérgio Milliet. – 3.ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BEAVOUIR, Simone de. **O Segundo Sexo: a experiência vivida, volume2**. Tradução Sérgio Milliet. – 3.ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

CANDIANI, Heci Regina. **O que pode ser criticado nas críticas a O Segundo Sexo**. Cadernos PAGU (56), 2019. Disponível em: <HTTP://dx.org/10.1590/18094449201900560001>. Acesso em: 21 abril 2020.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Moraes dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

CISNE, Mirla. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil**. -2.ed. –São Paulo, Cortez, 2018.

CISNE, Mirla. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social**.-ed. São Paulo, Cortez, 2015.

CISNE, Mirla. **Feminismo e Marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais**. *Serviço Social e Sociedade*, nº 132. São Paulo: Cortez, 2018.

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Tradução Jamille Pinheiro Dias. – 1.ed. – São Paulo: Boitempo, 2019.

CYFER, Ingrid. **Afinal, o que é uma mulher? Simone de Beauvoir e “A questão do sujeito” na teoria crítica feminista**. Lua Nova: São Paulo, 94-77, 2015.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. Tradução Heci Regina Candiani. – 1.ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. Tradução Heci Regina Candiani. – 1.ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. Org. Frank Barat. Tradução Heci Regina Candiani. – 1.ed. – São Paulo: Boitempo, 2018.

DAVIS, Angela. **Uma autobiografia**. Tradução Heci Regina Candiani. – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2019.

ENGELS, Friederich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**: em conexão com as pesquisas de Lewis H. Morgan; Tradução Nélcio Schneider. 1.ed. – São Paulo: Boitempo, 2019.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **Mulheres e caça as bruxas: da Idade Média aos dias atuais**. Tradução Heci Regina Candiani. – 1. ed. –São Paulo: Boitempo, 2019.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve História do Feminismo**. – São Paulo: Claridade, 2011.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**. – 1ªed. – São Paulo: Companhia das Letas, 2018.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de; Audre Lorde ... {et al.}. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Tradução Bhuvi Libânio – 6ª Ed. – Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

hooks, bell. **Teoria Feminista: da margem ao centro**. Tradução Rainer Patriota. – São Paulo: Perspectiva, 2019. – (Palavras negras).

hooks, bell. **E eu não sou uma mulher?: mulheres negras e feminismo**. Tradução Bhuvi Libanio. – 4ª ed. – Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

IMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** – 4.ed. – São Paulo. Cortez, 2001.

IMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social em tempo de capital fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social.** – 7.ed. – São Paulo. Cortez, 2012.

KAUR, Rupy. **Outros jeitos de usar a boca.** 1.ed. – São Paulo: Planeta, 2017.

KAUR, Rupy. **O que o sol faz com as flores.** – São Paulo: Planeta do Brasil, 2018.

KOLLONTAI, Alexandra. **Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada.** Traduzido por Lígia Gomes. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.

McCann, Hannah. [etc al.] **O livro do feminismo.** - Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução.** 1.ed. – São Paulo: Boitempo, 2014.

MORAES, Maria LYGIA Qartim de; SANTOS, Magda Guadalupe dos. **Simone de Beauvoir e a escrita dos feminismos.** Cadernos PAGU (56), 2019. Disponível em: [HTTP://dx.doi.org/10.1590/18094449201900560000](http://dx.doi.org/10.1590/18094449201900560000) Acesso em: 21 abril 2020.

PAULO NETTO, José; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica.** – 8ª ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil.** - São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

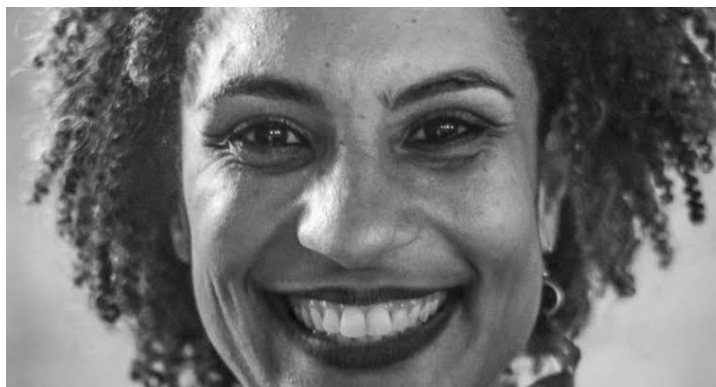
SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Primórdios do conceito de gênero.** Cadernos PAGU (12), p. 157-163, 1999. Disponível em: [file:///C:/Users/Servi%C3%A7o%20Social/Downloads/cadpagu_1999_12_14_SAFFIOTI%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Servi%C3%A7o%20Social/Downloads/cadpagu_1999_12_14_SAFFIOTI%20(2).pdf). Acesso em: 21 abril 2020.

SILVA, Jacilene Maria. **Feminismo na atualidade: a formação da quarta onda.** – Recife: Independently published, 2019. [ebook]

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher.** – 1ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.

Quantas Mais

Mundo
 Que é feito da nossa percepção
 Se há defeito, há solução
 Pra tudo que nos acontece de súbito
 Penso
 O peito cede causa e bom senso
O que assusta é o silêncio
 O que assusta é o silêncio
 Luas
 Sempre cheias de serenatas
Tuas ideias semeadas
 Quantas mais histórias
 Fugas e voltas
Tempo
 Só existe com eternidade
 Fracionado por nossa vontade
Insiste em nos esperar pros dias
 Ruas
Sempre cheias de sementes
Tuas lutas são presentes
 Quantas mais revoltas
 Clamam paz de volta
Clamam paz de volta⁸⁰



Marielle, PRESENTE!

80 Música de Fernando Anitelli – O Teatro Mágico em homenagem a Marielle Franco da Silva (1979-2018), socióloga e política brasileira, foi vereadora no Rio de Janeiro, defensora do feminismo e dos direitos humanos, criticando a intervenção federal e militar, tendo inclusive denunciado vários casos de abusos de autoridade por parte de policiais contra moradores de comunidades carentes. Foi assassinada a tiros junto de seu motorista Anderson Pedro Mathias Gomes, no dia 14 de março de 2018.

Quem mandou matar Marielle?